



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PROCESSO Nº: 31350/2018 - e

ORIGEM: SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL – SEFIPE/TCDF

**INTERESSADA: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO
DISTRITO FEDERAL (CAESB)**

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

EMENTA: 1) Auditoria na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB (PGA - 2018). Área de pessoal. Fiscalização que tem por objeto verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos à área. **2) Ofício n.º 96/2018-G3P (MPjTCDF):** encaminhamento de cópia de matéria jornalística à Presidência. Correlação entre a informação veiculada na imprensa e a presente auditoria. Exame dos fatos pela Unidade Técnica sob a ótica da legalidade e da economicidade. **2) Decisão n.º 155/2019:** autorização de remessa de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria à auditada. **3) Carta n.º 8026/2019-PR CAESB:** encaminhamento da Nota Técnica n.º 7.699/2019-SGP/DS e anexos, contemplando os esclarecimentos/documentos comprobatórios relativos ao item II da mencionada Decisão. **4) Apresentação de documentação** pelos Srs. Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Teixeira Pinto (e-DOC F644B7EF). **5) Nesta fase:** exame do Relatório Final de Auditoria. **A Sefipe sugere** à Corte: conhecer do Relatório Final de Auditoria; reiterar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal o contido no item V da Decisão nº 3372/2017, sem prejuízo do eventual acolhimento da proposição inserta no Relatório Final nº 5/2018, juntado aos autos nº 9591/2018 (auditoria na Novacap); determinar a adoção de diversas providências relacionadas aos achados de auditoria, sem prejuízo de orientar a auditada quanto a outras duas questões pontuais; alertar a Caesb quanto à possibilidade de a morosidade na adoção da providência requerida no item III, alínea “f”, do Relatório Final, caracterizar ato de gestão antieconômico; autorizar, para inclusão em futura auditoria, a verificação quanto ao cumprimento, pela empresa, de pontos específicos relativas exigências do extinto Comitê de Governança. **6) O Ministério Público aquiesce** às sugestões apresentadas. **7) O Voto acolhe os pareceres, com ajustes.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

RELATÓRIO

Tratam os autos de auditoria de regularidade realizada na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB (PGA - 2018).

O objetivo da auditoria foi analisar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas incorridas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos à gestão de pessoal da aludida Companhia.

Fixadas essas balizas, o Corpo Técnico formulou estas três questões de auditoria:

- **Primeira Questão (QA 1):** *Os acordos coletivos de trabalho foram apreciados pelo Comitê de Governança das Empresas Públicas e atenderam aos princípios da legalidade, moralidade, razoabilidade, motivação, eficiência e interesse público?*
- **Segunda Questão (QA 2):** *Os pagamentos de parcelas de natureza remuneratória a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa estão sendo realizados em conformidade com as normas de regência e observam a boas práticas de controle?*
- **Terceira Questão (QA 3):** *Estão corretos os procedimentos adotados e os valores pagos (ou concedidos) a título de benefícios a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa?*

Diante desses elementos centrais no direcionamento da auditoria e no que se pretendeu atingir, o Corpo Técnico apresentou o Relatório Prévio de Auditoria nº 9/2018 - DIFIPE (e-doc 6C90297F-e), no qual apontou os seguintes achados:

1. Em relação à QA1

- *Pactuação dos ACT 2015/2016, 2017/2018 sem pronunciamento do CPRH e dos ACT 2015/2016, 2017/2017 e 2017/2018 e 2018/2019 sem prévia e conclusiva manifestação do Comitê de Governança das Empresas Públicas -*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

CEP e, ainda, da Procuradoria-Geral do DF;

- *Inobservância aos princípios da finalidade, da legalidade, da razoabilidade e do interesse público na pactuação de cláusulas do ACT;*

2. Em relação à QA2:

- *Sistema informatizado de Gestão de Pessoal não mantém registros dos dados cadastrais históricos e, na versão em produção, de informações que permitam identificar os usuários responsáveis por inclusões, alterações ou exclusões de dados no sistema (log);*
- *Ausência de Ato Administrativo que estabeleça o Quadro de Pessoal Permanente;*
- *Não foi possível confirmar por documentação hábil a compatibilidade entre os empregos em comissão e funções gratificadas ocupados e os autorizados/criados por atos da Diretoria;*
- *Incorporação à verba salário (rubrica 100) de parcelas remuneratórias que deveriam, à vista de sua natureza, serem lançadas em rubricas próprias;*
- *Ato de gestão antieconômico resultante da não disponibilização dos cursos necessários à progressão vertical de seus empregados;*
- *Bases de cálculo do adicional noturno (128), das horas extras (125,126,145,146) e do sobreaviso (130) divergente, por omissão ou inclusão, de verbas na composição da “hora normal”;*
- *Impropriedades no pagamento de férias;*
- *Impropriedades no pagamento de 13º Salário;*

3. Em relação à QA3:

- *Pagamento de Participação nos Resultados aos Dirigentes eleitos em Assembleia Geral de Acionistas;*
- *Percepção de auxílio alimentação em duplicidade por empregados com outro vínculo com serviço público;*

4. Outros achados:

- *Desvio de função de empregados.*

Adicionalmente, em atendimento a Despacho da Presidência desta Corte¹, a SEFIPE buscou, no curso dos trabalhos de auditoria, examinar os atos de

¹ Encaminhou à Secretaria-Geral de Controle Externo, para as providências, o Ofício nº 96/2018-G3P, expedido pela 3ª Procuradoria do Ministério Público de Contas do DF, em que leva ao conhecimento da Presidência deste Tribunal matéria jornalística abordando os custos e benefícios deferidos no bojo do PDV 2018, bem como o fato de o então presidente da Companhia aderir ao PDV, sem prejuízo de sua continuidade no comando da CAESB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

gestão alusivos aos Programas de Demissão Voluntária – PDV iniciados pela Caesb nos anos de 2013 e de 2018, notadamente em relação à continuidade do então Presidente² e do então Diretor Financeiro e Comercial³, nos respectivos postos, após adesão ao PDV.

Além disso, verificou a regularidade dos cálculos levados a efeito quando da rescisão do Contrato de Trabalho e da fixação do Prêmio Financeiro aos sobreditos ex-empregados.

No fim, a Unidade Técnica propôs o encaminhamento do documento técnico à Caesb, para os fins indicados no §1º do art. 1º da Resolução/TCDF nº 271/2014.

Nesse contexto, a Corte, por meio da Decisão n.º 155/2019⁴, autorizou a remessa de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria à CAESB, para que exercesse o direito prévio de manifestação, nos termos do aludido dispositivo legal.

Logo em seguida, a auditada manifestou-se acerca das questões, dos achados e das proposições contidas no Relatório Prévio, conforme se observa da Carta n.º 8026/2019-PR, que encaminhou a Nota Técnica n.º 7.699/2019-SGP/DS e anexos.

Posteriormente, os Srs. Mauricio Leite Ludovice e Marcelo Antonio Teixeira Pinto apresentaram documentação intitulada de “razões de

² Sr. Maurício Leite Ludovice.

³ Sr. Marcelo Antônio Teixeira Pinto.

⁴ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Relatório Prévio de Auditoria n.º 9/2018 – DIFIPE (e-DOC 6C90297F-e), bem como dos arquivos associados ao feito em exame; II – autorizar, com supedâneo no art. 1º, § 1º, da Resolução-TCDF n.º 271/14, c/c o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/94, a remessa de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, apresente considerações circunstanciadas sobre as questões, os achados e as proposições contidas no referido documento técnico; III – alertar a CAESB de que o mérito das questões trazidas pelo Corpo Técnico desta Casa somente será apreciado pelo Plenário após o término do prazo mencionado no item precedente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

justificativa”, em que tentam afastar a revisão dos cálculos referentes às verbas rescisórias e ao Prêmio Financeiro Temporário, decorrentes da adesão dos signatários ao Programa de Demissão Voluntária – PDV 2018, conforme consignado pela equipe de auditoria em seu Relatório Prévio.

À vista disso, os autos retornaram à Sefipe, para manifestar-se sobre a sobredita documentação.

Nesta fase, analisa-se o Relatório Final de Auditoria apresentado pela Sefipe. Eis, no essencial, os achados apontados pela equipe de auditoria:

(...)

2.1.1.1 Pactuação dos ACT 2015/2016, 2017/2018 e 2018/2019 sem prévia e conclusiva manifestação do Comitê de Governança das Empresas Públicas – CEP (Governança-DF) e, ainda, da Procuradoria-Geral do DF.

(...)

2.1.1.1.2 Análise e Evidência

21. *Inicialmente observa-se que Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH, por ocasião da pactuação dos ACT 2012/2014, só atuava em relação as estatais integrantes do Orçamento Fiscal, o que não era o caso da Caesb.*

22. *O Decreto nº 36.240/2015, dispunha, originalmente, em seu art. 18, IV, “a”, que “As empresas estatais e os órgãos da administração indireta deverão encaminhar obrigatoriamente os seguintes documentos para análise da GOVERNANÇA-EP: ... IV - sempre que forem produzidas ... a) proposta de acordo coletivo ou de alteração de remuneração dos empregados e dirigentes”.* (grifou-se)

23. *Com as mudanças produzidas pelo Decreto nº 37.173, de 11 de março 2016, o tema em análise restou regulamentado pelos dispositivos a seguir transcritos, verbis:*

Art. 11. Compete ao Comitê de Governança das Empresas Públicas:

(...)

VI - apreciar as matérias referentes à gestão de pessoas nas empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal, considerando os critérios de legalidade, oportunidade e conveniência; (redação dada pelo Decreto nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

37.173/2016)⁵

VII- opinar sobre ações que acarretem aumento de despesa de pessoal nas empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal, bem como sobre os projetos de Lei relativos ao pessoal dessas instituições; (redação dada pelo Decreto nº 37.173/2016)⁶

Art. 18. As empresas estatais e os órgãos da administração indireta deverão encaminhar os seguintes documentos para análise do Comitê de Governança das Empresas Públicas:

(...)

IV – sempre que forem produzidas:

a) proposta de acordo coletivo ou de alteração de remuneração dos empregados e dirigentes;

(...)

§ 3º As negociações para acordos coletivos deverão ser conduzidas em conformidade com as orientações da Governança-DF e os acordos delas resultantes deverão ser submetidos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Governança-DF antes de serem assinados. (Exigência inclusa pelo Decreto nº 37.173/2016)⁷ (grifou-se)

24. Com base nas disposições antes referidas, concluiu-se pela necessidade de os ACT pactuados pela Caesb serem analisados previamente pelo Comitê de Governança das Empresas Estatais, e, também, após, 11 de março de 2016, pela Procuradoria Geral do DF, a teor do § 3º do art. 18 antes transcrito.

25. A despeito do antes colocado e da requisição objeto da Nota de Auditoria nº 01⁸, a empresa não apresentou documentos que demonstrassem o cumprimento das providências antes referidas.

(...)

2.1.1.1.4 Efeito

27. Fragilização dos controles administrativos implantados pelo Chefe do Poder Executivo no que tange à gestão de pessoal no âmbito da Administração Indireta.

28. Em face do antes colocado, vislumbra-se como potencial efeito a falta de padronização e a pactuação de cláusulas que possam não atender às diretrizes do

⁵ VI - apreciar as matérias referentes à gestão de pessoas nas empresas estatais do Distrito Federal, considerando os critérios de legalidade, oportunidade e conveniência; (Dec. nº 39.420/2018)

⁶ VII - aprovar ações que acarretem aumento de despesa de pessoal nas empresas estatais do Distrito Federal, bem como sobre os projetos de lei relativos ao pessoal dessas instituições; (Dec. nº 39.420/2018)

⁷ No Decreto nº 39.420/2018, a obrigação em referência foi contemplada no § 9º, do art. 11, que trata da Comissão Técnica, de caráter permanente, criada para analisar os pleitos de pessoal e elaborar pareceres técnicos, objetivando atender o que consta dos incisos VI e VII, do art. 11, do referido Decreto.

⁸ c) cópia dos atos de autorização/homologação dos Acordos Coletivos de Trabalho pactuados após o ano de 2013, expedidos, conforme o caso, pelo: Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH (art. 1º, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 23.946/2003 e alterações); Comitê de Governança de Pessoal (art. 23-A, Decreto nº 36.635/2015); Comitê de Governança de Empresas Públicas (Art. 18º, Decreto nº 37.173/2016), ou do(s) ato(s) que os tenha(m) dispensado de tal providência;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Poder Executivo, ainda que se reconheça que a apreciação e homologação de tais ACT pelos aludidos órgãos de controle de pessoal, não resultem, necessariamente, em fiel observância aos princípios aplicáveis à Administração Pública, consoante já observado em outros processos de fiscalização.

2.1.1.1.5 Proposição

29. Considerando a reconhecida ineficácia da atuação da Governança-DF no acompanhamento dos ACT das estatais, a exemplo do constatado nestes autos e, ainda, nas auditorias realizadas na Terracap (11937/2016), CEB-D (2036/2017) e Novacap (9591/2018); o teor da proposição apresentada no bojo do Relatório Final de Auditoria nº 5/2018 - Novacap (8D248DB6)⁹; e, notadamente, o fato de que o aludido Comitê foi recém extinto pelo Decreto nº 39.663, de 07.02.2019¹⁰, deixa-se, nesta oportunidade, de propor medidas acerca do presente achado de auditoria.

2.1.1.1.6 Manifestação da Auditada

30. No que se refere ao encaminhamento prévio da minuta de ACT à Governança-DF, a Caesb afirma que “Os ACTs da Caesb são analisados e submetidos à apreciação da Diretoria Colegiada da Caesb, que por sua vez leva ao conhecimento do Comitê de Governança das Empresas Estatais”. (grifou-se)

31. Adicionalmente, argumenta que as disposições contidas no art. 1º do Decreto 36.240/2015, em especial o §3º, que previa que “Às sociedades de economia mista e as empresas públicas não dependentes do Tesouro distrital aplicam-se, no que couber, as disposições deste Decreto, segundo diretrizes específicas da Governança-DF” “... não obriga as sociedades de economia mista e as empresas públicas não dependentes do Tesouro Distrital a se submeterem a Governança do DF, somente no que couber...” (grifou-se, pág. 2/3, 084586E4).

2.1.1.1.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

32. Sobre a alegação de que a Diretoria Colegiada da empresa “... leva ao conhecimento do Comitê de Governança das Empresas Estatais” o conteúdo dos ACT, a empresa não fez juntar aos autos elementos informativos que comprovem tal afirmação, mesmo tendo tido duas oportunidades para fazê-lo (a 1ª por

⁹ VII) fixe prazo de sessenta dias para que a Governança-DF informe quais as medidas vêm sendo adotadas tendentes a garantir o efetivo cumprimento do art. 18, IV, do, Decreto nº 36.240/2015, com a redação dada pelos Decretos nºs 37.173/2016 e 39.420/2018, bem ainda como vem se processando o cumprimento das atribuições contidas nos incisos VI e VII, art. 11 e § 3º, art. 18 do citado Decreto (§ 9º, art. 11, do Decreto nº 39.420/2018), incluindo a forma como as deliberações/manifestações sobre os temas vêm sendo publicizadas; (2.1.1.1)

¹⁰ O art. 1º revogou o Decreto nº 36.240/2015 e adicionalmente, por meio do art. 2º, conferiu competência à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão para propor os regramentos necessários para promover a gestão do equilíbrio econômico e financeiro do DF. ⁹ Ocasão em que tratou sobre o ACT 2015/2017 da Terracap.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

ocasião da resposta à N.A. nº1).

33. Quanto à segunda alegação, que tem por base o § 3º inserido no Decreto 36.240/2015, pelo de número 37.173, de 11.03.2016, constata-se de sua leitura que a condição para aplicação, ou não, das regras daquele normativo às estatais não dependentes, se daria à vista das “diretrizes específicas da Governança-DF”.

34. Todavia, os esclarecimentos da Caesb não indicaram qual a “diretriz” dispensou a empresa do cumprimento das exigências contidas no art. 18 do Decreto 36.240/2015, cuja redação, frisa-se, não distinguia as estatais, em razão da dependência em relação ao Tesouro local.

35. No entanto, registra-se que anteriormente à inserção do referido §3º, a Governança-DF, consoante registrado no item 2 da Ata de sua 76º Reunião, datada de 23.10.2015¹¹, se pronunciou nos termos a seguir transcritos, acerca dos ACT de estatais não dependentes, verbis:

Item 02 COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA – TERRACAP Ofícios nº 641/2015 e nº 651/2015 PRESI. Assunto: Solicita manifestação sobre o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT TERRACAP 2015/2017, posto que o ACT 2013/2015 se encerra em 31/10/2015. Resultado: Em relação aos acordos coletivos a serem firmados em 2016 pelas empresas públicas não dependentes do Tesouro do Distrito Federal, a Governança recomenda que não seja negociado qualquer reajuste para o ano de 2016, dada a situação de grave crise econômica que atravessa o Distrito Federal, bem assim que não seja negociado neste ano reajuste para incidir em 2017. É de se ressaltar que as empresa não dependentes não se sujeitam às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal que está submetida a Administração Direta e Indireta do DF pelo fato de ter sido ultrapassado o limite máximo de gastos com pessoal. Desta feita, considerando a independência gerencial dessas empresas compete à Direção de cada uma delas, ouvidos os Conselhos de Administração e Fiscal, avaliar situação financeira da empresa e negociar as cláusulas dos acordos coletivos de forma responsável.

36. Ocorre que a orientação em tela se deu em data posterior à assinatura, pela Caesb do ACT 2015/2016, datado de 15.10.2015. Ademais, como antes salientado, a empresa não demonstrou que tal “orientação” tenha sido levada ao seu conhecimento.

37. Registra-se que no ACT 2015/2016 restou pactuado um reajuste de 14,63%, referente a variação do INPC de maio/2013 a abril/2015; em 2016 foi concedido, por meio de dissídio coletivo (decisão judicial), o reajuste de 9,8% a contar de maio; em 2017 não houve reajuste dos salários; e em 2018 foi concedido um reajuste de 1,25%.

38. Desta feita, dada a ausência de comprovação por parte da Caesb de ato da Governança-DF expedido anteriormente à assinatura do ACT 2015/2016 que a dispensasse a referida remessa, e, ainda, o fato de que a orientação antes transcrita não dispensava, expressamente, o envio dos ACT ao Colegiado, tem-se por válidos os termos do presente achado de Auditoria.

2.1.1.1.8 (...)

¹¹ Ocasão em que tratou sobre o ACT 2015/2017 da Terracap.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.1.1.2 Inobservância aos princípios da finalidade, da legalidade, da razoabilidade e do interesse público na pactuação de cláusulas do ACT.

(...)

2.1.1.2.2 Análise e Evidência

40. *Prevê o art. 7º, inciso XXVI, da CF ser direito do trabalhador urbano e rural o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. O aludido acordo é firmado, de forma individualizada, pelo sindicato dos empregados com a empresa e tem caráter normativo, pelo que gera obrigações entre as partes. Tais acordos, nos termos do art. 614, § 3º da CLT, podem ter prazo de vigência não superior a dois anos. A matéria é regulada na CLT por meio dos arts. 611 a 625.*

41. *No âmbito da administração pública indireta, onde se insere a Caesb, o Administrador está vinculado aos princípios constitucionais insculpidos no art. 37, em especial os da legalidade, da moralidade e da eficiência, bem ainda, por força do art. 19 da LODF, aos princípios da razoabilidade, da motivação e do interesse público, que, a exemplo do colocado no parágrafo precedente, devem ser também observados nas negociações trabalhistas.*

42. *Ademais, devem os atos dos gestores públicos observar o princípio da finalidade, sob pena de se afastar dos objetivos previstos em Leis e regulamentos e, em especial, do próprio interesse público.*

43. *Neste sentido, cumpre destacar os termos da Decisão TCDF nº 5537/2006 (DDABAF70) exarada nos seguintes termos:*

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – estabelecer que a fiscalização do sistema remuneratório das empresas integrantes do GDF e de seus respectivos ACTs deve seguir a metodologia definida nos parágrafos 18 a 22 do Parecer nº 1473/05-IMF, a seguir transcritos, sem se descuidar do necessário exame da legalidade de suas cláusulas, programando-se sua execução da mesma maneira que para as demais fiscalizações, ou seja, a partir de uma avaliação conjuntural concernente a cada uma das Inspetorias, passando, quando aquela avaliação assim indicar, a constar do Planejamento Setorial de Ação de cada Unidade Técnica; “18. Não se poderia dizer que as empresas públicas e sociedades de economia mista que estabeleçam ACT concedendo benefícios a seus empregados estariam ferindo o princípio da legalidade, pois, em última instância, estariam respaldados pela Constituição se conseguissem provar que são detentoras de saúde financeira suficiente para atender aos requisitos estabelecidos: (a) equilíbrio orçamentário e (b) remuneração e vantagens pecuniárias de qualquer natureza, percebidos cumulativamente ou não, limitadas pelo subsídio mensal dos Ministros do STF no caso de entes dependentes do governo em termos das despesas com pessoal ou de custeio em geral. 19. Por essa razão, entende este "Parquet" que a análise legal dos benefícios questionados nos ACT assinados deveria abordar o cumprimento dos requisitos mencionados. Além disso, o exame puramente legalista deveria ser transcendido para se verificar também o cumprimento de outros princípios estabelecidos no art. 37 da CF/88



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

(impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como daqueles estabelecidos no art. 19 da Lei Orgânica do DF, transcrito a seguir: “Art. 19. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação e interesse público, e também ao seguinte:(...)”. 20. Para que se pudesse concluir pela regularidade ou não da concessão de benefícios via ACT, as empresas públicas e sociedades de economia mista deveriam demonstrar que tal concessão estaria respeitando o necessário equilíbrio orçamentário do órgão e o limite máximo definido na constituição (se houvesse repasse governamental para o pagamento de despesas de custeio e pessoal), associados aos outros princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, motivação e interesse público. 21. Dessa forma, uma análise mais completa seria aquela em que se verificariam as motivações para a celebração dos ACT procurando identificar a adequação aos mencionados princípios. Considerando que a concessão de benefícios indiretos aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista se insere no bojo da remuneração de um dos fatores de produção desses entes (fator humano), a remuneração total dos empregados deve, por exemplo, possuir equivalência com a remuneração que se verifica no mercado para ser dita razoável. 22. Por fim cabe frisar que, quando celebram acordo coletivo de trabalho, os administradores públicos estão submetidos ao princípio da legalidade e, diferentemente dos administradores particulares, somente podem fazer, permitir ou conceder o que a Lei autoriza.” II – considerar cumpridos o item III da Decisão nº 1228/06 e a determinação constante da Decisão nº 4453/04, autorizando a inclusão de cópia da decisão que vier a ser proferida no Processo nº 922/01; III - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para circularização desta decisão nas demais Inspetorias e adoção das providências pertinentes. (grifou-se)

44. Feitas essas considerações, que direcionaram as análises realizadas, apresentam-se os pontos a seguir identificados que, vistos de forma individual ou em conjunto, afiguram-se atentatórios a um ou mais dos princípios em epígrafe. As análises tiveram por referência o ACT 2018/2019 (6964C820).

I – Programa de Participação nos Resultados da Empresa – PPR

I.1 – Inobservância ao princípio da legalidade

45. A Participação nos resultados encontra-se em cláusula inserta nos ACT em epígrafe, alcançando os “empregados do quadro permanente em efetivo exercício e os empregados cedidos para Fundiágua e Sindágua”.

46. A participação nos lucros ou resultados das empresas constitui-se direito dos trabalhadores rurais e urbanos, consoante previsão inserta no inciso XI, art. 7º da Carta Magna, porém sua exigibilidade dependia de Lei que a regulamentasse, consoante expressamente previsto no citado dispositivo, assim vazado, verbis:

“XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em Lei;”

47. Coube à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, regulamentar a aludida



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

participação nos lucros ou resultados, onde se destacam, no que é de interesse à presente Auditoria, as disposições contidas no art. 5º:

“Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta Lei¹², relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”. (grifou-se)

48. *Em que pese o parágrafo único antes transcrito mencionar exclusivamente as entidades controladas pela União, seu conteúdo alcança também as estatais controladas pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, dado o caráter nacional da legislação em tela. Neste sentido, inclusive, tem decidido a Justiça Trabalhista, a exemplo do que se verifica na seguinte passagem extraída do Processo nº AIRR0002301-57.2011.5.09.0195 do TST, onde o Relator do Agravo de Instrumento transcreve os termos de decisão monocrática tomada pela Vice-presidência do TRT do Paraná, versando sobre a aplicação pelo Estado do Paraná de regulamentação da participação nos lucros e resultados de suas estatais, verbis:*

.... Regulamentando essa disposição constitucional, a Lei federal 10.101/2000 dispôs: “Art. 1º Esta Lei regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição. Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo: I - comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria; II - convenção ou acordo coletivo. § 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições: I - índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa; II - programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente. § 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores. § 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Lei: (...) Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta Lei, relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo. Parágrafo único. Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. (...)”. grifei. Como se depreende dessas disposições, a Lei federal 10.101/2000 regulamentou a participação nos lucros ou resultados das empresas ‘privadas’, atribuindo ao Poder Executivo o estabelecimento das diretrizes para pagamento da parcela aos trabalhadores das empresas estatais (como empresas

¹² Art. 1º Esta Lei regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*públicas e sociedades de economia mista)*1. Essa é a interpretação que emana do cotejo dos artigos 5º e 1º dessa Lei federal (acima transcritos), nos precisos termos "A participação de que trata o art. 1º desta Lei... observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo". Vale dizer, os demais artigos da Lei, incluídos os artigos 2º e 3º, não disciplinam, a priori, o pagamento da participação nos lucros ou resultados dos empregados das empresas públicas e sociedade de economia mista (salvo diretriz específica do Poder Executivo respectivo nesse sentido). Nesse trilha, diante da atribuição conferida pelo Poder Legislativo, Poder Executivo Estadual, até em apreço ao princípio democrático, encaminhou o projeto de Lei 118/2010 à Assembleia Legislativa do Paraná que, aprovado, culminou na Lei estadual 16.560/2010, in verbis: "Art. 1º. Fica estabelecido que o montante total a ser distribuído do lucro ou resultados das empresas estatais, deverá ser, igualmente, dividido para que cada empregado receba a mesma quantia. Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de agosto de 2010" (Publicado no Diário Oficial nº. 8280 de 9 de agosto de 2010). grifei. Convém apontar, por oportuno, que a atribuição de disciplinar as diretrizes sobre a parcela em questão, na forma do art. 5º da Lei 10.101/2000, deve observar a independência de cada Unidade Federativa, de modo que não se pode pretender que o Poder Executivo Federal dispusesse sobre a matéria no âmbito das empresas públicas ou sociedades de economia mista estaduais ou municipais, sob pena da violação do próprio pacto federativo (art. 1º da CRF/1988). De seu lado, por ocasião da assinatura do acordo coletivo de fls. 102/118, em 28/12/2010, já vigorava a Lei estadual disciplinando o pagamento igualitário (linear) da participação nos lucros no âmbito das empresas do Estado do Paraná. Em face do exposto, acolho em parte o pedido para: a. declarar a nulidade da cláusula 6ª do ACT 2010 firmado entre a ré e a CENPLR, que estabeleceu critério misto de pagamento da parcela em tela (50% linear e 50% variável); e b. declarando aplicável a Lei estadual 16.560/2010... (negritos não presentes na fonte)

49. Registra-se, ainda, que o STF já se manifestou reiteradas vezes no sentido de que a eficácia das disposições constitucionais insertas no art. 7º, inciso XI, dependia de regulamentação¹³ por Lei de âmbito nacional, o que veio a ocorrer com expedição da MP nº 794, de dezembro de 1994 – cujo conteúdo foi reeditado até sua conversão na Lei nº 10.101/2000.

50. Todavia, como já observado anteriormente (e destacado na sentença antes transcrita), a **Lei em questão regulamentou, tão somente, a aplicação do dispositivo constitucional em relação às instituições privadas**, ao tempo em que delegou ao Poder Executivo de cada ente, normatizar o tema em relação as suas empresas estatais.

51. A distinção de tratamento conferida pela citada Legislação é, inclusive, objeto no STF da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 376 – DF, de iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC.

52. Desta feita, a participação nos lucros e resultados das estatais controladas pelo GDF deve – ao menos até deliberação em sentido contrário por

¹³ EMENTA: CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. NATUREZA JURÍDICA PARA FINS TRIBUTÁRIOS. EFICÁCIA LIMITADA DO ART. 7º, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESSA ESPÉCIE DE GANHO ATÉ A REGULAMENTAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

parte do STF – observar regulamentação baixada pelo Poder Executivo Distrital, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 10.101/2000.

53. *Todavia, passados 23 anos da edição da MP nº 955/1995 – que incluiu a regra ora destacada no mundo jurídico –, 18 anos da promulgação da mencionada Lei e 16 meses da prolação da Decisão nº 3372/2017¹⁴¹⁵², o Poder Executivo local, ao que parece (não foi localizado ato com tal objetivo nas pesquisas realizadas), não logrou regulamentar a matéria, ainda que tal benefício venha sendo concedido e pago aos empregados das estatais locais há vários anos.*

54. *Desta feita, ante a ausência da necessária regulamentação, conclui-se que a inclusão no ACT de cláusula de participação nos resultados pelos empregados da Caesb – como de resto de todas as estatais locais – atenta contra o Princípio Constitucional da Legalidade a que está sujeito o Administrador público.*

55. *A despeito do antes colocado, salienta-se, por honestidade processual, que a Corte de Contas ao se debruçar sobre o tema no Processo 3474/2004¹⁶ – referente ao PPR da Terracap – não manifestou entendimento nos termos aqui ofertados, consoante Decisão nº 3570/2012 (730CD8DC), item II, “b”, a seguir transcrita:*

II – Considerar que: a) ... b) a participação nos resultados da empresa pelos empregados da TERRACAP deverá ser alvo de estudos técnicos e jurídicos pelos órgãos competentes do Poder Executivo distrital, condicionada à observância das prescrições da Lei nº 10.101/2000, em especial às constantes no § 1º, incisos I e II, do art. 2º, da norma registrada;

56. *Por outro lado, consoante o item II, alínea “b” da aludida Decisão, a Corte de Contas apontou claramente, naquela ocasião, para a necessidade de a matéria ser objeto de estudos técnicos e jurídicos pelos órgãos competentes do Poder Executivo distrital, condição essa que, até onde se tem notícia, não foi observada.*

57. *Ainda sobre o citado art. 5º da Lei nº 10.101/2000, reitera-se que a sua constitucionalidade vem sendo afirmada pelo Ministério Público Federal em sede da ADIN 5417-DF¹⁷, ainda pendente de julgamento de mérito pelo STF, consoante se verifica nas passagens a seguir transcritas extraídas da Manifestação do MP nº 161.827/2016-AsJConst/SAJ/PRG, em particular do*

¹⁴ . Segundo afirmado por precedentes de ambas as Turmas desse Supremo Tribunal Federal, a eficácia do preceito veiculado pelo art. 7º, XI, da CF – inclusive no que se refere à natureza jurídica dos valores pagos a trabalhadores sob a forma de participação nos lucros para fins tributários – depende de regulamentação. (...) – Recurso Extraordinário 569.441 Rio Grande do Sul – Relator: Min. Dias Tófoli. Relator Acórdão: Min. Teori Zavascki. Julgado em 30/10/2014.

¹⁵ V – alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal: a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

¹⁶ O Ministério Público de Contas, na pessoa do então Procurador e agora Conselheiro, Inácio Magalhães Filho – Parecer nº 1135/08 – mesmo não tendo se pronunciado pela ilegalidade da concessão do PPR por falta de regulamentação, propôs ao e. Plenário que determinasse ao então CPRH que regulamentasse a matéria em pauta, em face do disposto, entre outros, do art. 5º da Lei nº 10.101/2000. Apesar de acolhido pelo então Relator Conselheiro Ronaldo Costa Couto, a proposta não foi referendada pelo Plenário.

¹⁷ A referida ADIN foi juntada a APDF 376-DF antes citada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

tópico 2.9. MERITO: Participação em Lucros em Empresas Estatais. Violação Reflexa da Constituição (6C4F8105):

“(…)

Sustenta a autora que o art. 5º da Lei 10.101/2000 cria obstáculo à fruição do direito social fundamental de participação em lucros no caso de empresas estatais.

... (…)

Não procede falar em inconstitucionalidade. Referindo-se a diretrizes específicas fixadas pelo Executivo, a norma remete ao Poder Executivo da entidade federativa detentora total ou majoritária do capital social da empresa estatal a competência para traçar linhas gerais diretivas, a serem observadas por sua empresa nas negociações sobre participação em lucros e resultados. Isso abrange especialmente critérios de aferição e exercício do direito, referidos pelo art. 2º, § 1º, da Lei, que devem estar nos instrumentos de negociação coletiva...

(…)

Ao Poder Executivo a norma reconhece essa competência diretiva tendo em vista a vinculação das empresas estatais, instrumentos de execução da atividade econômica pelo Estado (CR, art. 173, caput), às entidades federativas a que pertença total ou parcialmente seu capital social, do que decorre sua sujeição a controle administrativo e institucional.

Desse modo, apesar da natureza jurídica de direito privado das empresas estatais e de sua sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários (CR, art. 173, § 1º, II), no plano jurídico-constitucional estas empresas submetem-se a regime híbrido, como corretamente observa MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, “porque o direito privado é parcialmente derogado pelo direito público”, a começar pelas contenções constitucionais que lhes são impostas, como entidades sujeitas aos princípios setoriais da administração pública, do art. 37 da Constituição.

Essa noção foi acolhida pelo STF no julgamento do recurso extraordinário 589.998/PI, relator o Min. RICARDO LEWANDOWSKI, conforme o seguinte trecho do julgado:

[...] embora a rigor, as denominadas “empresas estatais” ostentem a natureza jurídica de direito privado, elas se submetem a regime híbrido, ou seja, sujeitam-se a um conjunto de limitações que têm por escopo a realização do interesse público. Em outras palavras, no caso dessas entidades, ocorre uma derrogação parcial das normas de direito privado em favor de certas regras de direito público.

(…)

A competência para formular diretrizes, coordenação e definição de critérios de governança corporativa de empresas estatais compreende aspectos relacionados aos critérios para celebrar negociações coletivas com as categorias profissionais de seus empregados. Isso em nada viola o art. 173, § 1º, II, da Constituição, conforme sustenta a autora, pois, em matéria de negociação coletiva sobre participação em lucros, as empresas estatais, embora sujeitas a controle público, comparecem na condição de empresas privadas.

Tampouco cabe falar em violação do princípio da isonomia (art. 5º, caput, da CR), em face da submissão das empresas estatais a diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo, conforme invoca a requerente. Essa vinculação a diretrizes do poder público é fator de discriminação constitucional que decorre da natureza



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

híbrida do regime jurídico a que estão sujeitas essas entidades.

Tratando-se, portanto, de norma de competência, o art. 5º da Lei 10.101 em nada restringe o objeto do direito negocial a participação em lucros. Não há, no particular, maltrato ao art. 7º, XI, da Constituição. (grifos não presentes no original)

58. *Das transcrições acima, extrai-se, também, a conclusão de que a definição das diretrizes referidas pelo art. 5º da Lei nº 10.101/2000 é de competência do “...Poder Executivo da entidade federativa detentora total ou majoritária do capital social da empresa estatal...”, a despeito da competência privativa da União em legislar sobre Direto do Trabalho.*

59. *No entanto, ainda que se reconheça, à vista dos argumentos extraídos da peça do MPF, que no presente caso a omissão do Poder Executivo Local não devesse ensejar, pura e simplesmente em restrição ao direito fundamental social preconizado no inciso XI, art. 7º da Carta Magna aos trabalhadores da estatal, não se pode esquecer que a lacuna regulamentar apontada nestes autos (fruto da omissão do Poder Executivo Distrital) não isentaria a Direção da empresa¹⁸ em buscar pelas vias administrativas e políticas junto ao Poder Executivo local, ou até mesmo pela via judicial, a formalização das diretrizes requeridas pelo art. 5º da Lei nº 10.101/2000, tendo por base, por exemplo, o que foi decidido pelo TCDF no item II, alínea “b” da citada Decisão nº 3570/2012.*

60. *Cabe relevo notar que o presente achado de auditoria não busca descaracterizar o direito dos empregados à participação nos lucros ou resultados, mas só e tão somente demonstrar a inobservância, pela estatal, da regra inserta no citado art. 5º quando da pactuação do ACT.*

II – Auxílio Alimentação

II.1 – Inobservância aos princípios da finalidade e do interesse público

61. *Consta dos ACT em análise na cláusula que versa sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador, a obrigação de a Caesb conceder, no mês de dezembro, mais 22 (vinte e dois) vales alimentação/refeição, a título “abono natalino”.*

62. *O benefício resultante do Programa aqui referido vincula-se aos termos da Lei nº 6.321/1976, que “Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador”, cuja regulamentação se deu por meio do Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991. (grifou-se)*

63. *O objetivo do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, no qual a Caesb encontra-se inscrita¹⁹, consiste, segundo o Ministério do Trabalho²⁰, “na melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda, de forma*

¹⁸ Ou mesmo o Sindicato dos trabalhadores, que em último caso, poderia utilizar de mecanismos judiciais ou reivindicatórios como a greve, para esse fim.

¹⁹ Inscrição nº 212075.

²⁰ <http://trabalho.gov.br/pat/pat-responde-orientacoes>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

a promover sua saúde e a diminuir o número de casos de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição”.

64. *Salienta-se, ainda, que o Decreto antes mencionado regulou a participação dos trabalhadores no custeio direto da refeição, ocasião, inclusive, que fixou, por meio do § 2º do art. 2º, o limite de 12 meses para os fins de quantificação do custo direto da refeição.*

65. *Desta feita, resta claro que a finalidade precípua do aludido programa governamental – que gera benefícios fiscais – não justifica a concessão aos trabalhadores de 13 parcelas do auxílio em questão. O posicionamento aqui esposado, encontra respaldo no art. 6º da Portaria SIT/DSST nº 3, de 2002, do Ministério do Trabalho, consoante se observa da leitura da questão 41²¹ a seguir transcrita:*

O empregador pode conceder benefícios adicionais por ocasião de festividades (Páscoa, Natal etc.)?

Não, porque isso é considerado uma forma de premiação. Além disso, o valor e a quantidade do benefício relacionam-se ao cumprimento de parâmetros vinculados a necessidades nutricionais dos trabalhadores, as quais não se alteram nas datas festivas. Por isso, não pode ser considerada pertinente ao PAT a concessão de benefícios como cesta de natal, décimo-terceiro tíquete, etc.

Referência normativa: art. 6º, caput, e inciso II, da Portaria SIT/DSST nº 3, de 2002.

66. *Ainda sobre o tema, cabe observar que tais dispêndios quando vinculados ao PAT (Lei 6.231/1976) – ou no entender da 1ª Turma do STJ²², quando tenham a mesma finalidade, mesmo que a empresa não seja participante do Programa – não integram o salário, inclusive para fins de contribuição previdenciária, o que também foi objeto de manifestação do TST, conforme OJ-SDII-133, assim vazado:*

OJ-SDII-133 AJUDA ALIMENTAÇÃO. PAT. LEI Nº 6.321/76. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO (inserida em 27.11.1998)

A ajuda a alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.

67. *Por outro lado, as concessões com desvio de tal finalidade viabilizam que tal “verba” seja considerada como remuneração para todos os fins, consoante, por exemplo, conclui a Segunda Turma do TST ao apreciar ação envolvendo a Caixa Econômica Federal – CEF, RR - 125000-12.2006.5.13.0002, conforme se depreende da passagem a seguir transcrita:*

“(…)

DO MÉRITO

O reclamante é empregado da reclamada e postula a incidência do benefício alimentação sobre o valor pago a título de VP GIP (SAL+FUN); Abonos Pecuniários; PRL (Programa de Participação nos Lucros) e FGTS sobre estas verbas.

²¹ Vide link anterior.

²² REsp nº 1.185.685/SP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

A reclamada reconhece que paga o benefício aos seus funcionários, ressaltando, porém, que tal benefício, tem caráter indenizatório, não incidindo, pois, para o cálculo das verbas mencionadas. Junta, para confirmar sua tese, documentos de adesão ao PAT e as Normas Coletivas da categoria, que declaram expressamente o caráter não salarial do benefício.

Analizando os autos, verifica-se que o benefício alimentação instituído pela reclamada, não está adstrito ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), pois apesar de fazer prova de sua adesão ao referido programa, o benefício concedido pela ré, apresenta características diversas da indenização por despesas pagas com a alimentação do trabalhador. O benefício alimentação mesmo após a adesão ao PAT, continuou sendo oferecido aos aposentados e sucessores; o benefício continuou sendo concedido, não só para o ressarcimento das despesas com alimentação, mas também para compras de gêneros alimentícios; os funcionários da reclamada, faziam e ainda fazem jus ao benefício, mesmo estando de férias, pois o pagamento é feito em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a cada mês do ano civil, sem qualquer ressalva quanto ao mês em que se encontre o funcionário de férias (conforme os documentos acostados pela própria reclamada). Esse fato desvirtua totalmente o propósito que se pretende alcançar pelo PAT.

Diante de tais argumentos, fica caracterizada a natureza salarial do benefício concedido pela reclamada aos seus funcionários, a título de vale alimentação.

Em várias decisões proferidas anteriormente, decidimos pelo reconhecimento da natureza indenizatória a partir do acordo coletivo de 2002/2003, que em sua cláusula 5ª, § 2º, comina o caráter indenizatório de tal verba. Com a melhor apreciação da matéria e por aplicação mais correta da legislação trabalhista que impede a modificação das cláusulas do contrato de trabalho em prejuízo ao empregado, passamos a decidir de forma diversa quanto ao período posterior à vigência do acordo coletivo.

É importante verificar que sempre houve previsão de caráter indenizatório nos acordos coletivos, conforme demonstram os documentos acostados aos autos. Ainda assim, a reclamada pagava tal verba como um acréscimo aos vencimentos do empregado, o que caracteriza o pagamento como contraprestação pelo trabalho e não para possibilitar a execução do serviço, reduzindo o tempo necessário ao deslocamento do empregado no horário de refeição. Tal situação está devidamente comprovada pelas razões já mencionadas, principalmente pelo fato de que o benefício era pago mesmo nos períodos em que o empregado não estava prestando serviço efetivamente.

Aplica-se, ainda, ao caso, o disposto na Súmula 241 do TST²³, que declara como sendo salarial a natureza do benefício em questão.

(...)”

68. Assim sendo, mesmo reconhecendo a obrigação da Caesb conceder o benefício em tela (13º parcela), dada sua inclusão no ACT, entende-se que sua concessão se deu em flagrante desvio de finalidade do pretendido pelo programa governamental – PAT²⁴.

²³ SUM-241 SALÁRIO-UTILIDADE. ALIMENTAÇÃO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais

²⁴ Não se avaliou eventuais efeitos em relação à questão tributária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

69. *Registra-se que situação similar foi identificada na Terracap e CEB, tendo sido objeto de questionamento pela Corte de Contas, consoante se observa nos autos 11937/2016 e 2036/2017, respectivamente.*

70. *Registra-se, que com advento da Lei nº 13.467/2017, em particular com a nova redação dada ao § 2º do art. 457 da CLT, o auxílio-alimentação, que não poderá ser pago em espécie, foi excluído da base de cálculo de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, a contar de 11 de novembro de 2017.*

III – Liberação, em tempo integral, de empregados para exercício de atividades sindicais.

III.1 Inobservância aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade.

71. *Consoante Cláusula Trigésima Quinta do ACT 2018/2019, a Caesb, “Tendo como parâmetro o estabelecido na Lei nº 1.138, de 10 de julho de 1996, a liberação de empregados para o Sindágua, com ônus para a Caesb, fica restrita a 07 (sete) dirigentes, a partir de 01/01/2018. A partir do 8º (oitavo) a liberação será com ônus para a entidade sindical*

72. *Cláusula de igual teor encontrava-se consignada nos demais ACT apreciados, alterando o quantitativo máximo com ônus para estatal, que variou de 9 a 7 empregados.*

73. *A Lei nº 1.138/1996, utilizada como parâmetro versava sobre a concessão de licença para desempenho de mandato de servidores da administração direta, autárquica e fundacional do DF, em entidades de natureza sindical voltadas aos servidores, como confederações, federações, centrais sindicais e sindicatos, previa, em seu art. 4º, a possibilidade de liberação de até 7 servidores por entidade.*

74. *A Lei em tela foi revogada pela Lei nº 2.415/1999, que por seu turno, no tocante ao tema, consignou que a aludida dispensa se processaria nos termos previstos no art. 92 da Lei nº 8.112/1990, com a redação dada pela Lei 9.527/1997, que por sua vez, fixa parâmetros menos concessivos do que os pactuados no ACT em análise.*

75. *Cumpre salientar, que a CLT em seu art. 543 trata dos empregados eleitos para cargo de administração sindical ou representação profissional.*

76. *O citado dispositivo legal, ao tempo em que previu que “O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais”, assentou em seu § 2º que “Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo”.*

77. *Ainda no que tange ao representante de entidade sindical, releva apontar*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

a exceção à regra antes mencionada, aplicável no caso de afastamento do empregado das atividades laborais para, na qualidade de representante de entidade sindical, participar de reunião oficial de entidade internacional da qual o Brasil seja membro, a teor do art. 473, IX, verbis:

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

...

IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

78. *Desta feita, ainda que se busque prestigiar a atividade sindical, a possibilidade de a Caesb arcar integralmente com o ônus da dispensa de até 7 empregados dirigentes sindicais parece ser desarrazoada e contrária ao interesse público, pelo que deveria ser evitada em acordos futuros.*

79. *A título de parâmetro de razoabilidade, registra-se o que dispõe a Lei Complementar nº 840/2011, que trata do Estatuto dos Servidores do Distrito Federal, em seus arts. 145 e 146, onde o número de servidores passíveis de dispensa com ônus para o Estado mostra-se significativamente menor, conforme passagens a seguir:*

“Art. 145. Fica assegurado ao servidor estável o direito a licença para o desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação ou sindicato representativos de servidores do Distrito Federal, regularmente registrados no órgão competente.

§ 1º A licença prevista neste artigo é considerada como efetivo exercício.

§ 2º A remuneração ou subsídio do servidor licenciado na forma deste artigo e os encargos sociais decorrentes são pagos pelo órgão ou entidade de lotação do servidor.

Art. 146. A licença de servidor para sindicato representativo de categoria de servidores civis do Distrito Federal é feita da forma seguinte: I – o servidor tem de ser eleito dirigente sindical pela categoria; II – cada sindicato tem direito à licença de:

a) dois dirigentes, desde que tenha, no mínimo, trezentos servidores filiados;

b) um dirigente para cada grupo de dois mil servidores filiados, além dos dirigentes previstos na alínea a, até o limite de dez dirigentes.

Parágrafo único. Para cada dois dirigentes sindicais licenciados na forma deste artigo, observado o regulamento, pode ser licenciado mais um, devendo o sindicato ressarcir ao órgão ou entidade o valor total despendido com remuneração ou subsídio, acrescido dos encargos sociais e provisões para férias, adicional de férias, décimo terceiro salário e conversão de licença-prêmio em pecúnia”. (grifou-se)

80. *Com base no parâmetro antes referido, tem-se por razoável a dispensa de até 3 empregados, considerando que a empresa possuía ao final de 2018 pouco mais de 2 mil empregados.*

2.1.1.2.3 Causa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

81. A ausência, no âmbito do GDF, de diretrizes formais emanadas pelo Poder Executivo aos gestores de estatais balizando as negociações trabalhistas, tal como apontado no bojo do processo TCDF nº 11937/2016, e que culminou na expedição de alerta ao Chefe do Poder Executivo, consoante item V da Decisão nº 3372/2017 (B12FA5A4) assim vazado:

V – alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal: a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); b) tornar públicas as políticas/diretrizes afetas à gestão de pessoal, visando balizar os processos de negociação trabalhista no âmbito das estatais, com vistas a evitar a ocorrência de celebração de cláusulas contendo conteúdo atentatório aos princípios insculpidos nos arts. 37 da Constituição Federal e 19 da LODF, bem ainda tratamentos díspares na concessão de benefícios com natureza/características assemelhadas entre as entidades distritais, observando os aspectos econômicos e financeiros, o ambiente concorrencial, além das características próprias afetas a área de atuação de cada estatal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); c) apreciar, por meio do Comitê de Governança das Empresas Públicas, o mérito das propostas de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT das empresas controladas pelo DF, nos termos preconizados no art. 11, incisos VI e VII, do Decreto nº 36.240/15

2.1.1.2.4 Efeito

Item I - PPR

82. Execução do Programa de Participação nos Resultados sem o requerido balizamento (normatização) do Chefe do Poder Executivo.

Item II - Auxílio Alimentação

83. Dispêndios adicionais da ordem de R\$ 2 milhões considerando o valor fixado para 2018.

Item III - Dispensa remunerada de Dirigente Sindical

84. Assunção pela Caesb de custos adicionais resultantes do custeio do excedente de pessoal cedido, com ônus para a estatal.

2.1.1.2.5 Proposição

No que tange ao PPR e à falta de diretrizes de parte do Poder Executivo, tem-se, à vista da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

recente mudança no comando do Poder Executivo distrital, e, especialmente, do fato de passados um ano e oito meses de prolatada a Decisão nº 3372/2017, item V (B12FA5A4) não se ter conhecimento de providência concreta do Poder Executivo acerca do requerido, pugna-se por reiterá-la ao atual Governador sem prejuízo do eventual acolhimento pela Corte de Contas, da proposição inserta no Relatório Final nº 5/2018 (8D248DB6), juntado ao autos nº 9591/2018, assim vazado:

VI) alerte o Chefe do Poder Executivo e a Governança-DF que a ausência da regulamentação prevista no art. 5º da Lei 10.101/2000 e objeto do item V da Decisão nº 3372/2017, de competência do Poder Executivo Distrital constitui-se impeditivo à inclusão em Acordos Coletivos de Trabalho de cláusula concessória de participação nos lucros ou resultados das estatais, vez que o direito preconizado no art. 7º, XXVI da CF requer para plena eficácia, a teor da Decisão do STF em caráter de Repercussão Geral (RE 569.441, DJE DE 20.2.2015, Tema 344), prévia regulamentação, a exemplo do que fez o Governo Federal por meio da Resolução CCE nº 10/1995;

85. Relativamente aos demais apontamentos, pugna-se por determinar à Caesb que envide esforços no sentido de, ao pactuar novos acordos trabalhistas, adequar as cláusulas destacadas neste Relatório, de forma torná-las aderentes aos princípios aplicáveis a administração pública.

2.1.1.2.6 Manifestação da Auditada

Item I – Inclusão no ACT do PPR

87. No que se refere a inclusão nos ACT de cláusula prevendo o pagamento do PPR, a empresa se limitou a informar “O pagamento de PPR aos empregados da Caesb está regulamentado no ACT ...”.

Item II – Abono Natalino – Auxílio Alimentação

88. Sobre a inclusão no ACT, na cláusula de que regulava o Programa de Alimentação do Trabalhador, de concessão do chamado “abono natalino” (13ª parcela de auxílio alimentação/refeição), a empresa informou que o “cumpre integralmente o Programa de alimentação do Trabalhador – PAT” e que “ticket natalino, pago aos empregados no mês de dezembro, é um benefício constante do ACT, não caracterizando alimentação mensal do trabalhador”.

Item III – Dispensa de Empregados com Ônus à Empresa

89. No que tange ao quantitativo de empregados liberados ao Sindicato com ônus à empresa (7 no último ACT analisado), a empresa alegou que recentemente diminuiu esse número (ACT 2017/2018) de nove empregados para sete, ao tempo em que ressaltou que a Lei nº 840/2011 – citada no Relatório Prévio – não se aplicaria à CEB-D.

2.1.1.2.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Item I – Inclusão no ACT do PPR

90. O esclarecimento prestado limitou-se a informar o que já era de conhecimento da auditoria, ou seja, de que o benefício é resultado de pactuação via ACT. Assim, nada foi informado sobre a irregularidade apontada, qual seja, a pactuação do PPR a despeito de o Poder Executivo local ter formalizado as diretrizes requeridas pelo art. 5º da Lei 10.101/2000.

91. Sobre o tema, cabe relevo notar que a PGDF ao se manifestar, por demanda da Terracap, em 1999 sobre a questão, expediu o Parecer nº 51/1999, onde concluiu pela viabilidade legal da inserção da referida cláusula em ACT. O Parecer em tela foi recentemente levado ao conhecimento do Tribunal no bojo do Processo nº 6983/2018²⁵, nos seguintes termos, verbis:

100. Antes de adentrar no mérito das razões de justificativa apresentadas faz-se necessário, por honestidade processual, trazer aos autos o teor de dois Pareceres da Procuradoria-Geral do DF emitidos em março e abril 1999 (15/1999 e 51/1999) que abordavam a questão atinente à inclusão do PPR no ACT da Terracap, a despeito da ausência de norma regulamentadora expedida pelo Chefe do Executivo Distrital.

101. Os aludidos pareceres foram recém identificados pelo signatário desta Informação quando da realização de pesquisa no sítio da PGDF acerca de tema diverso ao aqui tratado. De notar que os aludidos Pareceres não foram trazidos aos autos pela Terracap ou pelos justificantes nos Processos 11937/2016 (Auditoria) e 3474/2004²⁶, que tratou, também, sobre o tema.

102. No Parecer nº 015/99-GAB/PRG²⁷(e-doc [F43F991D](#)), a Signatária da Peça ofereceu o entendimento a seguir transcrito acerca da regra contida no art. 5º da Medida Provisória nº 1769-53²⁸ (vide art. 5º da Lei nº 10.101/2000²⁹), verbis:

Conforme se pode depreender, o implemento do direito à participação nos lucros ou resultados da empresa, relativamente aos empregados públicos, está condicionado à observância das diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

O Poder Executivo, ao que tudo indica, ainda não fixou diretrizes específicas, logo, o benefício deverá ser renegociado visando a sua exclusão do acordo coletivo. (grifou-se)

103. O Parecer em tela foi aprovado pelo então Procurador-Geral do DF e enviado à estatal, para conhecimento.

104. Todavia, por meio do Parecer nº 51/99-GAB/PRG (e-doc [4CD2913B](#)), assinado e aprovado pelos mesmos Procuradores

²⁵ Que versa sobre a análise de razões de justificativa de ex-Dirigentes da Terracap.

²⁶ Que resultou na expedição da Decisão nº 3570/2012.

²⁷ Juntado aos autos 111.001.517/1998 que versava sobre consulta feita à PGDF pelo então Presidente da Terracap acerca da Resolução do Conselho de Política de Pessoal que deixou de aprovar o Acordo Coletivo pactuado pela estatal por inobservância as disposições do Decreto 17.857/1999

²⁸ Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta **Medida Provisória**, relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

²⁹ Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta **Lei**, relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

antes referidos, a PGDF modificou seu entendimento ao reexaminar o tema, com base nos seguintes argumentos, verbis:

Ocorre, todavia, que melhor revendo o assunto e após pesquisa realizada junto a outras Entidades Estatais, inclusive na Esfera Federal, percebi que a interpretação firmada pelo Órgão Jurídico daquelas Empresas paradigmas é outra.

Assim, o entendimento majoritário é no sentido de que o art. 5º da Medida Provisória no 1769-53 não representa óbice à concessão da parcela questionada aos empregados públicos, por ser norma de eficácia contida.

As normas de eficácia contida, por sua vez, são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador. O dispositivo é de aplicabilidade plena, mas sua eficácia pode ser reduzida, restringida, nos casos e na forma que a lei estabelecer.

Assim, mesmo considerando a norma como sendo de eficácia contida de modo a legitimar a concessão do benefício, deverá ser acrescentada à disposição da cláusula Segunda a possibilidade de a Empresa (empregador) alterar a concessão do benefício, nos casos e na forma que a norma do Poder Executivo estabelecer.

Destarte, curvo-me ao entendimento majoritário, e proponho a concessão do benefício, desde que observadas rigorosamente as diretrizes fixadas pela multicitada Medida Provisória nº 1769-53.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, após reexame detido da manifestação jurídica constante às fls. 064/073 no que se refere às cláusulas segunda e nona que tratam da concessão do Plano de Saúde e Participação dos Empregados nos resultados da TERRACAP, modifico o entendimento anteriormente perfilhado e proponho a concessão dos benefícios conforme correspondente fundamentação. (grifou-se)

105. *Sobre o entendimento acima, cabe relevo observar, de plano, que a regra contida no inciso XI, art. 7º da C.F, possuía eficácia limitada, vez que dependia de norma regulamentar à teor do contido em sua parte final. Assim entendeu, inclusive, o STF, consoante posicionamento exarado em caráter de Repercussão geral:*

Segundo afirmado por precedentes de ambas as Turmas deste STF, a eficácia do preceito veiculado pelo art. 7º, XI, da CF – inclusive no que se refere à natureza jurídica dos valores pagos a trabalhadores sob a forma de participação nos lucros para fins tributários – depende de regulamentação. Na medida em que a disciplina do direito à participação nos lucros somente se operou com a edição da MP 794/1994 e que o fato gerador em causa concretizou-se antes da vigência desse ato normativo, deve incidir, sobre os valores em questão, a respectiva contribuição previdenciária”. [RE 569.441, rel. p/ o ac. min. Teori Zavascki, j. 30-10-2014, P, DJE de 10-2-2015, Tema 344.]

106. *Ocorre, consoante já explanado nos autos 11937/2016, tanto a MP nº 1769 (e republicações) como a Lei nº 10.101/2000 ao regulamentar o tema, o fez, apenas em relação aos empregados privados, remetendo ao Chefe do Poder Executivo a tarefa de regulamentar a aplicação aos empregados das Estatais, consoante art. 5º das referidas normas. Assim, à vista da referida eficácia limitada*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e ante a ausência de regulamentação pelo Chefe do Poder Executivo distrital, restaria inviabilizada a referida distribuição de lucros ou resultados, aos empregados das Estatais Distritais.

107. *Todavia, para os fins delimitados nestes autos – possível aplicação de penalidade, nos termos do art. 57 da LOTCDF – o Parecer nº 51/99-GAB/PRG, exarado pelo órgão central do sistema jurídico do Poder Executivo em razão de suas funções institucionais – vide arts. 110 e 111 da LODF – tem o condão de afastar dos ex-Dirigentes elencados no tópico 1.1.3 acima, a eventual responsabilização pela inclusão nos ACT da estatal, de cláusula pactuando a participação nos resultados da empresa.*

92. *Salienta-se, que não se identificou similar pronunciamento da PGDF destinado à Caesb.*

93. *De toda forma, a despeito do entendimento da PGDF, conclui-se pela insubsistência dos esclarecimentos prestados pela Caesb e, à vista dos fundamentos indicados no presente achado e do que consta do § 106 acima transcrito, manteve-se os termos do presente achado de auditoria.*

94. *Ainda sobre o tema, cabe observar que passados um ano e oito meses da expedição da Decisão nº 3372/2017 – onde entre outras deliberações a Corte de Contas alertou o Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade de “normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal” (item V, “a”) – não se tem notícia de ato baixado pelo GDF regulamentando a participação nos resultados pelos empregados de suas estatais.*

Item II – Abono Natalino – Auxílio Alimentação

95. *No que se refere a inclusão na Cláusula de que trata o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, da concessão do denominado “bônus natalino”, o esclarecimento da Caesb buscou descaracterizá-lo como parte integrante do aludido Programa, em que pese incluso na cláusula que sobre ele tratava.*

96. *Consoante demonstrado nestes autos, o “bônus natalino” não se coaduna com as disposições regulamentares do referido Programa, portanto, como asseverado pela Caesb, “...não caracterizando alimentação mensal do trabalhador”, o que demonstra o caráter remuneratório do benefício, ainda que pago em forma de “ticket”.*

97. *Ressalta-se que a OJ-SDI-133, mencionada no § 66 acima, previa que ajuda alimentação não possui caráter salarial quando fornecida em cumprimento ao PAT, o que não é o caso do “bônus natalino”, como reconhecido pela Caesb.*

98. *Ademais, ainda que se reconheça que com advento da Lei nº 13.467/2017, em particular com a nova redação dada ao § 2º do art. 457 da CLT, o auxílio-alimentação, que não poderá ser pago em espécie, tenha sido excluído da base de cálculo de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, a contar de 11 de novembro de 2017, o “bônus natalino” aqui tratado, em que pese pago em forma de “ticket alimentação/refeição” não se*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

enquadra, propriamente, na condição de auxílio alimentação à vista dos preceitos do PAT.

99. *Desta feita, reitera-se os termos do presente achado, no que tange à questão em tela.*

Item III – Dispensa de Empregados com Ônus à Empresa

100. *Quanto à cessão sem ônus de sete empregados ao Sindicato representativo dos empregados da Caesb, cabe salientar, inicialmente, que a indicação da Lei nº 840/2011 se deu como instrumento de referência a ser empregado na pactuação do quantitativo de empregados a ser dispensados com ônus para a empresa ao respectivo Sindicato, a teor do que consta literalmente inserto no § 79 deste Relatório (§71 do Relatório Prévio).*

101. *A prática antes referida não seria novidade no âmbito da Companhia, uma vez que, conforme noticiado no § 73 acima, a Caesb já fazia uso de normativo não aplicável à Estatal (no caso a Lei nº 1.138, de 10 de julho de 1996, expressamente indicada em seus ACT), com a finalidade de justificar a dispensa de seus empregados.*

102. *Assim, ainda que se reconheça a redução no número de empregados dispensados com ônus – o que foi apontado no Relatório Prévio – tem-se como não razoável a dispensa dos atuais sete empregados, pelo que se mantém os termos do presente achado.*

103. *Registra-se que proposição feita pela Equipe de Auditoria teve por fundamento princípios como os da razoabilidade e do interesse público, ao qual se acrescenta, nesta oportunidade, o princípio constitucional da economicidade.*

104. (...)

2.2 Q.A. 2: Os pagamentos de parcelas de natureza remuneratória a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa estão sendo realizados em conformidade com as normas de regência e observam boas práticas de controle?

105. (...)

2.2.1 Achados de Auditoria

2.2.1.1 Sistema informatizado de Gestão de Pessoal não mantém registros dos dados cadastrais históricos e, na versão em produção, de informações que permitam identificar os usuários responsáveis por inclusões, alterações ou exclusões de dados no sistema (log)

2.2.1.1.1 Critério

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.2.1.1.2 Análise e Evidência

106. Por meio da Nota de Auditoria nº 1-31350/2018, alínea “j”, foi requerido à Caesb, entre outros, a apresentação, em meio eletrônico, dos dados cadastrais dos empregados representativos das situações existentes ao longo dos meses de janeiro/2014 a setembro/2018.

107. Todavia, a empresa disponibilizou apenas os registros alusivos ao mês de setembro/2018, sob o argumento de que o Sistema informatizado de Gestão de Pessoal em uso pela Caesb não mantém registros cadastrais históricos, mas apenas a versão corrente da situação cadastral dos empregados, consoante esclarecimento prestado pelo Gerente de Administração de Pessoas.

108. Por sua vez, ao ser inquirido a respeito dos mecanismos de controle existentes no referido Sistema, em especial os alusivos à identificação dos operadores que tenham incluído, excluído ou alterado dados cadastrais ou financeiros, o citado Gerente esclareceu que tal funcionalidade, em que pese presente em versões anteriores do Sistema em uso, não se encontra presente na versão em produção.

109. Adicionalmente, foi informado que a versão atual do Sistema de Gestão de Pessoal ao agregar funcionalidades criadas para atender às exigências do e-Social³⁰ – deixou, por motivos desconhecidos, de registrar os responsáveis pelos lançamentos realizados no Sistema.

110. Registra-se que o referido Sistema informatizado, não foi avaliado pela Equipe de Auditoria. Todavia, a falta de disponibilização dos dados cadastrais históricos, bem ainda, a ausência de demonstração de que o Sistema mantinha, em sua versão, atual os “logs” de operações, somados aos esclarecimentos prestados pela Gerência de Administração de Pessoas, foram tidos como evidências suficientes, para nesta etapa processual, caracterizar o presente achado de auditoria.

111. Observa-se que o presente achado não se caracteriza como prática irregular, mas deficiência nos controles internos da Companhia que devem ser sanados.

2.2.1.1.3 Causa

112. Pode-se apontar como causa a deficiência nos controles internos que permitiram a contratação/aquisição e uso de Sistema Informatizado em que relevantes informações de controle e segurança não estejam disponíveis.

113. Ressalta-se, que por estar fora do escopo do presente trabalho, não se buscou identificar se as ausências das funcionalidades decorrem de desconhecimento das funcionalidades do Sistema, ou da falta de previsão de tais recursos no ato de contratação/aquisição, ou se de falha de implementação/atualização e homologação do Sistema em uso.

³⁰ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas Instituído pelo Decreto nº 8373/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.2.1.1.4 Efeito

114. *A ausência dos registros cadastrais históricos dificulta a revisão de pagamentos e da evolução do empregado na carreira, notadamente quando se buscar realizar teste por meio eletrônico, tais como os levados a efeito na presente auditoria.*

115. *A título de ilustração cita-se a impossibilidade de, com base nos registros eletrônicos disponibilizados, identificar a compatibilidade entre o salário pago e aquele previsto na tabela salarial para o posicionamento do empregado no Plano de Carreira; ou dos valores pagos e aqueles fixados para os empregos em comissão/funções gratificadas ocupados pelo empregado ao longo do tempo; identificar quem ocupava determinados empregos em comissão/funções gratificadas em dado momento no tempo ou ainda, suas lotações, carga horária semanal; informações sobre as contas bancárias em que os pagamentos foram creditados, entre outros dados relevantes, cuja recuperação, quando necessária, deverá se dar de forma hercúlea, por meio de acesso as pastas físicas e outros instrumentos de controle paralelos.*

116. *Por sua vez, a ausência de registros das ações praticadas pelos usuários no Sistema, fragiliza os controles na medida em que dificulta identificação de responsabilidade por erros ou fraude.*

2.2.1.1.5 Proposição

117. *Pugna-se por determinar à Caesb que adote, junto ao fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, sistemática de registro das operações levadas a efeito pelos usuários do Sistema, notadamente no que se refere aquelas tendentes a incluir, alterar ou excluir registros cadastrais e financeiros.*

118. *No que se refere à ausência de dados cadastrais históricos, que a Caesb mantenha armazenada, até que uma solução interna ao Sistema em uso esteja disponibilizada, cópia “congelada” do cadastro³¹ que tenha servido de base para a confecção de cada folha de pagamento paga, de forma a ser possível correlacionar os registros financeiros e cadastrais que lhes deram fundamento.*

2.2.1.1.6 Manifestação da Auditada

119. *A Caesb informou que as medidas corretivas serão implementadas quando da renovação, em março/2019, do contrato com o fornecedor do Sistema de Folha de Pagamento.*

2.2.1.1.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

³¹ Por exemplo, informações como: cargo e posição do empregado no Plano de Carreira (referência salarial); cargo comissionado / função gratificada ocupado; lotação; jornada de trabalho; conta bancária em que o pagamento foi creditado; situação do empregado, se afastado, cedido, ativo, etc; dados pessoais do empregado, incluindo endereço, estado civil, entre outros relevantes ao controle. ²⁹ Estabeleciam, apenas, a competência para criar “cargos” e funções comissionadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

120. A manifestação da Caesb corrobora a pertinência do presente achado, pelo que será mantido. No que tange a providência, sua efetividade poderá ser analisada em futura auditoria.

2.2.1.1.8 Benefício Esperado

121. Correção das fragilidades apontadas e consequente aperfeiçoamento dos controles.

2.2.1.2 Ausência de Ato Administrativo que estabeleça o Quadro de Pessoal Permanente

2.2.1.2.1 Critério

(...)

2.2.1.2.2 Análise e Evidência

122. Visando avaliar o regular provimento de empregos efetivos existentes na empresa, foi requerida à Caesb, por meio da Nota de Auditoria 01-31350/2018, a apresentação de “e - cópia das tabelas de remuneração e de quantitativos de pessoal autorizados vigentes entre 2014 e 08/2018, acompanhadas dos respectivos atos de aprovação, alusivas aos empregos permanentes, temporários, cargos comissionados, função de confiança, cargos de Direção (pró-labore), Jeton e outros que houver” (grifouse).

123. Todavia, consoante esclarecimentos prestados pelo Superintendente de Gestão de Pessoas, a Caesb não possui ato formal aprovando e fixando o Quadro de Pessoal Permanente. Os empregos existentes na empresa, as “áreas de contribuição” (formação/especializações) são objeto do “Sistema de Gestão de Pessoas por Competência - SGPC” (Plano de Carreira) que, no entanto, não prevê quantitativos.

124. De notar que nos Estatutos Sociais vigentes entre 2015 e 2018 não há menção expressa em relação a competências relacionadas à criação de empregos no quadro da Companhia²⁹, ainda que se reconheça que a partir de 21/06/2018, coube à Diretoria Colegiada a teor do art. 43, IV, do Estatuto, a competência para, entre outras, “aprovar a Estrutura Organizacional...” da empresa que, por óbvio, não se confunde com o Quadro de Pessoal, ainda que o segundo deva estar alinhado com o primeiro, de forma a otimizar o desempenho da empresa.

125. Atualmente, as contratações de pessoal são autorizadas pelo Diretor de Suporte, responsável entre outras pela área de recursos humanos, à vista de demandas das áreas requerentes e observadas as seguintes condições:

- inexistência no Banco de Permuta, de empregado do quadro permanente que atenda a demanda e tenha interesse de permutar para a lotação requerente; e*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- existência de candidato aprovado em concurso público, no Cadastro de Reserva.

126. Estatutariamente não há indicação expressa acerca da competência para realizar as contratações de pessoal. Todavia, coube ao Diretor de Suporte até 20/06/2018³², “gerenciar a gestão de pessoal, suprindo suas necessidades, bem como executar a política de recursos humanos da empresa” e atualmente³³, “definir e implementar a política de gestão de pessoas ..., bem como gerenciar as necessidades de pessoal da Companhia” (grifou-se), e à Diretoria Colegiada³⁴ “resolver todos os negócios da sociedade que não forem de competência privativa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho fiscal...”

127. Por sua vez, o Plano de Carreira (SGPC) da CAESB ao tratar da “3. DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO / POLÍTICAS DE PESSOAL”, em particular o item “3.2 Provimento de Vagas na Caesb”, previu que “O provimento de vagas na Caesb é decorrente do monitoramento do Quadro de Pessoal da Companhia, sendo as demandas de pessoal indicadas pela área de Gestão de Pessoas e autorizadas pela Direção da Caesb”. No mesmo documento, a empresa conceitua, “Vaga” como “...unidade representativa da existência de um posto de trabalho não preenchido e necessário à Empresa”.

128. À vista do que consta do SGPC, pode-se inferir que o provimento de vagas pressupõe estudos de parte da área de Gestão de Pessoas, bem ainda, da existência de “vaga”, o que permite inferir quanto à necessidade de um quadro formalmente aprovado, ante a possibilidade de que a atividade de provimento de vagas se dê de forma a não atender, na plenitude, aos princípios da transparência, eficiência, eficácia e efetividade, consoante mandamento constitucional (art.37), em face de ações isoladas ao alvedrio do Gestor à frente da Companhia, ou mesmo, fora do contexto da política de pessoal da empresa, cuja aprovação é de competência do Conselho de Administração, a vista do art. 18, I da Lei nº 13.303/2016³⁵.

129. Assim, a ausência do referido instrumento de controle obstaculiza, em certo grau, as atividades de controle a cargo do Conselho de Administração da Empresa, do Conselho Fiscal, a teor do que consta do art. 163, I da Lei 6.404/1976³⁶, bem como dos demais órgãos de controle governamental, como o Órgão Central de Controle Interno do GDF (atual Controladoria) e do próprio Tribunal de Contas do DF.

130. Salienta-se, por fim, que a ausência do aludido quadro se mostra relevante, especialmente no momento em que a empresa, sob a alegação de

³² Art. 34, IV (E.S. versões 2015 e 2016).

³³ Art. 45, III (E.S. versão 2018).

³⁴ Art. 32, II (E.S. versões 2015 e 2016) e 43, II (E.S. versão 2018).

³⁵ Art. 18. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao Conselho de Administração:

I - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes; (grifou-se)

³⁶ I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

reduzir custos, implementou no curso dos anos de 2013 e 2018 programas de demissões voluntárias, mediante concessão de incentivos financeiros, com dispêndios significativos, consoante noticiado no item 3.1 deste Relatório, tendo inclusive se comprometido, a teor da Resolução de Diretoria nº 09/2018³⁷, no sentido de que “as contratações de novos empregados, no quadriênio 2019-2022, estarão limitadas a 25% da economia gerada com os novos desligamentos, cabendo à Caesb comprovar a implementação desse limite de contratações ...”.

131. Observa-se que o presente achado não se caracteriza como prática irregular, mas deficiência nos controles internos da Companhia, que devem ser sanados.

2.2.1.2.3 Causa

132. Tendo por base os esclarecimentos prestados pelo Gerente de Captação e Gestão de Carreiras, no sentido de que a proposta de criação da Tabela de Emprego Permanente teria sido apresentada no passado à Direção da Empresa, tem-se que a ausência de tal instrumento se deve a opção gerencial dos Gestores da Estatal, somado à anuência do Conselho de Administração da Companhia, que ao que parece, optou por atuar em relação às políticas de pessoal da Companhia por demanda da Direção, a exemplo do visto em relação ao PDV, em que, ao que parece, não tiveram uma participação ativa, limitando-se a ratificar o ato praticado pela Direção.

2.2.1.2.4 Efeito

133. (...)

2.2.1.2.5 Proposição

134. Pugna-se por determinar à Caesb que adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da Companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas bem, ainda, dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria nº 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, I da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da Companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas.

2.2.1.2.6 Manifestação da Auditada

135. Para justificar a inexistência de um quadro permanente de pessoal, fixado por ato de autoridade competente, a Caesb, em síntese, ofereceu os seguintes argumentos:

³⁷ Ratificada pelo Conselho de Administração em sua 1.193ª reunião Ordinária (Decisão 2/2018).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- ... as contratações nas empresas públicas independentes obedecem às demandas de mercado, por considerar os imperativos ambientais, orientação estratégica da gestão, desenvolvimento tecnológico, orçamento financeiro entre outros fatores”;
- “Os processos de trabalho vêm sendo afetados por mudanças tecnológicas constantes, influenciando diretamente no quantitativo de pessoal necessário...”;
- a empresa “Há mais de 15 anos vem realizando sucessivos programas de desligamento voluntários ...”, alcançando 595 empregados, e que “...no mesmo período, foram contratados 386... novos colaboradores”, vez que “... nem sempre a reposição é necessária” e que “...Cada concursado que entra no serviço público em necessidade pode tornar-se uma despesa por mais de 30 anos”;
- “...que é imprescindível o desenvolvimento de um processo de avaliação que considere o fluxo de entrada, movimentação interna e saída de pessoas...e que traga como resultado um quadro dinâmico, condizente com as demandas”;
- “... que mais importante que a definição de um quantitativo fixo de colaboradores é a avaliação continuada da necessidade de pessoal por meio de um processo sistemático e estruturado. Entretanto, esse procedimento de avaliação ... exige tempo e recurso...”;
- “... é prática da empresa manter um concurso público vigente com cadastro reserva ...visando suprir demandas...”;
- “Inevitavelmente, a identificação de uma vaga em um hipotético quadro de pessoal fixo poderá ser argumento para o candidato que está aguardando a convocação buscar sua contratação por vias judiciais, mesmo que posteriormente essa vaga seja considerada desnecessária após avaliação técnica”;

136. Conclui, afirmando que, “Diante das práticas de mercado, da dinâmica das políticas de pessoal nas organizações... e da necessidade de construção da cultura de planejamento de pessoal, ... a Gerência de Captação de Pessoal e Gestão de Carreiras ... apresentou proposta para normalizar uma metodologia das necessidades de contratação ...” que “... encontra-se na fase de avaliação da Diretoria Colegiada e a expectativa é de que seja aprovada no 1º semestre de 2019”.

2.2.1.2.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

137. Inicialmente, cabe destacar que a proposição resultante do presente achado de auditoria, no sentido de que a empresa baixasse ato estabelecendo seu quadro de pessoal, não pode ser confundida como uma mera fixação de quantidades imutáveis de pessoas, portanto, não susceptível a revisão.

138. Como salientado nos §§ 127 e 128 deste Relatório, o estabelecimento do quadro permanente requer estudos que demonstrem seu alinhamento aos objetivos sociais, às estratégias da empresa, bem, ainda, constante monitoramento de forma a garantir sua adequação à realidade, ou nas palavras da Caesb aos “... imperativos ambientais, orientação estratégica da gestão,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

desenvolvimento tecnológico, orçamento financeiro entre outros fatores”, como preconizado, inclusive, no mencionado Plano de Carreira da Companhia, no tópico que versa sobre a “DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO / POLÍTICAS DE PESSOAL”.

139. *A quantificação das necessidades é reconhecida pela empresa, a ponto de motivar a Gerência de Captação de Pessoal e Gestão de Carreiras, a buscar junto à “...uma consultoria especializada em dimensionamento de pessoal nas organizações”, (grifou-se) o instrumental necessário à formulação de uma metodologia “... de avaliação das necessidades de contratação...”.*

140. *É de se esperar, que por intermédio de tal metodologia a empresa tenha condição de mensurar, portanto quantificar, suas necessidades de pessoal em nível de carreiras/especialidades/lotação, tendo por referencial todo o seu contexto operacional, bem ainda, as condicionantes indicadas pela Empresa e transcritas no § 138 acima.*

141. *O que se propõe neste achado de auditoria é que o resultado de tal estudo/levantamento se traduza em ato formal, por meio do qual a empresa publicite suas necessidades (por meio do estabelecimento do quadro de pessoal), viabilizando o exercício das atividades de controle tanto no âmbito interno como externo.*

142. *A medida em questão não se constitui obstáculo à gestão, vez que tal quadro pode, e deve, ser revisto sempre que necessário, observada, apenas, as alçadas de competência previstas no Estatuto. A necessária e constante revisão se daria de forma sistematizada e cíclica, à vista da metodologia sugerida pela Unidade de Pessoal, que, acredita-se, esteja dotada de mecanismos que permitam o seu contínuo monitoramento, tal como preconizado pela empresa na seguinte passagem de seus esclarecimentos, ...mais importante que a definição de um quantitativo fixo de colaboradores é a avaliação continuada da necessidade de pessoal por meio de um processo sistemático e estruturado.*

143. *Assim, na hipótese de vacância de cargo/emprego não mais necessário à Caesb, ou no momento em que se vislumbra que determinado cargo/emprego – por razões tecnológicas, econômicas ou estratégicas – não mais se faz necessário à empresa, caberá a Administração extingui-lo, de forma a adequar o Quadro Permanente às necessidades da Companhia.*

144. *Ao que parece, o cerne da preocupação, ainda que não explicitada, estaria relacionada a uma eventual falta de agilidade da empresa em adequar o Quadro de Pessoal aprovado à dinâmica imposta pelas mutações observadas no contexto em que a empresa se encontra inserida.*

145. *Sobre a afirmação de que a existência de um quadro de pessoal poderá ensejar, pela via judicial, medidas tendentes a obrigar a empresa a contratar pessoal mesmo quando não haja efetiva necessidade, cabe observar a existência de reiteradas decisões do STJ³⁸ no sentido de que apenas o candidato aprovado*

³⁸ Processo : RMS 20718 / SP - Relator (a): Ministro PAULO MEDINA (1121) - Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA - Data do Julgamento: 04/12/2007; (MS 11992/DF , 3ª Seção, Rel. Min. Paulo Medina, DJU de 02/04/2007). (Processo : REsp 918687 - Relator:(a) Ministro FELIX FISCHER - Data da Publicação: 06/02/2009); RE 227480/RJ, rel. orig. Min. Menezes Direito, rel. p/o acórdão Min. Cármen Lúcia, 16.9.2008. (RE-227480).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

dentro do número de vagas tem direito líquido e certo à nomeação.

146. Ainda sobre a “hipótese” acima referida, cabe observar especialmente o que restou decidido pelo STF, em Tese de Repercussão Geral, definida no RE 837.311³⁹, acerca do Tema 784 (Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público, no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame), verbis:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: “O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1– Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.” Vencido o Ministro Marco Aurélio, que se manifestou contra o enunciado. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 09.12.2015. (grifou-se)

147. Desta feita, não se vislumbra nos esclarecimentos prestados pela empresa, motivos para o não acolhimento do que fora proposto no presente achado de auditoria, motivo pelo qual tem-se por válidos os seus termos, como, também, a respectiva proposição.

2.2.1.2.8 Benefício Esperado

148. Maior controle sobre as admissões e o quadro de pessoal, bem como do atendimento à meta fixada na Resolução de Diretoria Caesb nº 09/2018.

2.2.1.3 Não foi possível confirmar por documentação hábil a compatibilidade entre os empregos em comissão e funções gratificadas ocupados e os autorizados/criados por atos da Diretoria

2.2.1.3.1 Critério

³⁹ Rel. min. Luiz Fux, P, j. 9-12-2015, DJE 72 de 18-4-2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

(...)

2.2.1.3.2 Análise e Evidência

149. Dispunha o art. 33, VI do então vigente Estatuto Social da Companhia que era atribuição do Presidente da Companhia, “decidir sobre criação e extinção de cargos ou funções, fixar vencimentos e conceder licenças”

150. A partir de 21/06/2018, com o novo Estatuto Social, as atribuições antes referidas foram transferidas para a Diretoria Colegiada, a teor do art. 43, V, assim vazado: “V – decidir sobre a criação e extinção de cargos comissionados ou funções e fixar vencimentos”.

151. Visando avaliar o regular provimento das funções gratificadas e dos empregos em comissão existentes na empresa, foi requerida à Caesb, por meio da Nota de Auditoria 01-31350/2018, a apresentação de “e - cópia das tabelas de remuneração e de quantitativos de pessoal autorizados vigentes entre 2014 e 08/2018, acompanhadas dos respectivos atos de aprovação, alusivas aos empregos permanentes, temporários, cargos comissionados, função de confiança, cargos de Direção (pró-labore), Jeton e outros que houver” (grifou-se).

152. Em face do não encaminhamento do solicitado, buscou-se junto à Assessoria de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial, elementos informativos que viabilizassem a verificação em questão, ocasião em que foram disponibilizadas as seguintes Resoluções da Diretoria: 12/2015, 04/2017, 41/2017, 10/2018 e 55/2018.

153. Compilados os quantitativos de empregos em comissão/funções gratificadas criados e extintos pelos referidos atos e confrontados com a situação cadastral vista em setembro/2018, obteve-se o quadro abaixo, onde constam a existência em número superior aos previstos nos atos antes noticiados, totalizando 655 empregos em comissão/funções gratificadas com pendência:

Símbolo	Existentes	Previstos	Situação
CCA-01	1	1	Regular
CCA-03	7	7	Regular
CCA-05	12	5	7
CCA-06	18	2	16
CCA-07	13	0	13
CCA-08	8	0	8
CCA-09	4	0	4
CCA-10	1	0	1
FG-01	16	17	Regular

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

FG-02	96	101	Regular
FG-03	102	100	2
FG-04	6	6	Regular
FIAD	66	0	66
JUDIC	59	0	59
NG-01	4	0	4
NG-02	44	3	41
NG-03	183	0	183
Símbolo	Existentes	Previstos	Situação
NG-04	258		1 257
Total	898		243 655

2.2.1.3.3 Causa

154. No mínimo, deficiência nos controles internos, dada indisponibilidade das informações requeridas, que deveriam estar armazenadas de forma sistematizada para pronta consulta e avaliação.

155. Tem-se que os atos de criação/alteração/exclusão de empregos efetivos, comissionados e funções gratificadas devam constar dos registros cadastrais do Sistema informatizado de Gestão de Pessoal, bem como arquivados, visando garantir a plena identificação de suas origens, em face dos impactos financeiros na folha de pagamento.

2.2.1.3.4 Efeito

156. Neste primeiro momento, tem-se por inviável confirmar a regularidade das despesas realizadas com pagamento de funções gratificadas e empregos em comissão dadas as pendências acima identificadas, frente aos atos autorizativos.

157. Não logrando a empresa comprovar a existência de ato aprovando a criação dos postos em princípio excedentes, restará caracterizada grave irregularidade como a realização de despesas não autorizadas.

158. No tocante aos valores pagos frente aos previstos para os referidos empregos em comissão/funções gratificadas, não se identificou impropriedades.

2.2.1.3.5 Proposição



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

159. *Sugere-se determinar à Caesb que apresente os respectivos atos de criação dos empregos em comissão/funções gratificadas objeto do presente achado, ante a possibilidade de as despesas incorridas, em razão dos quantitativos não comprovados, serem consideradas irregulares, com reflexos nas contas anuais dos gestores.*

160. *Adicionalmente, e na hipótese de não localização da documentação acima referida, faz-se necessário determinar à Caesb que adote providências tendentes a regularizar a situação apontada, mediante expedição de ato fixando os quantitativos e os valores de funções gratificadas e empregos comissionados existentes, observadas as normas de regência.*

161. *Sem prejuízo das medidas anteriores, entende-se pertinente, ainda, orientar a estatal no sentido de que, a cada alteração na estrutura organizacional ou criação/extinção de cargo/função, baixe ato aprovando nova tabela consolidando a situação de momento, garantindo, assim, um controle mais efetivo e simplificado da matéria, sem prejuízo de mantê-lo adequadamente registrado e arquivado na área de pessoal (cadastro), para assim evitar a perda de memória e eventual prática de ato sem a respectiva aprovação.*

2.2.1.3.6 Manifestação da Auditada

162. *A empresa não se manifestou sobre o Achado. Salienta-se que na documentação enviada à Corte de Contas, consta como resposta, da lavra do Superintendente de Gestão de Pessoas, a seguinte colocação, verbis: “Foi solicitado o encaminhamento deste item à Assessoria de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial –PRM (unidade responsável por gerir as criações e/ou extinções de funções gratificadas).*

2.2.1.3.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

163. *Pela manutenção do Achado e da respectiva proposição.*

2.2.1.3.8 Benefício Esperado

164. *Regularização da situação e mitigação de falhas como as apontadas.*

2.2.1.4 Incorporação à verba salário (rubrica 100) de parcelas remuneratórias que deveriam, à vista de sua natureza, serem lançadas em rubricas próprias

2.2.1.4.1 Critério

(...)

2.2.1.4.2 Análise e Evidência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

165. A estrutura salarial prevista no Plano de Carreira (SGPC) da Caesb é composta de 7 cargos (divididos em especialidades), os quais se subdividem para fim de progressão horizontal (merecimento e antiguidade), em 21 “degraus” (“Adm”, e de “A” a “T”), além de três níveis progressão vertical (“I” a “III”), representativos do nível de complexidade do cargo, cuja progressão se dá por mérito e atendimento a requisitos previstos no referido Sistema (item 3.5.2).

166. Assim, para cada cargo, nível e degrau há um salário básico estipulado na Tabela de Remuneração, contida no referido Plano.

167. Ao verificar a compatibilidade entre os valores pagos a título de salário (100) e os montantes previstos na tabela salarial constatou-se a existência de uma série de divergências, a ponto de em setembro/2018 terem sido identificados 337 empregados cujo salário mostravam-se “Fora de Tabela”⁴⁰, ou seja, possuíam salários ou incompatíveis com aquele previsto para os respectivos cargos/níveis/degraus ou referiam-se a empregados cujos salários não se enquadraram na tabela remuneratória, por ocasião da implantação do Plano vigente.

168. Consoante análise realizada, identificou-se em relação aos 337 empregados considerados como “Fora de Tabela”, as seguintes situações:

- a) 5, são advogados que obtiveram judicialmente⁴¹ o direito de perceberem salários equiparados aos de Procurador do DF, referente ao PCS de 2002, tratado no Processo TCDF nº 6825/2003.
- b) 7, são advogados que obtiveram a vantagem antes referida, mas posteriormente migraram para o Plano de Carreira. Por terem, na ocasião da migração salários superiores ao previsto na tabela, foram enquadrados na situação de “Fora da Tabela”;
- c) 201, são empregados que obtiveram seus salários majorados para “degrau” pertencente ao “nível” seguinte àquele em que se encontram formalmente⁴² posicionados, em face da aplicação de regras de transição contidas no Plano de Carreira vigente⁴³, bem como de progressões posteriormente concedidas (2014, antiguidade – 1 degrau e 2015, mérito – 1 degrau, decorrente do cumprimento do ACT 2015). Ou seja, são empregados que percebem remuneração correspondente a posições superiores na tabela salarial, mas por não atenderem aos requisitos necessários à promoção vertical, não foram de fato promovidos, dando origem a defasagem salarial e, por conseguinte, à classificação de “Fora

⁴⁰ Termo empregado pela empresa em seus controles para representar esses casos.

⁴¹ Processo nº 0001290-55.2010.5.10.0015, onde o GDF figurou como terceiro interessado.

⁴² Considerando os dados cadastrais fornecidos, que não continham informações sobre o “degrau” ocupado pelo empregado, e os registros de planilha elaborada pela Gerência de Captação e Gestão de Carreiras, contendo o degrau ocupado por ocasião das promoções.

⁴³ 6.2.1. Após a implantação do novo SGPC haverá carência de 2 anos para o cumprimento dos requisitos. Os empregados que forem promovidos nos níveis de complexidade I e II e que não possuam os requisitos necessários para a progressão vertical receberão o percentual referente ao deslocamento de sua progressão e ficarão posicionados fora de tabela, permanecendo no nível que ocupam.

6.2.4. A carência de que trata o item 6.2.1. será estendida caso a Escola Corporativa – ECO não ofereça os cursos solicitados como “conhecimentos” para mudança de nível. Nestes casos, a carência será estendida até que a ECO ofereça o curso ao empregado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

de Tabela” (vide item 0);

d) 9, são empregados cujo salário por ocasião do enquadramento no Plano de Carreira implementado em 2013 era superior ao previsto para o último “degrau”, do último “nível” (degrau “T”, nível “III”) do cargo do empregado⁴⁴;

e) 114, são empregados cujo salário por ocasião do enquadramento no Plano de Carreira implementado em 2013 era superior ao maior previsto para a faixa salarial correspondente⁴⁵. Estes obtiveram, ainda, 2 promoções horizontais (1 antiguidade e 1 por merecimento), no período auditado;

f) 1, obteve pela via judicial, o direito de incorporar ao salário importância correspondente à média das gratificações de função então ocupada. A incorporação se deu em abril de 2014.

169. Cabe ressaltar que o presente achado não configura irregularidade, mas prática administrativa que, na visão da Equipe de Auditoria, deve ser aperfeiçoada.

2.2.1.4.3 Causa

170. Tem-se como causa a forma utilizada pela Caesb para enquadrar seus empregados no novo Plano de Carreira (mantendo os salários fora de tabela); de consignar o atendimento ao que ficou preconizado nos itens 6.2.1 e 6.2.4. (alterando os salários, porém mantendo-o na posição em que se encontra na carreira/referência salarial; e o cumprimento das determinações judiciais.

2.2.1.4.4 Efeito

171. Ao não optar, sempre que possível, pela criação de rubricas específicas para lançar os “diferenciais⁴⁶” salariais originados das excepcionalidades antes referidas, como vantagem pessoal nominalmente identificada, a empresa impactou negativamente na transparência de seus registros, ao tempo em que constituiu dificuldades de controle que poderiam ser melhor gerenciadas.

172. Registra-se que as rubricas antes referidas, deveriam para não causar prejuízos ao empregado, terem parametrização de forma a se comportar como a rubrica salário (100), seja para os fins de incidência de encargos e tributos, seja para integração de bases de cálculo.

2.2.1.4.5 Proposição

⁴⁴ 5. Caso o salário percebido pelo empregado no momento do enquadramento seja superior ao maior salário de quaisquer faixas salariais dos Níveis de Complexidade I, II ou III correspondente (previsto na Tabela de Enquadramento), o atual salário do empregado será mantido e este será posicionado “fora de tabela”, de acordo com a faixa salarial prevista para o Nível de Complexidade de enquadramento;

⁴⁵ 4. Caso o salário do empregado seja superior ao maior salário previsto para a faixa salarial correspondente, o salário percebido será mantido e o empregado será posicionado “fora de tabela”; (texto replicado nos itens 6.1 e 7.1, que aplicáveis, respectivamente, os ocupantes de cargo GSS – Auxiliar Operacional e GSN – Auxiliar Administrativos em extinção.

⁴⁶ Valor a ser pago ao empregado por direito subtraído daqueles da tabela. No caso do reenquadramento, o último nível e/ou degrau correspondente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

173. *Tem-se por pertinente que a Corte de Contas determine à Caesb que busque, na medida do possível, segregar da rubrica salário (100) os montantes resultantes das situações excepcionais descritas acima, por meio da criação de rubricas específicas e representativas de cada uma das situações, notadamente, quando não houver deliberação judicial expressa pela incorporação ao salário-base (contratual), à vista da extensão do conceito salário preconizado no § 1º, art. 457, da CLT, especialmente antes da alteração promovida pela Lei nº 13.467/2017.*

2.2.1.4.6 Manifestação da Auditada

174. *Em síntese a empresa informa que uma nova versão do Plano de Cargos, Carreira e Salários elaborado pela Gerência de Captação de Pessoas e Gestão de Carreiras, e que “prevê o enquadramento de 100% dos empregados na nova estrutura salarial”, o que solucionaria a situação apontada neste achado, está em análise pela Diretoria Colegiada, desde outubro/2018.*

2.2.1.4.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

175. *Se concretizada a medida antes indicada, o problema restará resolvido. Todavia, considerando que a correção ainda não foi levada a efeito, mantém-se íntegro o presente achado e pertinente a correspondente proposição.*

176. *Registra-se que a efetividade da medida em curso poderá ser avaliada em futura auditoria.*

2.2.1.4.8 Benefício Esperado

177. *Aperfeiçoar os controles e garantir maior transparência em relação às parcelas que compõem o salário contratual, base (100).*

2.2.1.5 Ato de gestão antieconômico resultante da não disponibilização dos cursos necessários à progressão vertical de seus empregados

2.2.1.5.1 Critério

(...)

2.2.1.5.2 Análise e Evidência

178. *Conforme noticiado no § 168, alínea “c”, deste Relatório, a Caesb ao longo de 2014 a 2018 concedeu acréscimos salariais, correspondentes ao “deslocamento de sua progressão”, aos seus empregados aptos a participarem do processo de avaliação por mérito, para fins de acesso ao nível seguinte de complexidade da carreira (promoção vertical) mas que, por não atenderem os*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

requisitos de conhecimento necessários à progressão, em face da não disponibilização pela empresa dos cursos necessários a este mister, foram beneficiados com ganhos financeiros correspondentes, sem contudo, estarem formalmente habilitados à luz do Plano de Carreira (SGPC), a exercerem as atribuições e responsabilidades correspondentes ao nível para o qual estão sendo remunerados (em setembro/2018 encontravam-se nesta situação 201 empregados⁴⁷).

179. *Ou seja, no plano fático o empregado recebe o salário correspondente a um nível de complexidade maior, porém exerce atividades inerentes a um grau de complexidade menor, vez que não possui o conhecimento exigido para o nível em que está sendo pago. Explica-se.*

180. *O Plano de Carreira da Caesb (SGPC) prevê no que se refere ao desenvolvimento do empregado na carreira as progressões salariais horizontal e vertical, onde a primeira corresponde “a mudança ocorrida pelo reposicionamento do empregado do atual degrau salarial para outro degrau, da mesma faixa salarial, dentro do mesmo cargo e Nível de Complexidade em que o profissional se encontra...” (grifou-se), e a segunda, “É a mudança para o Nível de Complexidade imediatamente superior ao ocupado pelo empregado dentro do mesmo cargo...”. (grifou-se)*

181. *Na progressão salarial vertical, segundo item 3.3 do SGPC 2014, “...o empregado movimenta-se para o Nível de Complexidade subsequente, progredindo salarialmente em virtude de estar apto a assumir novas atribuições que exigem capacidades e contribuições de maior complexidade”. (grifou-se)*

182. *Não por outro motivo o SGPC preconiza nos itens:*

- 2.1.1, que “O crescimento para os Níveis de Complexidade subsequentes ocorrerá conforme as regras de progressão estabelecidas e apresentadas nos subitens 3.3, 3.4 e 3.5”;
- 2.1.3, que “O estabelecimento das Atribuições e Responsabilidades do cargo norteia, portanto, o padrão de desempenho dos empregados de cada cargo e Nível de Complexidade”; e
- 3.5.2, que “b) A Progressão Vertical por Mérito será decorrente do resultado da Avaliação do Desenvolvimento Profissional e do atendimento dos Requisitos e Capacidades para mudança de Nível de Complexidade”.

183. *Ao tratar dos requisitos e capacidades dos cargos, o item 2.4.1, assim dispôs:*

São os “conhecimentos” e a “formação” que possibilitam o desempenho/desenvolvimento do empregado em cada cargo e Nível de Complexidade.

- a) **Formação:** *Para ingressar no Cargo e atuar em um determinado Nível de Complexidade, o empregado deve possuir a escolaridade mínima exigida para aquele nível.*
- b) **Conhecimentos:** *São os conhecimentos exigidos para todos os empregados do*

⁴⁷ Segundo resultado do cruzamento feito entre salários e dados cadastrais (vide item 2.2.1.4).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

mesmo Nível de Complexidade do cargo. Tratam-se de conhecimentos referentes ao negócio e à Empresa. Tem caráter de desenvolvimento e serão utilizados como requisito para mudança de Nível de Complexidade.

184. Conforme item 4.1 da ND.SRH-022, que trata da “Avaliação do Desenvolvimento Profissional – ADP e do Processo Seletivo Interno para Progressão – PSIP”, “...A área de gestão de pessoas, durante a ADP, divulgará os nomes dos empregados que deverão comprovar os requisitos e capacidades exigidos para mudança de nível de complexidade”, enquanto o item 4.8, reitera que, “Conforme o SGPC, os requisitos e capacidades correspondem à “formação” e aos “conhecimentos”. 185. Ocorre que a empresa, por meio de sua Escola Corporativa, não vem oferecendo a seus empregados os cursos de sua responsabilidade⁴⁸ e que figuram como requisito básico à mudança de nível (vertical), o que tem inviabilizado a progressão, de fato, destes empregados na Carreira.

186. Em face da situação em comento, a empresa utilizando-se como fundamento as regras insertas nos itens 6.2.1 e 6.2.4 do SGPC e, ainda, em atenção ao contido na Cláusula Quadragésima Primeira do ACT 2015/2016, que pactuou a “movimentação na carreira dos empregados em 1 (um) degrau na tabela salarial, em novembro de 2015, a título de quitação as promoções por mérito, previstas e não realizadas em janeiro de 2015, respeitados os critérios estabelecidos no SGPC”, vem pagando a esses empregados, salários superiores àqueles fixados na tabela para os respectivos níveis de conhecimento, dando origem a situação noticiada nos §§ 178 e 179 acima.

2.2.1.5.3 Causa

187. Consoante informação prestada pelo Gerente de Captação de Pessoas e Gestão de Carreiras, a não realização dos cursos deveu-se a expectativa de aprovação de novo Plano de Carreira que, até a presente data, não se concretizou, apesar de os estudos pertinentes terem sido apresentados à Direção da empresa.

2.2.1.5.4 Efeito

188. Tendo por referência o mês de setembro/2018 e considerando a possibilidade de que os alcançados pelas regras de exceção mencionadas no tópico acima estivessem no degrau “T” do respectivo nível (estão aptos aqueles que estiverem posicionados nos dois últimos degraus), tem-se um dispêndio sem contrapartida em novas atribuições/responsabilidades da ordem de R\$ 73 mil reais/mês, sem considerar os efeitos em outras verbas trabalhistas e encargos incidentes.

2.2.1.5.5 Proposição

⁴⁸ No caso, aqueles não susceptíveis de serem realizados pelos empregados fora da Companhia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

189. Pugna-se por determinar à Caesb que adote imediata providência no sentido de regularizar a situação em tela, oferecendo os cursos exigidos para a promoção vertical de seus empregados, ou, alternativamente, mediante revisão do atual Plano de Carreira, com vistas a sanar a situação descrita e evitar que venha a se repetir, alertando a empresa quanto à possibilidade de a morosidade caracterizar ato de gestão antieconômico, sujeitos às medidas previstas nos art. 17, III, “b” ou “c” e 57, III da Lei Complementar 1/1990.

2.2.1.5.6 Manifestação da Auditada

190. Em síntese a Caesb reconhece que não vem disponibilizando os cursos necessários à promoção por mérito, ao tempo em que esclareceu que a suspensão se deu em razão do que vem sendo pactuado em ACT, que culminaram na “...suspensão... congelamento do SGPC” no que tange as promoções por mérito, tendo como contrapartida, a concessão de degraus até que novas regras sejam acordadas, o que não se verificou até a presente data (março/2019).

191. Observa a Caesb que em outubro último foi apresentada à Diretoria da Empresa minuta de um novo PCCS, que se encontra pendente de aprovação.

2.2.1.5.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

192. Os fatos narrados pela Caesb corroboram o teor do achado de auditoria. Nota-se que passados pouco mais de 4 anos da suspensão dos cursos, a Empresa não alcançou uma solução para o problema, optando por conceder, pela via de ACT, as promoções de caráter geral e automática (1 degrau/ano) a todos seus empregados, originando a situação que deu causa ao presente achado de auditoria.

193. Desta feita, faz-se pertinente a manutenção do presente achado e da correspondente proposição.

2.2.1.5.8 Benefício Esperado

194. Compatibilizar as retribuições financeiras dos empregados às atribuições e responsabilidade para os quais estão sendo pagos.

2.2.1.6 Bases de cálculo do adicional noturno (128), das horas extras (125,126,145,146)⁴⁹ e do sobreaviso (130) divergentes, por omissão ou inclusão, de verbas na composição da “hora normal”

2.2.1.6.1 Critério

(...)

⁴⁹ Respectivamente, HE 50%, HE Noturna (80%), HE Domingo (100%) e HE Noturna Domingo (140%)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.2.1.6.2 Análise e Evidência

195. De acordo com caput do art. 457 da CLT, “Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que recebe”.

196. Por sua vez, o § 1º do referido artigo, com a redação vigente até 10/11/2017, dispunha que integravam “... o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador”. A partir de 11/11/2017⁵⁰ o conceito acima foi enxugado pela nova redação conferida ao §1º, passando a integrar o salário, apenas, “...a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador”.

197. Com a alteração antes referida, pode-se concluir que, para fins de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, deve-se considerar além do salário contratual, das gratificações legais e das comissões pagas pelo empregador, as demais verbas pagas/recebidas, desde que não se enquadrem nas condições indicadas nos §§ 2º e 4º do referido artigo, ou seja:

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílioalimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. (grifou-se)

(...)

§ 4º Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

198. Relativamente às gratificações ajustadas⁵¹, que após 10/11/2017 deixaram de compor a remuneração do trabalhador, cabe trazer à colação o entendimento contido na obra “Reforma Trabalhista – Análise Comparativa e Crítica da Lei nº 13.467/2017 e da Med. Prov. Nº 808/2017” (Souza Júnior, Souza, Maranhão, & Azevedo Neto, 2018), pág. 236:

(...)

Nesse particular, a lei alterou a adjetivação da gratificação para integração ao salário de “gratificações ajustadas” ... para gratificações legais” (Lei nº 13.467/2017). Em primeiro lugar, é preciso salientar que gratificação concedida com o intuito de burlar o sentido da lei incorporará ao salário, por constituir fraude, reprimida pelo art. 9º da CLT. (...)

Em segundo lugar, o termo “gratificações legais” deve ser interpretado de forma a compreender as gratificações concedidas em convenção coletiva ou

⁵⁰ Redação dada pela Lei nº 13.467/2017.

⁵¹ Aqui poderia se incluir o adicional por tempo de serviço e a função gratificada ou a opção decorrente da ocupação de cargo comissão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

acordo coletivo, regulamento empresarial e contrato individual escrito. Conforme sustentam Francisco Meton e Francisco Péricles, nesse particular, "o contrato - individual, coletivo e regulamento de empresa — integra as fontes formais primárias do Direito do Trabalho, conforme art. 8º da CLT¹⁴⁷"

Mais que isso. Igualmente, deve-se compreender que as gratificações legais são as parcelas adicionais ao salário contratual estipuladas em conformidade com a lei. Assim, seria gratificação ilegal uma verba a título de compartilhamento de lucros ou resultados empresariais porque disfarçaria verba insuscetível de integração salarial. Ou ainda uma vantagem paga sobre vendas a descoberto de emissão de nota fiscal - uma espécie de comissão por sonegação tributária. Qualquer outra leitura trará um abismo protetivo com a atribuição de natureza salarial somente ao salário (fixo ou na forma de comissões), com espetacular impacto em termos de perda de receitas fiscais, previdenciárias e fundiárias, afora os danos diretos às férias, 13º salário, adicionais sobre a remuneração e verbas rescisórias. Pensamos que, nesse particular, o critério jurídico da contraprestação deve ser o famoso guia central da contraprestação "pelo trabalho" em vez de "para o trabalho".

Em resumo, gratificações legais são as vantagens instituídas ao empregado em virtude do exercício de uma determinada função de maior responsabilidade no campo técnico ou hierárquico, pelo tempo de serviço na empresa ou qualquer outro critério que não contrarie a legislação trabalhista ou tributária.

Deste modo, o intérprete não pode render-se à interpretação literal, no sentido de que as gratificações sem previsão e regulamentação específica na legislação não comporiam o salário, haja vista que a natureza da gratificação não é legal, mas sim contratual. Com isso, gratificação legal não se confunde com prevista em lei, devendo ser compreendida como ajustada ou estipulada em conformidade com a lei”

147 LIMA, Francisco Péricles Rodrigues Marques de. Reforma trabalhista: entenda ponto por ponto. São Paulo: LTr, 2017. p. 67.

199. Assim, com base nos dispositivos legais e conceitos antes referidos, bem ainda, em disposições específicas pontuadas na sequência, passa-se ao desenvolvimento do presente achado.

I – Adicional Noturno

200. Estabeleceu o art. 7º, IX, da C.F. que a remuneração do trabalho noturno será superior à do diurno; por sua vez, coube ao art. 73 da CLT estabelecer que “Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna”. (grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

201. Tendo por referência a Súmula nº 264⁵² do TST, que versa sobre hora suplementar e cuja base de cálculo é, também, o valor da hora normal⁵³, constata-se que a hora diurna (ou normal) inclui a totalidade da remuneração do empregado, nos termos indicados no §197 acima.

202. Nessa linha se pronunciou, por exemplo, o TRT3⁵⁴:

AGRAVO DE PETIÇÃO. ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. O adicional noturno é parcela assegurada ao trabalhador por força de previsão constitucional (artigo 7º, inciso IX, da Constituição) e de legislação infraconstitucional (artigo 73 da CLT). A parcela é calculada com base no valor da hora normal de trabalho, o que significa que é composta de todas as parcelas de natureza salarial, e acrescida do adicional de 20%. A base de cálculo do adicional noturno, portanto, decorre de imperativo legal, sendo desnecessária a expressa menção no título executivo acerca de quais parcelas a compõem, eis que se trata de matéria de ordem pública, com foro constitucional inclusive.

203. Não por outro motivo, o TRT4, no RO 0020962-95.2016.5.04.0018 transitado em julgado, ao tratar da inclusão na base de cálculo do Adicional Noturno de valores da função gratificada, assim deliberou, consoante ementa:

FUNÇÃO GRATIFICADA. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL NOTURNO.

A gratificação de função tem nítida natureza salarial e deve integrar a base de cálculo do adicional noturno, a teor do art. 457, caput e §1º, da CLT. Recurso da reclamada não provido. (grifou-se)

204. Na mesma linha vem o entendimento do TST no que se refere ao adicional por tempo de serviço, consoante se observa do Acórdão a seguir transcrito, objeto do TST-RR-125540-67.2007.5.02.0443:

ACORDAM os Ministros da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - conhecer e dar provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista; II- conhecer parcialmente do recurso de revista, por contrariedade à Súmula 203 do TST e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a inclusão do adicional por tempo de serviço na base de cálculo do adicional noturno, nos termos em que postulados na prefacial. ... (grifou-se)

205. Lembrando que a Súmula 203 do TST preconiza que “A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais”.

⁵² SUM-264 HORA SUPLEMENTAR. CÁLCULO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

⁵³ Vide C.F., art. 7º, XVI e art. 59, § 1º CLT.

⁵⁴ TRT/AP 0138500-07.2005.5.03.0020 AP. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Emerson Jose Alves Lage. Revisor: Maria Laura Franco Lima de Faria. Vara de Origem: 20a. Vara do Trab. De Belo Horizonte. Publicação:19/08/2011)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

206. *Particularmente no que se refere à Caesb, cita-se a título de ilustração o que restou decidido no âmbito da Ação Trabalhista 0001069-10-2017.5.10.0021, em sentença confirmada em 2º instância e com trânsito em julgado em agosto último, relativo à base de cálculo do Adicional Noturno do empregado de matrícula 514764, verbis:*

Passo à análise da base de cálculo das parcelas que compõem a base de cálculo do adicional noturno. Em aplicação do entendimento sumulado pelo Col. TST (Sum. 139 TST), enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. Da mesma forma, comprovada pelas fichas financeiras a habitualidade no pagamento da gratificação de titulação (p.81-96), cabível a integração da parcela na base de cálculo do adicional noturno. Da análise das fichas financeiras, verifica-se que a reclamada não observou a incidência das referidas rubricas no cálculo do adicional noturno. Nesta conformidade, defiro parcialmente o pedido "b.1" do rol da exordial para condenar a reclamada a integrar à base de cálculo do adicional noturno o adicional de insalubridade e a gratificação de titulação percebida pelo reclamante.

207. *Quanto à integração do anuênio à referida base de cálculo aquele juízo, divergindo dos entendimentos do TST citados nos §§ 204 e 205, indeferiu o pleito “Tendo em vista que os instrumentos normativos da categoria (p.70-71) estabelecem que os anuênios tem como base de cálculo o salário nominal do empregado, não incidindo sobre as demais parcelas de natureza salarial, incabível a integração da parcela no cálculo do adicional noturno” (o ATS, na Caesb incide, de fato sobre o salário-base (100)).*

208. *A Caesb não recorreu sobre o antes deliberado, vindo a fazê-lo tão somente em relação ao pleito afeto às horas extras.*

209. *Sem prejuízo do antes colocado, a OJ-SDII-259, prevê a integração do adicional de periculosidade à base de cálculo do Adicional Noturno. Verbis:*

OJ-SDII-259 ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO (inserida em 27.09.2002)

O adicional de periculosidade deve compor a base de cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco.

210. *Por sua vez, a Súmula do TST nº 139, estabelece que “Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais”.*

211. *Assim, com base nos apontamentos antes apresentados, procedeu-se a revisão nos pagamentos de adicional noturno pagos no curso dos anos de 2014 a 09/2018, ocasião em que se constatou que os montantes pagos foram calculados considerando apenas o valor do salário-base (rubrica 100), divergindo assim, dos dispositivos legais, súmulas e jurisprudências antes apresentados.*

212. *Em síntese, no entender da Equipe de Auditoria, deixaram de compor a base de cálculo as seguintes rubricas:*

Rubrica	Descrição	Rubrica	Descrição
---------	-----------	---------	-----------



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

105	OPCAO DECRETO 55%	12N	FUNCAO INCORP. ADM
110	EMPREGO EM COMISSAO	132	PERICULOSIDADE
116	ANUENIO	133	INSALUBRIDADE
118	VANTAGEM PESSOAL	149	GRATIF TITULACAO
11B	ANUENIO TITULACAO	14J	TITULACAO SOBRE FUNC
11G	ANUENIO DE FUNCAO	162	PERICULOSIDADE
120	FUNCAO GRATIFICADA	176	VANT.PESSOAL ACT/200
12A	FUNCAO GRATIFICADA	198	OPCAO 55%-EC

213. A título de ilustração, demonstram-se alguns pagamentos realizados onde se evidencia a não inclusão, na base de cálculo do adicional noturno, de verbas que compõem a remuneração do empregado:

Matrícula: 481424 Mês Ano: 09/2018 Carga: 144 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência	Valor
100	SALARIO	30	11.755,36
116	ANUENIO	41	4.819,69
128	ADICIONAL NOTURNO	47,18	880,35
133	INSALUBRIDADE	40	381,60
134	AUXILIO TRANSPORTE	12	185,61
171	ADIANTAMENTO SALARIO	0	3.562,35
199	INSUFICIENCIA SALDO	0	386,75
Base Cálculo Caesb: <u>11.755,36</u> (Salário) /144 (Carga HORÁRIA) *47,18 (horas RELÓGIO) / 52,5*60 (conversão H. NOTURNA) *0,2 (20% ACRÉSCIMO) = <u>880,35</u> . Diferença □			

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Base Cal. $11.755,36 + 4819,69 + 381,60 = 16.956,65 / 144 * 47,18 / 52,5 * 60 * 0,2 =$
 $1.269,86 - 880,35 = 389,52$ pago a menor

Matrícula: 500259		Mês Ano: 09/2018		Carga: 144 H/S	
Rubrica	Descrição	Frequência	Valor		
100	SALARIO	30		10.170,94	
116	ANUENIO	35		3.559,82	
128	ADICIONAL NOTURNO	57,11		922,00	
134	AUXILIO TRANSPORTE	30		185,61	
149	GRATIF TITULACAO	28		2.847,86	
162	PERICULOSIDADE	30		4.973,59	
171	ADIANTAMENTO SALARIO	0		3.051,28	
1LF	LIQUIDO FERIAS	30		26.799,33	
<p>Base Cálculo Caesb: $10.170,94$ (Salário) / 144 (Carga Horária) * $57,11$ (horas relógio) / $52,5 * 60$ (conversão H. Noturna) * $0,2$ (acrécimo) = $922,00$.</p> <p>Diferença □</p> <p>Base Cal. $10.170,94 + 3.559,82 + 2.847,86 + 4.973,59 =$ $21.552,21 / 144 * 57,11 / 52,5 * 60 * 0,2 = 1.9953,72 - 922,00 = 1.031,72$ <u>pago a menor</u></p>					
Matrícula:	495263	Mês	Ano:	Carga:	144
		03/2018		H/S	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

<i>Rubrica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Frequência</i>	<i>Valor</i>
100	SALARIO	30	13.801,37
116	ANUENIO	38	5.244,52
120	FUNCAO GRATIFICADA	30	1.009,76
128	ADICIONAL NOTURNO	48	1.051,53
149	GRATIF TITULACAO	25	3.450,34
171	ADIANTAMENTO SALARIO	0	5.924,45
174	ADIANTAMENTO 13.SALA	0	11.752,99
1LF	LIQUIDO FERIAS	30	26.654,55
228	DIF.ADIC.NOTURNO	24	525,77

*Base Cálculo Caesb: 13.801,37 (Salário) /144 (Carga Horária) *48 (horas relógio) / 52,5*60 (conversão H.Noturna)*0,2 (acrécimo)= 1.051,53.*

Diferença

*Base Cal. 13.801,37+5.244,52 (116) +1.009,76 (120)
+3.450,34 (149) = 23.505,99/144*48/52,5*60*0,2= 1.790,93 –
1.051,53 = 739,40 pago a menor*

II – Horas Extras Diurnas

214. *No que tange à base de cálculo das horas extraordinárias, prevê o §1º do art. 59 da CLT⁵⁵ que esta será pelo menos a 50% superior à “hora normal”.*

215. *Para os fins aqui pretendidos, a extensão da remuneração é aquela preconizada na Súmula nº 264 TST, noticiada no § 201 acima.*

216. *Ademais, cumpre salientar que as OJ-SDI1-47⁵⁶ e 97⁵⁷ e a Súmula 132⁵⁸*

⁵⁵ Tanto na redação anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, quanto na redação original, ajustada ao percentual previsto na C.F., art. 7º, XVI.

⁵⁶ OJ-SDI1-47 HORA EXTRA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO (alterada) – Res. 148/2008, DJ 04 e 07.07.2008 - Republicada DJ 08, 09 e 10.07.2008 A base de cálculo da hora extra é o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade.

⁵⁷ OJ-SDI1-97 HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO (inserida em 30.05.1997) O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

⁵⁸ SUM-132 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 174 e 267 da SBDI-I) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras (ex-Prejulgado nº 3). (ex-Súmula nº 132 - RA 102/1982, DJ 11.10.1982/ DJ 15.10.1982 - e ex-OJ nº 267

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

do TST estabelecem, respectivamente, que fazem parte da base de cálculo das horas extraordinárias o adicional de insalubridade, o adicional noturno (128) – vide, também, a Súmula TST nº 60⁵⁹ – e o de periculosidade (132 e 162).

217. Ao revisar os pagamentos feitos a título de horas extras observou-se que os pagamentos realizados não consideraram na base de cálculo os montantes pagos a título de adicional noturno (128), quando habitual, para fins de HE diurna⁶⁰.

218. Cabe observar, ainda, que as alterações promovidas na CLT pela Lei nº 13.467/2017 não alteraram a base de cálculo das horas extras.

219. A título de ilustração, apresentam-se os pagamentos feitos aos empregados abaixo identificados, onde se evidencia, pelos cálculos, a não incidência das verbas antes referidas nos cálculos das horas extras:

Matrícula: 515353 Mês Ano: 09/2018 Carga: 144 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência	Valor
100	SALARIO	30	7.082,35
116	ANUENIO	23	1.628,94
125	HORA EXTRA 50%	19,3	2.155,53
128	ADICIONAL NOTURNO	56	629,54
133	INSALUBRIDADE	40	381,60
149	GRATIF TITULACAO	23	1.628,94
171	ADIANTAMENTO SALARIO	0	2.832,94

da SBDI-I - inserida em 27.09.2002)

⁵⁹ SUM-60 ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 I - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. (ex-Súmula nº 60 - RA 105/1974, DJ 24.10.1974)

II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex-OJ nº 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)

⁶⁰ Na hora extra noturna, a forma de cálculo utilizada integra o adicional noturno: Ex. HE Not. 5,53 (hora relógio) /52,5*60 (conv. horário noturno) *1,8 (50% HE + 20% AD. Not. - cálculo composto) = 1.380,14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*Base Cálculo Caesb: 7.082,35 (100) + 1.628,94 (116) + 381,60 (133) + 1.628,94 (149) = 10.721,83 / 144 (Carga Horária) * 19,3 (horas extras) * 1,5 (50% acréscimo) = 2.155,53.*

Diferença □

*Base Cal. 7.082,35 (100) + 1.628,94 (116) + 381,60 (133) + 1.628,94 (149) + 629,54 (128 - verba recebida habitualmente 8x em 2018) = 11.351,37 / 144 * 19,3 * 1,5 = 2.282,10 - 2.155,53 = 126,57 pago a menor*

III – Sobreaviso (130)

220. *O sobreaviso encontra-se previsto em ACT que ao tratar do tema assim dispôs no caput, por exemplo, da Cláusula Décima Quinta do ACT 2018/2019⁶¹:*

A Caesb pagará o equivalente a 1/3 (um terço) da hora normal, a título de Adicional de Sobreaviso, exclusivamente aos empregados do quadro permanente que forem escalados em regime de sobreaviso, conforme norma interna. (grifou-se)

221. *Por sua vez a Súmula 428 do TST prevê para o sobreaviso, a aplicação por analogia, do art. 244, §2º da CLT que fixa a remuneração à razão de 1/3 (um terço) do salário normal, ao tempo em que a Súmula 229, que alcança os Eletricitários, firma entendimento de que “Por aplicação analógica do art. 244, § 2º, da CLT, as horas de sobreaviso dos eletricitários são remuneradas à base de 1/3 sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial”. (grifou-se)*

222. *Assim, se depreende da leitura do regramento antes referido, que a base de cálculo do sobreaviso é similar, mas não igual como se verá abaixo, ao das horas extras, vez que tem por base o valor da hora normal, cuja compreensão remete, de plano aos termos das Súmulas 229 e 264, essa última objeto do § 201 acima e, por via de consequência, às considerações apresentadas nos §§ 214 a 218 deste Relatório.*

223. *Como frisado anteriormente, a base de cálculo é assemelhada, mas não a mesma, vez que a Súmula 132 do TST ao tratar da integração do adicional de periculosidade no cálculo das horas extras, ressaltou que “II - Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas. (exOJ nº 174 da SBDI-I - inserida em 08.11.2000)”.*

224. *Ainda que não sumulado, parece válido afirmar, à vista da fundamentação lógica contida na Súmula 132, que também a insalubridade não deva compor a base de cálculos do sobreaviso. Neste sentido deliberou, por exemplo, o TRT da 4ª Região no RO 0020717-68.2015.5.04.0261, assim ementado no que é pertinente ao tema:*

O adicional de insalubridade não pode ser incluído na base de cálculo das horas de sobreaviso, pois o empregado, quando no aguardo para ser chamado em sua residência, não está exposto às alegadas condições insalubres.

⁶¹ Redação similar à de ACT anteriores.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

225. Também não deve integrar a base de cálculo do sobreaviso, o adicional noturno, vez que o empregado no sobreaviso não se encontra em efetivo labor. Neste sentido, cita-se deliberação do TST no AIRR 57000-98.2009.5.04.0003, assim ementado no que é relevante ao tema:

ADICIONAL NOTURNO SOBRE HORAS DE SOBREAVISO. O regime de sobreaviso disciplinado no art. 244 da CLT tem como destinatário aquele empregado que permanece em sua própria casa, aguardando a chamada para o serviço a qualquer momento. Já o adicional noturno, na forma do art. 73 da CLT, tem como finalidade compensar o empregado pelo desgaste no exercício de atividades em horário no qual estaria de repouso. Verifica-se, portanto, que o adicional noturno não pode integrar a base de cálculo das horas de sobreaviso, pois em tais horas o empregado não está cumprindo literalmente sua jornada, ou seja, não está efetivamente prestando serviço, podendo, inclusive, manter sua rotina de repouso. Agravo de Instrumento não provido.

226. Feitas as considerações acima, conclui-se que no caso da Caesb a base de cálculo do sobreaviso deveria ser composta das seguintes rubricas:

Rubrica	Descrição	Rubrica	Descrição
105	OPCAO DECRETO 55%	12A	FUNCAO GRATIFICADA
116	ANUENIO	12N	FUNCAO INCORP. ADM
118	VANTAGEM PESSOAL	149	GRATIF TITULACAO
11B	ANUENIO TITULACAO	14J	TITULACAO SOBRE FUNC
11G	ANUENIO DE FUNCAO	176	VANT.PESSOAL ACT/200
120	FUNCAO GRATIFICADA		

227. Ao revisar os pagamentos feitos observou-se que os pagamentos tiveram por base apenas a verba salário (100), consoante a seguir demonstrado:

Matrícula: 497134 Mês Ano: 09/2018 Carga: 220 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência	Valor
100	SALARIO	30	12.116,98
116	ANUENIO	38	4.604,45
12N	FUNCAO INCORP. ADM	30	2.562,39
130	SOBREAVISO	104	1.909,34
149	GRATIF TITULACAO	8	969,35

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

171	ADIANTAMENTO SALARIO	0	6.605,72
<p><i>Base Cálculo Caesb: <u>12.116,98</u> (100) /220 (Carga Horária) *104 (horas) /3 (1/3 acréscimo) = <u>1.909,34</u>.</i></p> <p><i>Diferença □</i></p> <p><i>Base Cal. 12.116,98 (100) + 4.604,45 (116) + 2.562,39 (12N) + 969,35 (149) =</i></p> <p><i><u>20.303,17/220*104/3= <u>3.230,05</u> – 1.909,34 = <u>1.230,71 pago a menor</u></u></i></p>			

Matrícula: 513717 Mês Ano: 09/2018 Carga: 220 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência	Valor
100	SALARIO	30	17.337,43
116	ANUENIO	24	4.160,98
120	FUNCAO GRATIFICADA	30	2.811,55
130	SOBREAVISO	104	2.731,96
133	INSALUBRIDADE	40	381,60
134	AUXILIO TRANSPORTE	16	98,99
149	GRATIF TITULACAO	28	4.854,48
171	ADIANTAMENTO SALARIO	0	9.067,04



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*Base Cálculo Caesb: $\frac{17.337,43}{220} \times 104 = 8.107,73$ (100) /220 (Carga Horária) *104 (horas) /3 (1/3 acréscimo) = 2.731,96. Diferença □*

Base Cal.: $17.337,43 (100) + 4.160,98 (116) + 2.811,55 (120) + 4.854,48 (149)$
=

$29.164,44 / 220 \times 104 = 4.595,61$ – 2.731,96 = 1.863,65 pago a menor

2.2.1.6.3 Causa

228. (...)

2.2.1.6.4 Efeito

229. *Pagamentos realizados a menor, portanto em desfavor do empregado.*

2.2.1.6.5 Proposição

230. *Tem-se por pertinente que a Corte de Contas determine a Caesb que reveja os critérios empregados nos pagamentos de Adicional Noturno, Horas Extras e Sobreaviso, ajustando-os ao que preconiza a legislação vigente e entendimentos sedimentados pela Justiça Trabalhista.*

2.2.1.6.6 Manifestação da Auditada

Item I – Adicional Noturno

231. *Esclarece a empresa que o pagamento se dá conforme previsto na norma interna – ND.SRH-019, item 9.1.1, que preconiza que o referido adicional será pago na base de 20% sobre o valor da hora diurna, assim considerado o salário nominal.*

Item II – Horas Extras Diurnas

232. *Informa a empresa que, nos termos da OJ-SDI1-97, o adicional noturno integra a base de cálculo da hora extra, como teria reconhecido a Equipe de Auditoria, no Relatório Prévio.*

Item III - Sobreaviso

233. *Aduz que o pagamento da verba se dá segundo o pactuado em ACT, ou seja, 1/3 da hora normal.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.2.1.6.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

234. De plano cabe salientar que o ponto central do achado se refere à composição da hora normal, ou seja, a composição da base de cálculo a ser utilizada quando do pagamento das verbas de adicional noturno, horas extras diurna e sobreaviso. 235. Registra-se que os esclarecimentos prestados pela Estatal não contestam os diversos elementos de convicção (legislação, súmulas, jurisprudências) que motivaram o presente achado de auditoria, ou seja, não trazem elementos com base legal ou jurisprudencial que descaracterizem o entendimento acerca da composição da hora normal, ou que demonstre que esta deva corresponder, de fato, ao salário nominal.

236. Como visto, a Caesb se limitou a informar as bases utilizadas pela empresa em relação ao adicional noturno e o sobreaviso, ao tempo em que não atentou para o alcance do apontamento alusivo as horas extras, conforme a seguir demonstrado.

237. Pelos motivos acima, bem como as colocações a seguir, entendeu-se pertinente manter in totum, o presente achado de auditoria.

Item I – Adicional Noturno

238. Sobre o adicional noturno, a Caesb limitou-se a informar que o valor pago pela empresa tem por fundamento o contido em normativo interno, que preconiza o salário nominal como base de cálculo.

239. Sendo certo que o normativo interno não se sobrepõe ao que dispõe a legislação (o art. 7º, IV da C.F. menciona explicitamente “hora diurna” e não “salário nominal”) e tendo em conta os entendimentos externados pelo Judiciário Trabalhista acerca da composição da “hora normal”, consoante apontado no presente Relatório, tem-se por pertinente a manutenção do presente achado.

Item II – Horas Extras Diurnas

240. No que tange às horas extraordinárias, a Caesb limitou-se a informar que o adicional noturno vinha compondo a base de cálculo das horas extras noturnas, consoante preconizado pela OJ-SDI1-97, e reconhecido pela Equipe de Auditoria.

241. Ocorre que o apontamento objeto do presente achado refere-se, na verdade, aos cálculos das horas extras diurnas, cujo pagamento deveria contemplar na base de cálculo, o adicional noturno pago de forma habitual, conforme preconiza a Súmula 60 do TST, vez que tal parcela, neste caso (habitual) “...integra o salário do empregado para todos os efeitos”.

242. Mesmo reconhecendo a ausência de ênfase no texto e em especial no subtítulo inserto no Relatório Prévio (II – Horas Extras) de que os cálculos contestados se tratavam das horas extras diurnas, não se pode olvidar que tal informação estava presente no corpo da informação (§ 169 do Rel. Prévio, atual § 217), juntamente com os respectivos fundamentos. Ademais, o cálculo que ilustrava o achado referia-se à rubrica “125 – Horas Extras 50%”, que por sua



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

vez se refere as horas extras diurnas.

243. *Salienta-se, por fim, que o reconhecimento feito pela Equipe de Auditoria refere-se apenas às horas extras noturnas, tal como apontado na Nota de Rodapé 48, aposta ao lado do termo “diurna” do Relatório Prévio (atual nota nº 58).*

244. *Pelo exposto conclui-se pela manutenção do presente achado de auditoria.*

Item III - Sobreaviso

245. *A Caesb se limitou a informar que o sobreaviso vem sendo pago em observância ao contido em ACT, cujos termos, tal como salientado no Relatório Prévio, prevê como base o valor da hora normal.*

246. *Todavia, tal como em relação ao adicional noturno, a empresa não enfrentou a questão da composição da hora normal, ou seja, não trouxe aos autos elementos que permitam evidenciar a existência de equívoco de parte da Equipe de Auditoria, motivo pelo qual mantém-se o presente achado.*

2.2.1.6.8 Benefício Esperado

247. *Regularização da situação e mitigar possíveis ações judiciais trabalhistas.*

2.2.1.7 Impropriedades no pagamento de férias

2.2.1.7.1 Critério

(...)

2.2.1.7.2 Análise e Evidência

248. *Prevêm, no que é de interesse, os arts. 142 e 143 da CLT, verbis:*

Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão. (grifou-se)

(...)

§ 5º - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias

§ 6º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Art. 143 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. (grifou-se)

249. *Por outro lado, cabe destacar, ainda, o que preconiza a Súmula 347, em relação à apuração das horas extras prestadas habitualmente:*

O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.

250. *Tem-se que, para atender as disposições do caput do art. 142 e ao disposto em seu § 6º, os cálculos da média deveriam ter por base não os valores monetários pagos, como vem sendo feito, mas os quantitativos realizados no período aquisitivo, apurando-se com base neste total, a média duodecimal, cuja valoração se daria com base na remuneração paga por ocasião das férias.*

I - Média calculada pelo valor histórico não retratando a situação vigente na data do pagamento⁶²

251. *Conforme observado nas revisões realizadas, a Caesb vem pagando a média duodecimal de férias com base nos valores monetários históricos pagos no curso do período aquisitivo, sem, portanto, atualizá-los de forma a garantir que os valores de férias corresponderiam àquele previsto no caput do art. 142 da CLT, qual seja, “a remuneração que lhe for devida na data de sua concessão”.*

252. *Neste sentido, por exemplo, é o que prevê o item III do Verbete de Jurisprudência nº 36/2008 do TRT 10, assim vazado:*

III – BANCO DO BRASIL. HORAS EXTRAS. APURAÇÃO. EVOLUÇÃO SALARIAL. *Para apuração das horas extras devidas aos empregados do Banco do Brasil deverá ser observada a evolução salarial do prestador, considerados os períodos objeto da condenação, salvo havendo previsão contratual, regulamentar ou normativa mais benéfica. Inteligência da Súmula 347 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. (Versão consolidada com a alteração do item III, conforme decisão do egr. Tribunal Pleno de 22/10/2013 (Certidão n.º 198/2013).*

253. *Abaixo evidencia-se, por meio de exemplos, a prática levada a efeito pela Caesb:*

Matrícula: 505757	Período Aq.: 09/2016 a	Pago em 06	Carga: 220
-------------------	------------------------	------------	------------

⁶² O cálculo de média de férias realizado pelo Sistema Informatizado considera os eventos ocorridos entre o primeiro e o último dia do período aquisitivo (e não mês cheio), enquanto os cálculos realizados para fins de revisão por não dispor dos registros diários, considerou o total de horas/valores pagos dentro dos meses do período aquisitivo, o que culminou em diferenças de valores. Assim, para efeito de ilustração das afirmações contidas nos Achados, os cálculos consideram que as horas/valores informados correspondem ao período aquisitivo, tanto no “Calculo Média Caesb”, quanto nos cálculos da Equipe de Auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

H/S			
08/2017 e 07/2018			
Rubrica	Descrição	Frequência Per. Aq.	Valor
162	PERICULOSIDADE	30	126,157,93
130	SOBREAVISO	1176	37.496,73
Total			163.654,66
Média Duodecimal	30 dias		13.637,89

Base Cálculo Periculosidade (06/2018) = 40.248,80 (100 + 116 + 120 + 149)⁶³

Base Cálculo Sobreaviso (06/2018) = 21.811,44 (100)

Cálculo Média Caesb (total) = 163.654,66 / 12 = 13.637,89

⇒ Cálculo periculosidade = 126.157,93 / 12 = 10.513,16 □ Cal. Pela Rem. 06/18 =

40.248,80 * 0,3 (30%) = 12.074,64 □ Diferença a menor: 1.561,48

⇒ Cálculo Sobreaviso = 37.496,73 / 12 = 3.127,73 □ Cal. Pela Qtd. Horas = 21.811,44 /

220*1.176/3 = 4.758,86 □ Diferença a menor: 1.634,13

⇒ Total Média Caesb: 13.637,89 □ Média Atualizada: 16.833,50 □ Diferença = 3.195,61 pago a menor

⁶³ Base de cálculo aplicável aos eletricitários, por determinação judicial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Matrícula: 515078 Período Aq.: 11/2016 a Pago em 11 Carga: 220 H/S			
10/2017 e 12/2017			
Rubrica	Descrição	Frequência Exercício	Valor
134	AUXILIO TRANSPORTE	340	2.077,62
129	CONDUTOR ESPECIAL	174,25	5.440,72
146	HOR EXT NOTURNAS DOM	1,5	218,83
125	HORA EXTRA 50%	136,8	10.863,97
126	HORA EXTRA NOTURNA	22,8	2.473,23
145	HORAS EXTRAS DOMINGO	126,5	13.370,54
133	INSALUBRIDADE	40	4.217,34
130	SOBREAVISO	1133	11.706,77
Total			50.368,52
Média Duodecimal	em Reais proporcional 20 dias		2.798,25
<p>Base Cálculo Insalubridade (11/2017) = 937,00</p> <p>Base Cálculo Sobreaviso (11/2017) = 6.994,91 (100)</p> <p>Base Cálculo HE (11/2017) = 17.903,29 (100 + 116 + 120 + 133 + 149)</p> <p>Cálculo Média Caesb (total) = 50.368,52/12/30*20 = <u>2.978,25 (pago 4.618,38)</u></p> <p>⇒ Cálculo Média HE 50% = 10.863,97/12/30*20 = 603,55 □ Cal. Pela Qtd. Horas =</p> <p>17.903,29/220*136,8/12/30*20*1,5 = 927,71 □ <u>Diferença a menor: 324,16</u></p> <p>⇒ Cálculo Média HE Noturna = 2.473,23 / 12/30*20 = 137,40 □ Cal. Pela Qtd. Horas =</p> <p>17.903,29/220*22,8/12/30*20/52,5*60*1,8 = 212,05 □ <u>Diferença a menor: 74,65</u></p> <p>⇒ Cálculo HE Domingo = 13.370,54/12/30*20 = 603,55 □ Cal. Pela Qtd. Horas</p>			



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

=

$$17.903,29/220*126,5/12/30*20*2=1.143,82 \square \text{Diferença a menor: } 401,01$$

$$\Rightarrow \text{Cálculo HE Not. Domingo} = 218,83/12/30*20 = 12,13 \square \text{Cal. Pela Qtd. Horas}$$

=

$$17.903,29/220*1,5/12/30*20/52,5*60*2,4 = 18,60 \square \text{Diferença a menor: } 6,47$$

$$\Rightarrow \text{Cálculo Sobreaviso} = 11.706,77/12/30*20 = 650,37 \square \text{Cal. Pela Qtd. Horas} =$$

$$6.994,91/220*1133/12/30*20/3 = 652,97 \square \text{Diferença a menor: } 2,60$$

$$\Rightarrow \text{Cálculo Insalubridade} = 4217,34/12/30*20 = 234,30 \square \text{Cal. Vlr. Sal. Min. Dez/17} =$$

$$937,00*0,4 (40\%) = 249,87 \square \text{Diferença a menor: } 15,57$$

$$\Rightarrow \text{Auxílio Transporte} = 2.077,62/12/30*20 = \underline{115,43} \square 183,32/30*340/12/30*20 = \underline{115,43} \square \text{Diferença} = 0,00$$

$$\Rightarrow \text{Condutor Especial} = 5.440,72/12/30*20 = \underline{302,26} \square \text{Cal. Vlr Dez/2017} =$$

$$686,92/22*174,25/12/30*20 (\text{dias uteis}) = \underline{302,26} \square \text{Diferença} = 0,00$$

$$\Rightarrow \text{Total Média Caesb: } \underline{2.798,25} \square \text{Média Atualizada: } \underline{3.622,71} \square \text{Diferença total a menor} = \underline{824,46}$$

II – Inclusão no cálculo da média do auxílio transporte

254. Segundo pactuado em ACT, a Caesb “fornecerá Auxílio-Transporte no valor de ..., aos empregados que trabalhem em locais de difícil acesso...”.

255. Ainda de conformidade como o pactuado, o auxílio transporte (134), “tem caráter meramente indenizatório e será concedido em função de despesas com locomoção do empregado em proveito da empresa, não sendo considerado verba salarial, nem incorporado à remuneração do empregado, sob nenhuma hipótese, e será automaticamente suspenso nos casos de transferência do empregado para unidades não classificadas como de difícil acesso”.

256. Em que pese o caráter indenizatório da verba, a mesma vem sendo considerada no cálculo de férias, pela média, conforme se constata nos quadros



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

do item anterior.

2.2.1.7.3 Causa

257. *Inadequada parametrização do Sistema Informatizado, no que se refere a não atualização das médias.*

258. *Quanto à inclusão do Auxílio transporte, tem-se que a origem seja interpretação equivocada.*

2.2.1.7.4 Efeito

259. *Pagamentos a menor da ordem no que tange a falta de atualização da média e a maior pela inclusão do auxílio transporte.*

2.2.1.7.5 Proposição

260. *Pugna-se por determinar a Caesb que proceda a revisão da metodologia de cálculo das médias duodecimais de férias, de forma a observar o que dispõe o art. 142 da CLT, em especial o § 6º, e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte.*

2.2.1.7.6 Manifestação da Auditada

261. *A Caesb informou que "...implementará a recomendação do TCDF...", quando da renovação, em março/2019 do contrato de prestação de serviços com o fornecedor do Sistema.*

2.2.1.7.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

262. *Consoante se observa a empresa reconhece a pertinência do achado e adotará providências saneadoras, cuja efetividade poderá ser constatada em futuras auditorias.*

263. *Considerando que a correção ainda não foi levada a efeito, entende-se pertinente a manutenção do achado e da respectiva proposição.*

2.2.1.7.8 Benefício Esperado

264. (...)

2.2.1.8 Improriedades no pagamento de 13º Salário

2.2.1.8.1 Critério



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

(...)

2.2.1.8.2 Análise e Evidência

265. Antes de evidenciarmos o presente achado cabe noticiar que no âmbito do Sistema Informatizado usado pela Caesb a gratificação natalina é composta de duas rubricas: 13º Salário 2ª parcela (163 ou 187, quando proporcional), que corresponde ao somatório das verbas “fixas” recebidas pelo emprego; e Médias 13º Salário (170), que totaliza o valor médio, no exercício, das verbas de natureza variáveis, como as horas extras.

266. Prevê o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 57.155/1965, que regula a gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090/1962, com alterações da Lei nº 4.749/1965, que a aludida gratificação corresponderá a um doze avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, devendo a fração igual ou superior a 15 dias de trabalhos, ser considerada como mês integral.

267. Ainda de conformidade com o art. 2º do referido decreto, “os empregados que recebem salário variável, a qualquer título, a gratificação será calculada na base de 1/11 (um onze avos) da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até novembro de cada ano. A esta gratificação se somará a que corresponder à parte do salário contratual fixo”. O 1/12 avos faltante, referente a parcela variável devida em dezembro, deverá ser paga até o dia 10 de janeiro do ano seguinte, ocasião em que se processarão os devidos ajustes (pagamentos ou compensações).

I – Média calculada pelo valor histórico não retratando a situação vigente na data do pagamento

268. Os procedimentos afetos ao pagamento da gratificação natalina guardam semelhança com aqueles que devem ser levados a efeito por ocasião de férias. Em ambos os casos os valores a serem pagos devem corresponder ao valor da remuneração devida quando do pagamento.

269. Ademais, integram a base de cálculo do 13º Salário enquanto percebidos, o adicional de insalubridade, Súmula 139 do TST⁶⁴, e periculosidade, por semelhança à situação de insalubridade.

270. Por sua vez, coube ao inciso I da Súmula 60 do TST⁶⁵ determinar que o adicional noturno pago com habitualidade deve integrar o salário para todos os efeitos, pelo que devem compor, nesta hipótese, a base de cálculo da gratificação

⁶⁴ Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. (ex-OJ nº 102 da SBDI-I - inserida em 01.10.1997)

⁶⁵ I - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. (ex-Súmula nº 60 - RA 105/1974, DJ 24.10.1974)


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

natalina.

271. *Situação assemelhada se observa nos pagamentos habituais de horas extras, conforme Súmula 45 do TST⁶⁶.*

272. *Quanto à forma de cálculo, ressalta-se, por exemplo, o que preconiza a Súmula 347, em relação a apuração das horas extras prestadas habitualmente:*

O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.

273. *Desta feita e pelos motivos já expostos no item 2.2.1.7 deste Relatório, que, mutatis mutandis, aplicam-se à situação em tela, entende-se que os valores pagos a título de média 13º Salário deveriam ser apurados com base na quantidade média de horas (ex. horas extras) realizadas no exercício, e calculados com base na remuneração devida por ocasião do pagamento.*

274. *Todavia, a exemplo do observado em relação às médias de férias, também no cálculo do 13º Salário a média foi apurada pelos valores monetários históricos, acarretando, em dadas situações, pagamentos menores do que os devidos, consoante a seguir exemplificado⁶⁷:*

Matrícula: 515078 Ano: 2015 Carga: 220 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência Exercício	Valor
125	HORA EXTRA 50%	191,30	12.172,59
126	HORA EXTRA NOTURNA	14,30	1.262,10
129	CONDUTOR ESPECIAL	240,22	7.500,54
130	SOBREAVISO	1594,00	13.432,44
133	INSALUBRIDADE	40	3.572,26
134	AUXILIO TRANSPORTE	340	1.877,16
137	INSTRUTORIA	91	7.009,94
145	HORAS EXTRAS DOMINGO	132,30	11.192,74
146	HOR EXT NOTURNAS DOM	5,30	644,23
Total			58.664,00
Média Duodecimal	em Reais		4.888,67

⁶⁶ A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090, de 13.07.1962.

⁶⁷ Para efeito de evidenciação considerou-se a metodologia de cálculo da Caesb, pelo que os cálculos comparativos realizados não consideraram os apontamentos constantes em outros achados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Base Cálculo Insalubridade (12/2015) = 788,00

Base Cálculo Sobreaviso (12/2015) = 6.256,32 (100)

Base Cálculo HE (12/2015) = 14.442,56 (100 + 116 + 120 + 133 + 149)

Cálculo Média Caesb (total) = 58.664,00/12 = 4.888,67 (pago 4.887,14)

⇒ *Cálculo Média HE 50% = 12.172,59 / 12 = 1.014,38 □ Cal. Pela Qtd. Horas =*

*14.442,56/220*191,30*1,5 = 1.135,03 □ Diferença a menor: 120,65*

⇒ *Cálculo Média HE Noturna = 1.262,10 / 12 = 105,18 □ Cal. Pela Qtd. Horas =*

*14.442,56/220*14,3/52,5*60*1,8 = 116,36 □ Diferença a menor: 11,18*

⇒ *Cálculo HE Domingo = 11.192,74 / 12 = 932,73 □ Cal. Pela Qtd. Horas =*

*14.442,56/220*132,30*2 = 1.046,63 □ Diferença a menor: 113,90*

⇒ *Cálculo HE Not. Domingo = 644,23 / 12 = 53,69 □ Cal. Pela Qtd. Horas =*

*14.442,56/220*5,3/52,5*60*2,4 = 57,50 □ Diferença a menor: 3,82*

⇒ *Cálculo Sobreaviso = 13.432,44 / 12 = 1.119,37 □ Cal. Pela Qtd. Horas =
6.256,32 /*

*220*1594/3 = 1.259,16 □ Diferença a menor: 139,79*

⇒ *Cálculo Insalubridade = 3.572,26 / 12 = 297,69 □ Cal. Vlr. Sal. Mín. Dez/17 =
788,00*0,4 (40%) = 315,20 □ Diferença a menor: 17,51*

⇒ *Cálculo Instrutoria = 7.009,94 / 12 = 584,16 □ Cal. Vlr. H. Instr. =
77,03*91=7.009,94/12-584,16 □ Diferença= 0,00*

⇒ *Auxílio Transporte = 1877,16 / 12 = 156,43 □ 183,32/30*340/12 = 173,14 □
Diferença = 16,71*

⇒ *Condutor Especial = 7.500,54 / 12 = 625,05 □ Cal. Vlr Dez/2017 = 686,92/ 22
(dias uteis) *240,22 / 12 = 625,05 □ Diferença = 0,00*

⇒ *Total Média Caesb: 4.888,68 □ Média Atualizada: 5.312,23 □ Diferença a*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

menor =

423,55

Matrícula: 515078 Ano: 2017 Carga: 220 H/S			
Rubrica	Descrição	Frequência Exercício	Valor
121	SUBSTITUICAO	15	1.472,57
125	HORA EXTRA 50%	136,5	10.888,86
126	HORA EXTRA NOTURNA	16,5	1.804,50
129	CONDUTOR ESPECIAL	174	5.432,91
130	SOBREAVISO	1069	11.329,62
133	INSALUBRIDADE	40	4.247,74
134	AUXILIO TRANSPORTE	343	2.095,95
137	INSTRUTORIA	12	396,00
145	HORAS EXTRAS DOMINGO	120,65	12.843,38
146	HOR EXT NOTURNAS DOM	5,95	875,75



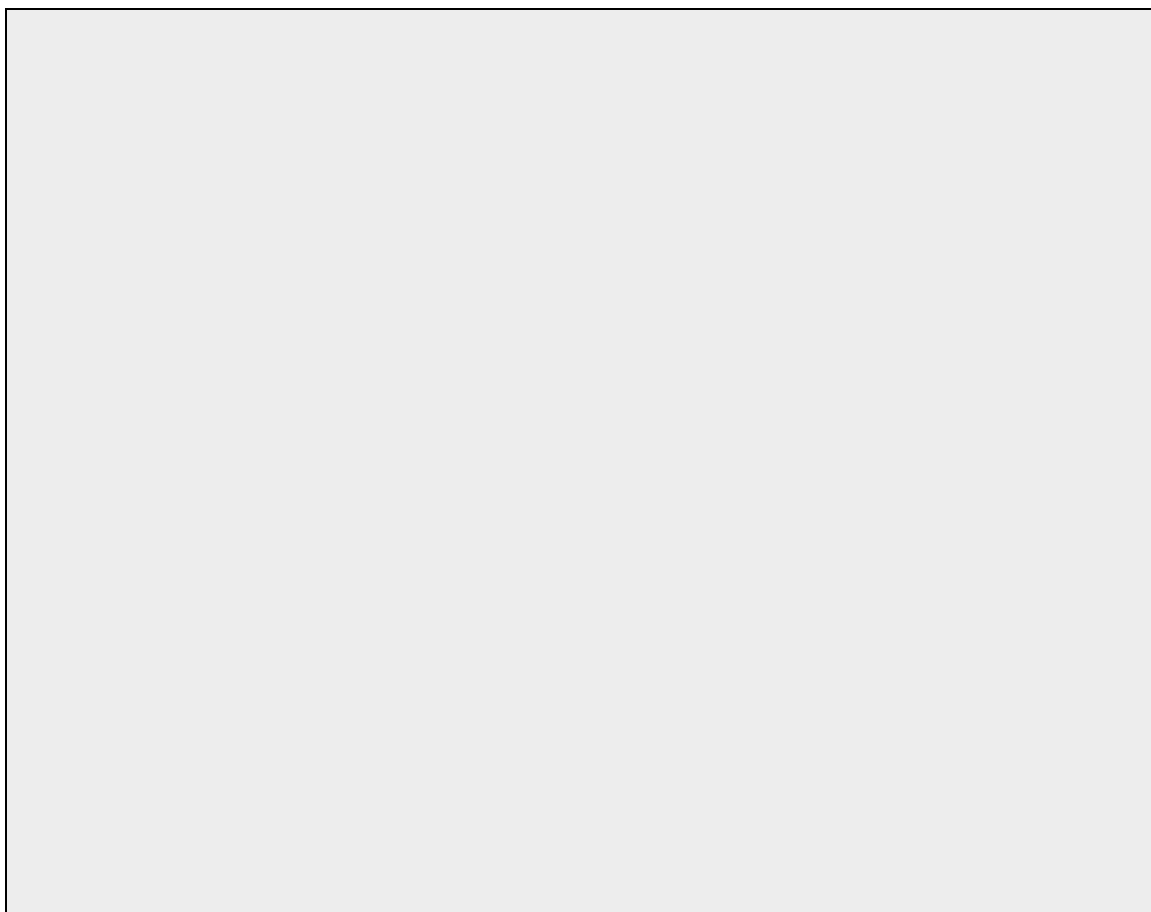
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

	<i>DIFERENÇAS HE, HE NOT E HE</i>		
225/226/245	<i>DOM</i>	<i>N INFOR.</i>	95,23
<i>Total</i>			51.480,51
<i>Média Duodecimal</i>	<i>em Reais</i>		4.290,04
<p><i>Base Cálculo Insalubridade (12/2017) = 937,00</i></p> <p><i>Base Cálculo Sobreaviso (12/2017) = 7.532,98 (100)</i></p> <p><i>Base Cálculo HE (12/2017) = 11.849,53 (100 + 116 + 120 + 133 + 149)</i></p> <p><i>Cálculo Média Caesb (total) = 51480,51/12 = <u>4.290,04</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Substituição = 1.472,57 / 12 = <u>122,71</u> □ Cal. Vlr. 12/2017 = <u>122,71</u> □ <u>Diferença = 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Média HE 50% = <u>907,27</u> □ Cal. Pela Qtd. Horas = <u>919,01</u> □ <u>Diferença a menor: 11,77</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Média HE Noturna = <u>150,38</u> □ Cal. Pela Qtd. Horas = <u>152,35</u> □ <u>Diferença a menor: 1,98</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo HE Domingo = <u>1.070,28</u> □ Cal. Pela Qtd. Horas = <u>1.083,06</u> □ <u>Diferença a menor: 12,78</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo HE Not. Domingo = <u>72,98</u> □ Cal. Pela Qtd. Horas = <u>73,25</u> □ <u>Diferença a menor: 0,27</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Sobreaviso = <u>944,14</u> □ Cal. Pela Qtd. Horas = <u>1.016,76</u> □ <u>Diferença a menor: 72,63</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Insalubridade = <u>353,98</u> □ Cal. Vlr. Sal. Mín. Dez/17 = <u>353,98</u> □ <u>Diferença a menor: 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Cálculo Instrutoria = <u>33,00</u> □ Cal. Vlr. H. Instr. = <u>33,00</u> □ <u>Diferença = 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Auxílio Transporte = <u>174,66</u> □ <u>174,66</u> □ <u>Diferença = 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Condutor Especial = <u>452,74</u> □ Cal. Vlr Dez/2017 = <u>452,74</u> □ <u>Diferença = 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Diferenças sem indicação horas = 7,94 □ Cal Dez/2017 = 7,94 □ <u>Diferença = 0,00</u></i></p> <p>⇒ <i>Total Média Caesb: 4.290,04 □ Média Atualizada: <u>4.389,47</u> □ <u>Diferença a menor = 99,42</u></i></p>			



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU



II – Inclusão na Média, do Auxílio Transporte

275. Conforme salientado nos §§ 254 e 255 acima, o auxílio transporte tem caráter indenizatório, pelo que não deveria ser considerado para fins de cálculo do 13º Salário, diferentemente do que vem fazendo a Caesb, conforme observado no primeiro quadro do item anterior.

III – Média paga sem observância à proporcionalidade do tempo de serviço, no ano

276. De acordo com o art. 7º, do Decreto 57.155/1965, “Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho, salvo na hipótese de rescisão com justa causa, o empregado receberá a gratificação devida, nos termos do art. 1º, calculada sobre a remuneração do respectivo mês”, ou seja, na proporção de 1/12 por mês trabalhado, sendo que que fração de 15 dias ou mais, corresponde a um mês.

277. Ocorre que ao revisar os valores pagos em razão de rescisão de contrato, observou-se, no tocante ao cálculo das médias, o pagamento integral, ou seja, pelo correspondente a 12/12 avos, quando os meses trabalhados exigiam



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

menor proporção, consoante abaixo ilustrado⁶⁸:

Matrícula: 502022		Mês Ano: 07/2018	
Rubrica	Descrição		Valor
131	ADICIONAL FERIADO		983,41
128	ADICIONAL NOTURNO		645,83
128	ADICIONAL NOTURNO		968,75
128	ADICIONAL NOTURNO		645,83
128	ADICIONAL NOTURNO		653,91
128	ADICIONAL NOTURNO		980,86
128	ADICIONAL NOTURNO		653,91
228	DIF. ADIC. NOTURNO		645,83
225	DIF. HORAS EXTRAS		289,47
146	HOR EXT NOTURNAS DOM		3.555,38
125	HORA EXTRA 50%		1.058,49
125	HORA EXTRA 50%		1.062,67
125	HORA EXTRA 50%		2.393,37
125	HORA EXTRA 50%		773,78
126	HORA EXTRA NOTURNA		1.589,35
126	HORA EXTRA NOTURNA		1.583,61
126	HORA EXTRA NOTURNA		2.358,63
145	HORAS EXTRAS DOMINGO		2.674,81
145	HORAS EXTRAS DOMINGO		1.129,61
TOTAL			24.647,50
Cálculo Média Duodecimal: $24.647,50 / 12 = 2.053,69$. Média Paga: <u>2.053,69</u> .			
□ Média Devida $(6/12) = 2.053,69 / 12 * 6 = 1.026,98$. Diferença a maior = <u>1.026,98</u>			

278. Na condição em tela foram identificadas as seguintes ocorrências:

⁶⁸ Média calculada com a metodologia da Caesb.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Mat. Dt. Rescisão Ano/Mês Exercício Avos Média Paga							
Média Devida Vlr. Pago							
Pag. (12/12) (Proporcional) a Maior							
502022	14/07/2018	201807	2018	6	2.053,96	1.026,98	1.026,98
511986	14/09/2018	201809	2018	8	716,99	477,99	239,00
505730	14/09/2018	201809	2018	8	593,75	395,83	197,92
495743	14/09/2018	201809	2018	8	493,21	328,81	164,40
533564	01/10/2018	201512	2015	9	202,23	151,68	50,55
499250	14/09/2018	201809	2018	8	331,63	221,09	110,54
479497	14/05/2018	201805	2018	4	435,97	145,32	290,65
496332	14/09/2018	201809	2018	8	247,40	164,93	82,47
478814	14/05/2018	201805	2018	4	740,29	246,76	493,53
511323	14/03/2015	201503	2015	2	8,59	1,43	7,16
467758	11/04/2014	201404	2014	3	78,82	19,96	58,86
475165	14/05/2018	201805	2018	4	830,73	276,91	553,82
484040	14/06/2018	201806	2018	5	340,65	141,94	198,71
494577	14/06/2015	201506	2015	5	28,45	13,13	15,32
498289	14/09/2018	201809	2018	8	399,15	266,10	133,05
524000	26/04/2015	201504	2015	4	212,88	70,96	141,92
497045	14/09/2018	201809	2018	8	668,46	445,64	222,82
525197	10/03/2014	201403	2014	2	131,74	21,96	109,78
497215	14/09/2018	201809	2018	8	2.529,49	1.686,33	843,16
495689	14/09/2018	201809	2018	8	433,33	288,89	144,44
490897	14/06/2018	201806	2018	5	1.339,74	558,22	781,52
487139	14/06/2018	201806	2018	5	406,59	169,41	237,18
486687	14/06/2018	201806	2018	5	283,81	118,25	165,56
484377	14/06/2018	201806	2018	5	671,17	279,65	391,52
487414	14/06/2018	201806	2018	5	595,46	248,11	347,35
503363	14/07/2018	201807	2018	6	343,21	171,61	171,60
488941	14/07/2018	201807	2018	6	1.569,85	784,93	784,92
490350	14/07/2018	201807	2018	6	681,61	340,81	340,80

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

497940	14/07/2018	201807	2018	6	703,17	351,59	351,58
488477	14/07/2018	201807	2018	6	1.458,03	729,02	729,01
487554	14/06/2018	201806	2018	5	1.917,99	799,16	1.118,83
493821	14/08/2018	201808	2018	7	282,40	164,73	117,67
490946	14/08/2018	201808	2018	7	1.307,93	762,96	544,97
493961	14/08/2018	201808	2018	7	436,36	254,54	181,82
490520	14/07/2018	201807	2018	6	474,08	237,04	237,04
497843	14/08/2018	201808	2018	7	6.321,59	3.687,58	2.634,01
490512	14/07/2018	201807	2018	6	1.880,24	940,12	940,12
490415	14/07/2018	201807	2018	6	294,31	147,15	147,16
493031	14/08/2018	201808	2018	7	205,64	119,96	85,68
478571	14/05/2018	201805	2018	4	1.697,88	565,96	1.131,92
477133	01/07/2015	201507	2015	6	830,32	415,16	415,16

2.2.1.8.3 Causa

279. *Inadequada parametrização do Sistema Informatizado, no que se refere a não atualização das médias.*

280. *Quanto à inclusão do Auxílio transporte, tem-se que a origem seja interpretação equivocada.*

281. *Sobre a não observância à proporcionalidade, parece tratar-se de falha humana quando dos cálculos rescisórios e da respectiva revisão.*

2.2.1.8.4 Efeito

282. *Pagamentos a menor decorrente da falta de atualização da média e a maior nos demais casos.*

2.2.1.8.5 Proposição

283. *Pugna-se, por determinar à Caesb que proceda a revisão da metodologia de cálculo das médias de 13º salário, de forma a observar o que dispõe o art. 1º do Decreto 57.155/1965 e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte.*

284. *No que se refere às diferenças mencionadas no § 278 acima, adote providências tendentes à regularização, notadamente em relação às rescisões relacionadas ao PDV 2018.*

2.2.1.8.6 Manifestação da Auditada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

285. A Caesb informou que “...implementará a recomendação do TCDF...”, quando da renovação, em março/2019 do contrato de prestação de serviços com o fornecedor do Sistema.

2.2.1.8.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

286. Consoante se observa a empresa reconhece a pertinência do achado e adotará providências saneadoras, cuja efetividade poderá ser constatada em futuras auditorias.

287. Considerando que a correção ainda não foi levada a efeito, entende-se pertinente a manutenção do achado e da respectiva proposição.

2.2.1.8.8 Benefício Esperado

288. (...)

2.3 Q.A. 3: Estão corretos os procedimentos adotados e os valores pagos (ou concedidos) a título de benefícios a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa?

289. Excetuando as ocorrências objeto dos achados a seguir apresentados, observou-se que a empresa vem observando as normas de regência e o pactuado nos ACT.

290. No que se refere a benefício concedido aos membros da Diretoria, apurou-se a existência de pagamento de verba referente ao Programa de Participação nos Resultados da empresa, sem que houvesse autorização da Assembleia Geral, caracterizando despesa ilegais.

291. No tocante à percepção de benefícios em duplicidade a verificação levada a efeito teve por base a situação observada no mês de setembro/2018, ocasião em que se identificou a duplicidade de pagamento de auxílio alimentação para três empregados; pagamentos concomitantes de auxílio saúde a 23 empregados com outro vínculo no GDF; e indícios de quatro possíveis concomitâncias no auxílio creche e três no auxílio saúde pagos em razão de dependente contemplados com o beneficiário de mais de um empregado/servidor do GDF.

2.3.1 Achado de Auditoria

2.3.1.1 Pagamento de Participação nos Resultados aos Dirigentes eleitos em Assembleia Geral de Acionistas

2.3.1.1.1 Critério

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.3.1.1.2 Análise e evidências

292. *Prevê o art. 152 da Lei nº 6.404/1976, verbis:*

Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

§ 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor.

§ 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202.

293. *Por outro lado, a participação nos lucros ou resultados a que se referem o art. 7º, XI, da C. F. e a Lei nº 10.101/1990, que regulamenta o referido direito social, é um direito constitucional assegurado aos “trabalhadores urbanos e rurais”, não alcançado, portanto, os eleitos nos termos do art. 143 da Lei nº 6.404/1976, para o exercício de cargo de Diretor de empresa, cuja remuneração, como antes demonstrado, é fixado pela AGE.*

294. *De notar que, os empregados da empresa que se encontravam no exercício de membro da diretoria da Companhia, estavam, nos termos da Sumula nº 269 do TST⁶⁹, com contratos de trabalho suspensos, pelo que figuram não como trabalhadores, mas, na prática, como empregadores.*

295. *Registra-se por outro lado, que com advento da nova versão do Estatuto Social da empresa, com vigência a contar de 21.06.2018, a participação nos resultados da empresa restou assegurado, consoante art. 30, verbis:*

Art. 30 - A remuneração dos membros estatutários será fixada anualmente em Assembleia Geral nos termos da legislação vigente.

(...)

§3º - E assegurada, também, aos Diretores, uma gratificação correspondente a 1/12(um doze (avos) da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de trabalho do ano calendário, eventuais participações de resultados.

296. *Portanto, depreende-se que até 20.06.2018, os dirigentes da Caesb não estavam estatutariamente autorizados a receber participação nos resultados da empresa, pelo que o pagamento de tal benefício dependeria de prévia autorização da AGE da Companhia, o que não se identificou.*

⁶⁹ SUM-269 DIRETOR ELEITO. CÔMPUTO DO PERÍODO COMO TEMPO DE SERVIÇO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

297. *A despeito do antes colocado e do contido no item 2.1.1.2 deste Relatório, identificou-se no período auditado e, anteriormente à autorização referida anteriormente, o pagamento de verba alusiva ao PPR, a membros da Direção da empresa:*

<i>Exercício</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Nome</i>	<i>Cargo</i>	<i>Valor</i>
2014	497487	OTO SILVERIO GUIMARAES JUNIOR	PRESIDENTE	1.010,52
2014	392570	ACYLINO JOSE DOS SANTOS NETO	DIRETOR	1.010,52
2014	392189	CRISTIANO MAGALHAES DE PINHO	DIRETOR	958,12
2014	393223	JORGE DOS SANTOS BARBOSA	DIRETOR	1.010,52
2015	491217	MAURICIO LEITE LUDUVICE	PRESIDENTE	425,58
2015	497487	OTO SILVERIO GUIMARAES JUNIOR	PRESIDENTE	27,19
2015	514411	FABIO ALBERNAZ FERREIRA	DIRETOR	425,58
2015	393312	GERALDO JULIAO JUNIOR	DIRETOR	392,48
2015	504963	MARCOS ANTONIO DOS S MELLO	DIRETOR	425,58
2015	393304	WALTER LUCIO DOS SANTOS BARROS	DIRETOR	420,85
2016	501840	JEFFERSON C DE PAULA BOUCHER	PRESIDENTE	4.236,44
2016	491217	MAURICIO LEITE LUDUVICE	PRESIDENTE	4.236,44
2016	514411	FABIO ALBERNAZ FERREIRA	DIRETOR	4.236,44
2016	393312	GERALDO JULIAO JUNIOR	DIRETOR	1.918,16
2016	490008	MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO	DIRETOR	4.236,44
2016	504963	MARCOS ANTONIO DOS S MELLO	DIRETOR	4.236,44
2016	393304	WALTER LUCIO DOS SANTOS BARROS	DIRETOR	4.236,44
2017	491217	MAURICIO LEITE LUDUVICE	PRESIDENTE	1.145,23
2017	514411	FABIO ALBERNAZ FERREIRA	DIRETOR	1.145,23
2017	490008	MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO	DIRETOR	1.145,23
2017	504963	MARCOS ANTONIO DOS S MELLO	DIRETOR	1.145,23
2017	393304	WALTER LUCIO DOS SANTOS BARROS	DIRETOR	1.145,32

2.3.1.1.3 Causa

298. *A indevida inclusão, à época, no RG.SRH – 019, que regulamenta “...o procedimento para a operacionalização do Programa de Participação nos Resultados da Caesb – PPR”, no item 7, alínea “a”, de previsão para que “os ... diretores, em efetivo exercício”, fizessem jus a tal benefício, cujo alcance é constitucionalmente limitado aos trabalhadores. Ademais, em se tratando de membros da Diretoria, a fixação da remuneração e dos benefícios a serem pagos, é, como já demonstrado, de competência exclusiva da Assembleia de Acionistas.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.3.1.1.4 Efeito

299. Realização de pagamentos de benefícios (PPR) não autorizados por quem detinha competência legal para fazê-lo, portanto, realização de despesas ilegais.

2.3.1.1.5 Proposição

300. Pugna-se por determinar à Caesb que, com fulcro no art. 45 da LC nº 01/1994, busque, no prazo de 90 dias, junto a Assembleia Geral de Acionistas convalidar os pagamentos realizados anteriores a 21.06.2018, vez que a remuneração dos dirigentes é matéria de deliberação exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. Não logrando êxito, deverá adotar as providências indicadas no art. 9º, da Lei Complementar 01/94.

2.3.1.1.6 Manifestação da Auditada

301. Em síntese a empresa argui que até 20.06.2018 o PPR era pago aos membros eleitos para Diretoria da Companhia com base na Resolução de Diretoria (75/13) e no Regulamento RG.SHR-019.

2.3.1.1.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

302. Infere-se dos esclarecimentos prestados, que a empresa reconhece a inexistência de ato autorizativo baixado pela Assembleia de Acionistas autorizando o pagamento do PPR aos Dirigentes da Empresa, situação essa alterada após recente mudança estatutária.

303. De toda forma, restam como ilegítimos os pagamentos apontados no presente Relatório, posto que não autorizados por quem detinha competência para tal (no caso os próprios membros da Diretoria da Caesb, seja por meio da Resolução nº 75/2013, como quando da aprovação da RG.SHR-019.

304. Assim, tem-se por pertinente o presente achado de auditoria.

2.3.1.1.8 Benefício Esperado

305. Regularização da situação.

2.3.1.2 Percepção de benefícios em duplicidade por empregados com outro vínculo com serviço público ou seus dependentes

2.3.1.2.1 Critério

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.3.1.2.2 Análise e Evidência

306. Segundo a Lei Complementar nº 840/2011, art. 112, II, o auxílio-alimentação “não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago in natura”. Ainda segundo o parágrafo único do referido artigo, “Aplica-se o disposto no art. 119, § 2º, ao caso de pagamento indevido do auxílio-alimentação”.

307. Na Caesb, o empregado ao ser admitido assina Declaração de não acumulação ilícita de cargo/emprego público, ocasião em que atesta “... estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha ocorrer em minha vida funcional e que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos”. Mais recentemente, fez-se constar na referida declaração o seguinte alerta:

NO CASO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, JUNTAR DECLARAÇÃO EMITIDA PELO OUTRO ÓRGÃO EM QUE É MANTIDO O VINCULO EMPREGATÍCIO, ATESTANDO QUE O EMPREGADO NÃO É BENEFICIÁRIO DE PLANO DE SAÚDE, NEM RECEBE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, AUXÍLIO-CRECHE OU OUTROS COM A MESMA FINALIDADE.

308. No tocante ao auxílio saúde para os servidores da Secretaria de Estado de Educação, cabe destacar que o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/2012, que instituiu o benefício na Secretaria de Estado de Educação, estabelece que “O auxílio-saúde não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie”.

309. Semelhante situação se observa no ACT 2017/2019 da Companhia do Metropolitano do DF – Metrô/DF, em que o parágrafo segundo da Cláusula Vigésima, estipula que “O benefício não será concedido, cumulativamente, ao empregado ou dependente que tenha o mesmo benefício, ou similar, concedido por outro órgão público”.

310. Relativamente ao auxílio-creche, a Norma RG.SRH-003, que trata da concessão do Auxílio-Creche e Auxílio-Financeiro, prevê como hipótese de cancelamento o recebimento do mesmo benefício por outro órgão, consoante item 5.1, alínea “e”. De notar que figura como condicionante ao recebimento do benefício, as seguintes declarações:

- b) declaração própria (modelo anexo);
- c) declaração do outro empregador (se tem mais de um vínculo empregatício);
- d) declaração emitida pelo órgão ou empresa pública em que o cônjuge trabalha, afirmando o não recebimento do benefício.

311. O benefício de saúde na Caesb decorre do cumprimento de cláusula prevista em ACT que preconiza que a empresa manterá a “contribuição com o Plano de Saúde nas condições contratadas junto à Fundação de Previdência do Empregados da Caesb – Fundiágua, independente da metodologia de gestão a ser praticada”. O valor custeado pela empresa varia entre R\$ 425,00 a R\$ 509,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Reais, por empregado/dependente.

312. *Em face do antes colocado, as verificações do auxílio saúde tiveram por referência a existência, ou não, de descontos na rubrica 562 – “Plano Saúde Fund.”, o que sinaliza que o empregado é partícipe do benefício.*

313. *Confrontados os dados dos servidores do GDF constantes do SIGRH, e os dados constantes do Sistema de Folha de Pagamento da Caesb (empregados e dependentes) em setembro/2018, identificou-se a existência de duplicidade de benefícios em relação aos seguintes empregados/servidores:*

Tabela 1

<i>Mês de</i>			<i>GDF - SI</i>	<i>GRH</i>	<i>Caesb</i>	
<i>Referência⁷⁰</i>	<i>Empresa</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Auxílio</i>	<i>Valor</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Valor⁷¹</i>
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	6050675x	Alimentação	2.671,50	534080	7.756,00
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	60488727	Alimentação	2.671,50	529230	7.756,00
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	60512695	Alimentação	2.671,50	515078	7.756,00
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	60509880	Saúde	1.400,00	526991	3.294,90
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02291991	Saúde	1.800,00	529206	4.320,00
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	6050675X	Saúde	1.400,00	534080	3.294,90
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02144239	Saúde	1.800,00	524107	4.582,98
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	60488727	Saúde	200,00	529230	3.564,54
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	0213019X	Saúde	1.800,00	494739	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00740756	Saúde	1.800,00	499048	4.236,30
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00768898	Saúde	1.800,00	391034	4.582,98

⁷⁰ O levantamento dos valores refere-se ao período de janeiro a setembro/2018.

⁷¹ Valor pago pela Caesb ao titular.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00890286	Saúde	1.800,00	390852	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00384380	Saúde	1.800,00	507504	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02052725	Saúde	1.800,00	507490	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00359319	Saúde	1.800,00	514322	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	00361054	Saúde	1.800,00	500682	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02007525	Saúde	1.800,00	508896	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02232642	Saúde	1.800,00	520977	4.191,83
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02071096	Saúde	1.800,00	507741	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02008297	Saúde	1.800,00	518204	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02009021	Saúde	1.800,00	505153	4.582,98
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	02133598	Saúde	1.800,00	517313	4.582,98
09/2018	802 – Sec. Educação	60541016	Saúde	200,00	537608	470,70
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	01774379	Saúde	1.800,00	517453	4.236,30
03 a 09/2018	802 – Sec. Educação	60512695	Saúde	1.400,00	515078	3.564,54
01 a 09/2018	652 – Sec. Educação	0214428X	Saúde	1.400,00	529184	4.582,98

314. Ressalta-se que as questões pertinentes à legalidade da acumulação de cargos por empregados da Caesb é objeto do Processo nº 19718/2014.

315. Adicionalmente, identificou-se, mediante o cruzamento de dados de dependente, possíveis ocorrências de um mesmo dependente estar sendo atendido em benefício similar patrocinado por duas entidades distritais:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Tabela 2

Mat.	Nome	Dt.	Nasc.	Cod	Empresa SIGRH	Matrícula	Parentesco	Benefício	Rubric	Bene
Caesb	Dependente	Parentesco	Par			SIGRH		Caesb	a	Outra
	Comum								SIGRH	Entia
514454	EMILLY ALICE DA SILVA NOJOSA	14/05/2011	AGREG ADO	552	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	01396188	FILHO	AUXILIO CRECHE	10550	AUX
518751	DAVID JORGE SANTOS MOREIRA	16/01/2018	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO FEDERAL - METRO-DF	00026018	FILHO	AUXILIO CRECHE	10550	AUX
518751	DAVID JORGE SANTOS MOREIRA	16/01/2018	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO FEDERAL - METRO-DF	00026018	FILHO	PLANO SAUDE FUND.	10747	ABO.
518751	MARIA JULIA SANTOS MOREIRA	24/07/2010	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO	00026018	FILHO	AUXILIO CRECHE	10550	AUX



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

					FEDERAL - METRO-DF					
518751	MARIA JULIA SANTOS MOREIRA	24/07/2010	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO FEDERAL - METRO-DF	00026018	FILHO	PLANO SAUDE FUND.	10747	ABO. SAU. 2013
518751	MIGUEL SANTOS MOREIRA	29/03/2014	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO FEDERAL - METRO-DF	00026018	FILHO	AUXILIO CRECHE	10550	AUX. CRE. PRE.
518751	MIGUEL SANTOS MOREIRA	29/03/2014	FILHO	870	COMPANHIA DO METROPOLITAN O DO DISTRITO FEDERAL - METRO-DF	00026018	FILHO	PLANO SAUDE FUND.	10747	ABO. SAU. 2013

2.3.1.2.3 Causa

316. Como apontado nos Processos 11937/2016 e 2036/2017 a inexistência no âmbito do GDF de um controle integrado sobre os benefícios pagos/concedidos a seus servidores/empregados viabiliza a ocorrência de situações como as aqui apresentadas, vez que tais informações nem sempre estão disponíveis para todas as entidades.

317. Por outro lado, percebe-se a possível responsabilidade dos empregados pela prática irregular, vez que, em regra, são alertados quanto a impossibilidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

de acumular os referidos benefícios.

2.3.1.2.4 Efeito

318. Prejuízo aos cofres públicos decorrentes do pagamento em duplicidade dos benefícios em tela.

2.3.1.2.5 Proposição

319. Pugna-se por determinar à Caesb que, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, bem ainda, com o Metrô/DF, adote providências tendentes a avaliar e, conforme o caso, regularizar as situações elencadas nas Tabelas 1 e 2, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente do início do fato até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa.

320. Sem prejuízo do que vem sendo tratado nos autos nº 19718/2014, tem-se por pertinente alertar a Empresa quanto a verificação da legalidade das acumulações de cargo pelos empregados listados na Tabela 1.

321. No que tange à causa mencionada no § 316 acima, deixa-se de oferecer proposição, vez que medida neste sentido é objeto do item X da Decisão nº 3372/2017 (B12FA5A4), assim vazada:

X – determinar a todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal que publiquem de forma individualizada, juntamente com as informações alusivas à remuneração de seus servidores/empregados, os benefícios por eles recebidos; 322. Sobre a aludida Decisão, observa-se que a Corregedoria-Geral do D.F. já disponibilizou⁷² no Portal de Transparência do GDF, em particular nos registros de remuneração dos empregados (“Detalhes”), informações que permitem identificar os benefícios pagos aos servidores, viabilizando assim aperfeiçoar os controles afetos a acumulação indevida, mediante pesquisa ao referido portal.

2.3.1.2.6 Manifestação da Auditada

323. Relativamente ao auxílio-alimentação a Caesb informou “...que dentre os casos de percepção de auxílio-alimentação em duplicidade, temos dois empregados que ainda não regularizaram a devolução dos valores recebidos indevidamente”. 324. Nada foi reportado pela empresa em relação aos demais casos de acumulação de benefício elencados nas Tabelas 1 e 2 acima.

325. Observa-se a exclusão da tabela 2 do Relatório Prévio, da dependente do empregado de matrícula 520055, vez que se constatou que na Emater/DF o benefício saúde não está relacionado a existência de dependentes.

⁷² Em relação aos servidores pagos pelo SIGH.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.3.1.2.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

326. *Inicialmente, cumpre salientar que os empregados mencionados pela Caesb em sua resposta, no caso os Senhores Iodesvaldo Garcia da Silva (500682) e Adriana Rodrigues de Melo Tavares (514223), em que pese possuïrem, também, vínculo com a Secretaria de Educação – SE (matrículas 00361054 e 00382906) não foram relacionados na Tabela 1 referida no § 313 acima, vez que em setembro de 2018, data de referência do cruzamento de dados⁷³, não mais recebiam o auxílio-alimentação de forma indevida.*

327. *Na verdade, os empregados antes nominados tiveram o auxílio-alimentação questionado nos autos TCDF nº 19718/2014.*

328. *Por outro lado, a empresa nada informou em relação aos empregados de matrícula 534080, 529230 e 515078, listados na citada Tabela 1, e que figuravam como beneficiários do auxílio-alimentação em mais de um vínculo laboral.*

329. *Sem prejuízo do antes colocado, observa-se que a Estatal também não se pronunciou acerca do acúmulo do auxílio saúde (ver Tabela 1), bem ainda, sobre os benefícios cumulativos afetos aos dependentes dos empregados pagos simultaneamente pela Caesb e por outra entidade Distrital, conforme mencionado no § 315 acima e relacionado na Tabela 2.*

330. *Por pertinente, cumpre salientar que por falha de revisão dos signatários deste Relatório, a intitulação do presente achado na versão do Relatório Prévio, mencionava apenas o auxílio-alimentação, em que pese as análises e evidências demonstraram a existência de indícios de outros benefícios percebidos de forma irregular.*

331. *Desta feita mantém-se os termos do presente achado de auditoria, com ajuste, apenas, em seu título.*

2.3.1.2.8 Benefício Esperado

332. *Regularização da situação e aperfeiçoamento dos controles.*

2.4 Outros Achados

333. *Por relevante, cumpre-se destacar os pontos a seguir apresentados identificados no curso da presente auditoria que, apesar de não estarem explicitamente declarados no escopo do presente trabalho de fiscalização, foram objeto de apreciação vez que seus resultados impactam nas questões aqui trazidas e mostram-se relevantes ao Controle Externo.*

2.4.1 Achados de Auditoria

⁷³ Em razão do volume expressivo de dados a serem cruzados, optou-se por utilizar uma data de referência, a partir da qual os indícios seriam averiguados. Em razão disso, as acumulações que por ventura tenham sido suspensas ou regularizadas anteriormente à data base não apontadas neste Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.4.1.1 Desvio de função de empregados

2.4.1.1.1 Critério

(...)

2.4.1.1.2 Análise e Evidência

334. Cotejando as ações judiciais informadas pelo Setor Jurídico relacionadas com assunto de pessoal, nota-se a existência das demandas abaixo identificadas envolvendo DESVIO ou ACUMULAÇÃO DE FUNÇÃO e cujo resultado ou culminaram na condenação da empresa ou não tiveram o mérito transitado em julgado:

MAT.	Num. Processo	Valor do Risco	Resultado da ação
487481	0000480-69-2017.5.10.0101	38.000,00	1º Grau Desfavorável à Caesb. Recorreu
494160	0001349-20-2017.5.10.0008		1º Grau Favorável Caesb. Recorreu
499390	0001593-34-2017.5.10.0012	113.945,09	Aguarda Julgamento de Mérito
MAT.	Num. Processo	Valor do Risco	Resultado da ação
499420	0000479-84-2017.5.10.0101	38.000,00	1º Grau Favorável Caesb. Recorreu
499811	0000502-24-2017.5.10.0103		2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
501417	0001268-80-2017.5.10.0005	38.000,00	Aguarda Julgamento de Mérito
502073	0000454-68-2017.5.10.0102	38.000,00	2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
502235	0000399-23-2017.5.10.0101		2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
503754	0000465-97-2017.5.10.0102		Aguarda Julgamento de Mérito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

		38.000,00	
503797	0000700-64-2017.5.10.0102	38.000,00	2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
507725	0000427-76-2017.5.10.0105		2º Grau Desfavorável Caesb. Recorreu
509051	0001604-57-2017.5.10.0014		2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
509237	0001533-40-2017.5.10.0019	113.945,09	Aguarda Julgamento de Mérito
512397	0000701-49-2017.5.10.0102	38.000,00	1º Grau Favorável Caesb. Recorreu
512435	0000932-37-2017.5.10.0018		1º Grau Desfavorável à Caesb. Recorreu
513091	0000493-65-2017.5.10.0102	38.000,00	Aguarda Julgamento de Mérito
491446	0000695-89-2015.5.10.0012		Caesb Condenada. Em Execução
499668	0000468-43-2017.5.10.0105	84.710,55	1º Grau Favorável Caesb. Recorreu
513296	0001434-62-2015.5.10.0012		Caesb Condenada. Em Execução
514012	0000824-70-2015.5.10.0020		1º Grau Favorável Caesb.
514578	0000760-20-2015.5.10.0001	84.710,55	2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
515191	0000813-41-2015.5.10.0020	84.710,55	1º Grau Favorável Caesb. Recorreu
515582	0000251-30-2018.5.10.0019		Aguarda Julgamento de Mérito
516791	0000318-13-2018.5.10.0013	103.693,32	Aguarda Julgamento de Mérito
517712	0000450-95-2017.5.10.0016		2º Grau Favorável Caesb. Recorreu
518980	0000852-48-2018.5.10.0015	94.990,00	Aguarda Julgamento de Mérito
519138	0001929-34-2014.5.10.0015		Caesb Condenada. Em Execução



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

519219	0001545-92-2014.5.10.0008		Caesb Condenada. Em Execução
519286	0000314-79-2018.5.10.0011		Aguarda Julgamento de Mérito
519316	0000309-66-2018.5.10.0008	84.710,55	1º Grau Desfavorável à Caesb. Recorreu
519359	0000304-02-2018.5.10.0022		Aguarda Julgamento de Mérito
521922	0001104-30-2017.5.10.0001	84.710,55	Caesb Condenada. Em Execução
527939	0000315-94-2018.5.10.0001		Aguarda Julgamento de Mérito

2.4.1.1.3 Causa

335. Ainda que se reconheça que na maioria das ações acima evidenciadas o Poder Judiciário tem, ao menos até o presente momento, se manifestado favoravelmente à Caesb, ainda assim, a empresa se viu condenada em algumas causas e em outras corre, ainda, esse risco.

336. Tais ocorrências, tem origem, em regra, na falta de controles administrativos adequados somados à conivência/participação das chefias dos empregados que, ao permitirem/determinarem a execução de atividades não inclusas no rol tipificado para o cargo/emprego dão causa à situação em comento.

2.4.1.1.4 Efeito

337. Prejuízo financeiro à empresa resultante dos eventuais pagamentos de custas processuais, bem ainda da assunção de encargos trabalhistas adicionais e, também, custos internos afetos às atividades de controle e de atuação da empresa junto ao Poder Judiciário. Para os fins aqui propostos, deixou-se de considerar prejuízo os valores pagos a título de remuneração ao empregado, dada a contrapartida decorrente da prestação dos serviços.

338. Tem-se ainda, como efeito prático, a designação de empregados para o exercício de atividades para as quais não está legalmente habilitado, no caso dos empregados sem empregos em comissão – ainda que por formação acadêmica ou experiências anteriores este possua as qualificações necessárias –, o que em certa medida corresponderia, ainda que por prazo determinado, a um mecanismo de investidura em emprego público sem observância à prévia aprovação em concurso público, vedado pelo art. 37, II da CF, vez que por meio de decisões judiciais o empregado termina por auferir remuneração/vantagens aplicáveis ao emprego de melhor remuneração, do que aquele para o qual ingressou nos quadros da empresa.

2.4.1.1.5 Proposição



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

339. Cabe determinar à empresa que observe com rigor os termos do Plano de Carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a situações como as apontadas no presente Relatório de Auditoria.

340. Adicionalmente, se faz pertinente determinar a instauração de tomada de contas especial, com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da Companhia, decorrente das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações.

2.4.1.1.6 Manifestação da Auditada

341. A Caesb reconhece o problema, ao esclarecer que “De acordo com os dados levantados, 4 matérias representam mais de 85% das reclamações trabalhistas, dentre elas o desvio de função e o acúmulo de função”. Esclarece que na visão do Jurídico da Empresa:

Só haverá redução nas ações com a elaboração e implantação de um novo plano de cargos, simplificando o atual, com critérios mais objetivos e que se adeque a nova realidade de mercado da empresa.

342. Neste sentido, informa a Estatal, que em outubro último foi apresentada pela Área de Pessoal, “...minuta do plano de cargos...” atualizada, com vistas a apreciação e aprovação da Direção da Companhia, o que não ocorreu até a presente data.

343. Aduz a empresa, no que tange a movimentação de seus empregados, “... que é realizada uma verificação cuidadosa por parte de gestão de pessoas, na qual são analisadas a compatibilidade entre as atividades previstas no descritivo de cargos e a demanda da unidade solicitante”. Acrescenta que “Os casos de incompatibilidade são devolvidos para adequação ou, caso persista o impedimento, o processo de movimentação é cancelado”.

2.4.1.1.7 Posicionamento da Equipe de Auditoria

344. Depreende-se dos esclarecimentos ofertados que a situação apontada de fato existe, apesar dos alegados procedimentos de revisão adotados pela área de Gestão de Pessoas.

345. Por outro lado, visando mitigar, entre outras, as demandas judiciais alusivas a desvio de função, a Unidade de Recursos Humanos apresentou à Diretoria da Companhia um novo Plano de Cargos e Salários, cuja implementação aguarda a aprovação de parte dos órgãos diretivos da Empresa.

346. De toda forma, nada foi informado acerca das eventuais responsabilidades sobre os custos resultantes das condenações judiciais.

347. Assim sendo, mantém-se íntegros os termos do presente achado de auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2.4.1.1.8 Benefício Esperado

348. *Observância ao Plano de Carreira, redução das demandas judiciais por desvio ou acumulação de função e reparação aos cofres da empresa das despesas adicionais, resultantes de condenação judicial.*

3 Considerações Finais

3.1 Aplicação do Teto Remuneratório previsto no art. 19, § 5º, da LODF

349. *Por meio da Emenda à Lei Orgânica nº 99, de 17.05.2017, a redação então vigente do parágrafo 5º, do art. 19, foi alterada de forma que a incidência do teto remuneratório previsto no inciso X do mesmo artigo alcançasse todas as estatais distritais e suas subsidiárias, independentemente de receberem, ou não, recursos do Distrito Federal para pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral, tal como se observa na nova redação, verbis:*

§ 5º Aplica-se o disposto no inciso X a todas as empresas públicas e às sociedades de economia mista distritais, e suas subsidiárias.

350. *A vigência da nova regra, e, portanto, a aplicação do teto teve início em 23.08.2017, à vista do disposto no art. 2º da referida emenda.*

351. *A despeito do regramento antes mencionado, observou-se no início dos trabalhos de Auditoria, que a empresa não vinha aplicando o teto remuneratório em face de determinação judicial que deferiu, em 29.08.2017, "... a TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que a reclamada se abstenha de aplicar aos seus empregados a nova redação do § 5º do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, que limita a remuneração de seus empregados ao teto previsto no art. 37,XI da CF, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)", consoante Processo 000111775.2017.5.10.0018, tramitando no TRT da 10ª Região.*

352. *Posteriormente, em 18.09.2018, quando da análise de mérito, o Juiz Titular da 18ª Vara, rejeitou "...a preliminar e, no mérito, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTO DO DISTRITO FEDERAL - SINDIAGUA/DF em face de COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, nos termos da fundamentação, que integra este dispositivo". Em razão da decisão em tela, a empresa voltou a aplicar o teto remuneratório a partir do mês de outubro/2018, portanto em período posterior ao objeto da presente fiscalização.*

353. *Ao apreciar Recurso Ordinário, em 22.11.2018, a Terceira Turma do e. TRT 10, assim decidiu: "Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do voto do Relator. Ementa aprovada". A ementa foi vazada nos seguintes termos:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

1. PROCESSO DO TRABALHO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REJEIÇÃO DE PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA EM SENTENÇA. AUSÊNCIA DE ATAQUE RECURSAL. POSSIBILIDADE REEXAME DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA NÃO DEVOLVIDA FORMALMENTE AO TRIBUNAL. POSSIBILIDADE. Não se sujeita à preclusão ou ao requisito da devolutividade recursal a matéria de ordem pública cognoscível de ofício e apreciada em sentença. Assim, a ausência de recurso contra decisão que rejeita preliminar de incompetência absoluta não inibe o reexame de ofício da matéria pela instância revisora, provocada por recurso motivado por outros fundamentos. Inteligência dos arts. 64, § 1º, e 485, § 3º, do CPC.

2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVO DE LEI ORGÂNICA. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Embora possa e deva exercer o controle difuso de conformidade das normas jurídicas com o texto constitucional, a Justiça do Trabalho não é competente para julgar ação direta de inconstitucionalidade de dispositivo de lei distrital por possível afronta à Constituição Federal (CF, art. 102, I, a). Sendo de tal teor o único pedido mediato da ação proposta, é de se reconhecer de ofício a incompetência da Justiça do Trabalho. Recurso conhecido e desprovido.

354. *Todavia, em 19.12.2018, a empresa se viu obrigada, mais uma vez, a não aplicar o aludido teto. Isso porque, foi deferida nova liminar, agora em sede de Mandado de Segurança nos autos trabalhistas 0000677-02.2018.5.10.0000, “... para determinar que a Caesb se abstenha de aplicar o Teto Remuneratório aos seus empregados públicos”.*

355. *Observa-se por oportuno, que os testes analíticos realizados não contemplaram os meses de outubro e novembro/2018. Todavia foi possível constatar com base nas informações obtidas junto à Gerência de Gestão de Pessoas, que a empresa, a exemplo do que observado na Novacap (Proc. 9591/2018), não vinha considerando na base de cálculo os valores pagos a título de horas extras. Ademais, não estavam aplicando o teto na base de cálculo de férias. No último caso, ao fracionarem as férias, tornou-se viável fugir do teto remuneratório.*

356. *Todavia, deixa-se nesta oportunidade de propor medidas alusivas ao teto não só em razão das decisões judiciais que impedem sua aplicação na Caesb, mas, principalmente, pelo fato de que nos autos nº 9591/2018 – Novacap, os signatários deste Relatório propuseram ao e. Plenário, no bojo do Relatório de Auditoria nº 5/2018 ([8D248DB6](#)), medidas que alcançam todas as estatais distritais, consoante se observa na transcrição abaixo:*

II) determine à Novacap que:

(...)

f. que adote controles administrativos de forma a não mais permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias quando a respectiva retribuição, somada às demais verbas remuneratórias, possa exceder o teto constitucional, para assim garantir que situações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

como as apontadas no presente Relatório de Auditoria não voltem a ocorrer (pagamento acima do teto remuneratório), ressalvada a hipótese de aceitação, pelo empregado, das condições previstas no art. 59, §§ 2º, 5º e 6º da CLT; (2.3.1.5)

III) determine à Novacap e à SEPLAG, na condição de gestora do SIGRH, que adotem imediata providência no sentido de ajustar o SIGRH de forma a não mais permitir pagamentos irregulares de valores acima do teto constitucional, alertando-os que a incidência do referido teto alcança a totalidade das verbas de natureza remuneratória, incluindo as horas extraordinárias/DSR, o auxílio alimentação judicial, a complementação de auxílio doença/maternidade, bem como as bases de cálculos de férias, gratificação natalina e conversão em pecúnia da Licença Administrativa, devendo as parcelas referentes a atrasados, serem avaliadas, quanto a observância ao teto, mediante a soma destas importâncias com as demais verbas remuneratórias pagas a época, devendo o eventual excedente ao teto então vigente, ser glosado como abate teto. (2.3.1.5)

VI) alerte o Chefe do Poder Executivo e a Governança-DF que a ausência da regulamentação prevista no art. 5º da Lei 10.101/2000 e objeto do item V da Decisão nº 3372/2017, de competência do Poder Executivo Distrital constitui-se impeditivo à inclusão em Acordos Coletivos de Trabalho de cláusula concessória de participação nos lucros ou resultados das estatais, vez que o direto preconizado no art. 7º, XXVI da CF requer para plena eficácia, a teor da Decisão do STF em caráter de Repercussão Geral (RE 569.441, DJE DE 20.2.2015, Tema 344), prévia regulamentação, a exemplo do que fez o Governo Federal por meio da Resolução CCE nº 10/1995; (2.1.1.2) VII) estenda as medidas indicadas nos itens II, “f” e III, às estatais controladas pelo GDF, dependentes ou não de recursos do Tesouro, em face do que dispõe o art. 19, § 5º, da Lei Orgânica do DF, com a redação dada pela Emenda nº 99, de 17.05.2017, com efeito a contar de 23.08.2017, alertando-as, ainda, que a inobservância às medidas requeridas poderão culminar em imputação de débito, correspondente ao valor pago acima do teto, a quem der causa à irregularidade, bem como o alerta contido no item VI; (2.3.1.5)

3.2 Plano de demissão Voluntária, versões 2013 e 2018

357. *Em atenção ao Despacho da Presidência desta Corte de Contas ([38C94A38](#)), que encaminhou à Secretaria-Geral de Controle Externo, para as providências, o Ofício nº 96/2018-G3P ([D66F218](#)) expedido pela Terceira Procuradoria do Ministério Público de Contas do DF, buscou-se no curso do presente trabalho de auditoria examinar os atos de gestão alusivos aos Programas de Demissão Voluntária – PDV iniciados pela Caesb, respectivamente, no curso dos anos de 2013 (prorrogado até 2016) e 2018 (vigente até 2019).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

358. *Por meio do aludido Ofício nº 96/2018-G3P, seu signatário levou ao conhecimento da Presidência do Tribunal o teor da matéria jornalística intitulada “Presidente da CAESB sai no PDV e fica no comando na base do pró-labore”, que aborda o tema, bem como tecem considerações acerca dos custos e benefícios deferidos no bojo do PDV 2018. Adicionalmente, requereu “...a juntada da documentação anexa para que o fato seja examinado pela Unidade Técnica competente, sob a ótica da legalidade e da economicidade”.*

359. *De plano, salienta-se que no curso da presente auditoria constatou-se a existência de dispêndios relacionados não só ao Plano de Demissão Voluntária - PDV criado em 2018, mas também, referentes ao PDV implementado 2013, ambos com efeitos financeiros impactando por 5 anos, a partir das rescisões contratuais.*

360. *Em face do antes colocado, buscou-se no presente tópico analisar ambos os PDV sob a ótica da legalidade e da economicidade, consoante proposto pelo MPC/DF.*

3.2.1 Da legalidade dos PDV 2013 e 2018

361. *O PDV consiste em instrumento utilizado tanto pelas empresas particulares quanto pelas estatais como uma forma de enxugamento do quadro de pessoal, visando otimização dos custos e racionalização na gestão de pessoas.*

362. *A respeito da validade e efeitos de tal instrumento, repercussão social das dispensas, quitação de toda parcela da relação de emprego, reconhecimento do PDV no âmbito da CF de 1988, importa trazer à colação informações dispostas em ementa de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário 590.415, Santa Catarina, abaixo transcritas.*

Ementa: DIREITO DO TRABALHO. ACORDO COLETIVO. PLANO DE DISPENSA INCENTIVADA. VALIDADE E EFEITOS. 1. Plano de dispensa incentivada aprovado em acordo coletivo que contou com ampla participação dos empregados. Previsão de vantagens aos trabalhadores, bem como quitação de toda e qualquer parcela decorrente de relação de emprego. Faculdade do empregado de optar ou não pelo plano.

2. Validade da quitação ampla. Não incidência, na hipótese, do art. 477, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, que restringe a eficácia liberatória da quitação aos valores e às parcelas discriminadas no termo de rescisão exclusivamente.

3. No âmbito do direito coletivo do trabalho não se verifica a mesma situação de assimetria de poder presente nas relações individuais de trabalho. Como consequência, a autonomia coletiva da vontade não se encontra sujeita aos mesmos limites que a autonomia individual.

4. A Constituição de 1988, em seu artigo 7º, XXVI, prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas, acompanhando a tendência mundial ao crescente reconhecimento dos mecanismos de negociação coletiva, retratada na Convenção n. 98/1949 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

na Convenção n. 154/1981 da Organização Internacional do Trabalho. O reconhecimento dos acordos e convenções coletivas permite que os trabalhadores contribuam para a formulação das normas que regerão a sua própria vida.

5. Os planos de dispensa incentivada permitem reduzir as repercussões sociais das dispensas, assegurando àqueles que optam por seu desligamento da empresa condições econômicas mais vantajosas do que aquelas que decorreriam do mero desligamento por decisão do empregador. É importante, por isso, assegurar a credibilidade de tais planos, a fim de preservar a sua função protetiva e de não desestimular o seu uso.

7. Provimento do recurso extraordinário. Afirmação, em repercussão geral, da seguinte tese: “A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada, enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado.

363. Os programas de demissão voluntária editados pela Caesb tinham como objetivo “proporcionar aos empregados – aposentados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e elegíveis a benefício de aposentadoria da FUNDIÁGUA (Fundação de Previdência Complementar da CAESB) – condições de desligamento, com direito a benefícios sociais e financeiros, na forma de acordo a ser celebrado”.

364. O PDV de 2013 foi formalizado com base no projeto de viabilidade aprovado pela Resolução de Diretoria nº 66/13, de 03/10/13, que por seu turno, foi ratificada pelo Conselho de Administração, por meio da Decisão nº 14/2013 (Processo nº 092.001.161/2013).

365. O PDV de 2018 ampara-se no estudo de viabilidade de implantação, com as adaptações sugeridas pela Governança-DF, constante do Processo nº 092.007.500/2016, devidamente autorizado pela Resolução de Diretoria nº 09/2018, de 15/02/2018, posteriormente ratificada pelo Conselho de Administração, na 1.193ª Reunião Ordinária, realizada em 19/02/2018.

366. Assinale-se que o programa estava pactuado em ACT. Sobre esse aspecto, cabe transcrever o disposto no art. 477-B da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, verbis:

Art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

367. Diante das aprovações da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, conjugado com acompanhamento do GDF (Governança-DF) e frente a manifestação do STF sobre validade e efeitos do PDV, conclui-se que, sob o plano formal, os programas editados pela Caesb guardam conformidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

legal.

3.2.2 Condições Pactuadas nos PDV 2013 e 2018

368. No quadro a seguir, correlaciona-se, em síntese, as condições, os critérios e os procedimentos afetos aos programas, de modo a identificar diferenças de benefícios concedidos.

	PDV – CAESB	
	2013	2018
<i>Clientela</i>	<p><i>Empregados efetivos que até 31/12/2013:</i></p> <p>i) <i>estejam aptos a receber o benefício de aposentadoria da FUNDIÁGUA, desde que aposentados pelo INSS até 30/09/2013;</i></p> <p>ii) <i>preencham todas as carências exigidas nos Planos I e II de Benefícios da FUNDIÁGUA;</i></p> <p>iii) <i>ter 55 anos de idade; iv) ter 15 anos de CAESB.</i></p>	<p><i>Empregados efetivos do quadro que até a data limite de 31/12/2018:</i></p> <p>i) <i>estejam aptos a receber o benefício de aposentadoria da FUNDIÁGUA;</i></p> <p>ii) <i>preencham todas as carências exigidas nos Planos I e II de Benefícios da FUNDIÁGUA;</i></p> <p>iii) <i>estejam aposentados ou tenham dado entrada na aposentadoria do INSS;</i></p> <p>iv) <i>tenham 15 anos de vínculo com a CAESB;</i></p> <p>v) <i>tenham 55 anos de idade.</i></p>

PDV – CAESB



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2013		2018
<p><i>Condições de Desligamento</i></p>	<p><i>Entre outras:</i></p> <p>i) ter concluído o Programa de Preparação para Aposentadoria; ii) rescindir o contrato de trabalho com a CAESB.</p> <p><i>Obs: cronograma de desligamento: 4 Etapas e 16 Turmas, sendo a primeira em 12/2013 e a última em 04/2016, total de 257 desligados.</i></p>	<p><i>Entre outras:</i></p> <p>i) ter concluído o Programa de Preparação para Aposentadoria; ii) Não ser autor de ação judicial de qualquer natureza contra a CAESB, que ainda não tenha transitado em julgado, excetuam-se casos de acordo judicial efetuado até a data de adesão ao programa.</p> <p><i>Obs: cronograma de desligamento: 1 Etapa e 8 turmas, de maio a dezembro de 2018, e uma turma para 2019 para os empregados remanescentes.</i></p>
<p><i>Acordo Rescisório</i></p>	<p><i>O acordo rescisório será firmado entre o empregado e a CAESB, sendo garantido ao empregado o recebimento do PPR (Programa de Participação nos Resultados) proporcional aos dias trabalhados somente no ano de desligamento, conforme regulamento próprio do PPR ou Acordo coletivo.</i></p>	<p><i>O acordo rescisório será firmado entre o empregado e a CAESB, sendo garantido ao empregado o recebimento do Programa de Participação nos Resultados (PPR) proporcional aos dias trabalhados somente no ano de desligamento, conforme regulamento próprio do PPR ou Acordo coletivo.</i></p> <p><i>Na data prevista da efetivação da rescisão contratual será celebrado um Termo de Rescisão Contratual (TRCT) entre CAESB e empregado.</i></p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

<i>Incentivos Financeiros</i>	<p>i) recebimento de verbas rescisórias devidas pela CAESB, correspondente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dias trabalhados (saldo de salários); - férias vencidas; - Férias e 13º salários proporcionais; - Gratificação de férias na conformidade do acordo coletivo; - indenização da licença-prêmio correspondente a 100% (cem por cento) do valor do saldo de dias a que o empregado tiver direito; - dispensa do cumprimento e do pagamento do aviso prévio. <p>ii) prêmio de 38% aplicado sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios,</p>	<p>i) recebimento de verbas rescisórias devidas pela CAESB, correspondente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dias trabalhados (saldo de salários); - férias vencidas; - Férias e 13º salários proporcionais; - Gratificação de férias na conformidade do acordo coletivo; - indenização da licença-prêmio correspondente a 100% (cem por cento) do valor do saldo de dias a que o empregado tiver direito; - dispensa do cumprimento e do pagamento do aviso prévio. <p>ii) prêmio de 35% aplicado sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, depositados pela CAESB;</p> <p>iii) Saque do FGTS, na forma da legislação em vigor;</p> <p>iv) assistência à saúde do empregado e de</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

	<p><i>depositados pela CAESB;</i></p> <p><i>iii) Saque do FGTS, na forma da legislação em vigor;</i></p> <p><i>iv) assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge mediante plano de saúde atual , ou de outro sistema que vier a substituí-lo, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data de desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela CAESB.</i></p>	
--	--	--

<i>PDV – CAESB</i>	
<i>2013</i>	<i>2018</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

	<p><i>O benefício é concedido desde que o empregado esteja vinculado ao respectivo plano na data do desligamento e mantenha-se vinculado a Fundiágua pelo mesmo período de 5 (cinco) anos.</i></p> <p><i>Obs. Inicialmente tal benefício foi concedido pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, no entanto, a Diretoria prolatou a Resolução nº 51/2014, adotada na Reunião Ordinária de 25/09/2014, aprovando a prorrogação do PDV, com a ampliação do benefício do plano de saúde para 5 (cinco) anos.</i></p> <p><i>O Conselho de Administração por meio da Decisão nº 08/2014, adotada na Reunião Ordinária realizada em 14/11/14, ratificou a referida Resolução de Diretoria nº 51/2014.</i></p> <p><i>v) Prêmio Financeiro Temporário (PFT), detalhado no tópico abaixo</i></p>	<p><i>seu cônjuge mediante plano de saúde atual, ou de outro sistema que vier a substituí-lo, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data de desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela CAESB.</i></p> <p><i>O benefício é concedido desde que o empregado esteja vinculado ao respectivo plano na data do desligamento e mantenha-se vinculado a Fundiágua pelo mesmo período de 5 (cinco) anos.</i></p>
--	--	---



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

		v) <i>Prêmio Financeiro Temporário (PFT)</i> , detalhado no tópico abaixo.
<i>Prêmio Financeiro Temporário (PFT)</i>	<p><i>O PFT será pago mensalmente pela CAESB durante 60 meses.</i></p> <p><i>Cálculo:</i></p> <p><i>$PFT = (A+B+C+D+E-F) * 0,85$</i></p> <p>A = <i>Salário</i></p> <p>B = <i>Anuênio</i></p> <p>C = <i>Titulação (desde que o empregado já receba este benefício na data do desligamento)</i></p> <p>D = <i>Vantagem Pessoal por Acordo Coletivo de Trabalho.</i></p> <p>E = <i>Porcentagem do valor</i></p>	<p><i>O PFT será pago mensalmente pela CAESB durante 60 meses.</i></p> <p><i>Cálculo:</i></p> <p><i>$PFT = (A+B+C+D+E-F) * 0,80$</i></p> <p>A = <i>Salário</i></p> <p>B = <i>Anuênio</i></p> <p>C = <i>Titulação (desde que o empregado já receba este benefício na data do desligamento)</i></p> <p>D = <i>Vantagem Pessoal por Acordo Coletivo de Trabalho.</i></p> <p>E = <i>Porcentagem do valor da FG (Função Gratificada), para empregado que estiver investido em</i></p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

	da FG (Função Gratificada), para empregado que estiver investido em função até o momento da rescisão contratual de trabalho, observadas as seguintes condições:			função até o momento da rescisão contratual de trabalho, observadas as seguintes condições:	
	Tempo de função (TF)	de	Porcentagem do valor da FG que ocupar na data da inscrição	Tempo de função (TF)	Porcentagem do valor da FG que ocupar na data da inscrição
				0<TF<5	0%
				5≤TF<8	40%
				TF≥8	80%
	PDV – CAESB				
	2013			2018	
	TF≥8 80%			F = Valor do benefício concedido pela Fundiágua a título de aposentadoria nos planos I e II (para os empregados elegíveis ao benefício de aposentadoria da Fundiágua que não sejam participantes do Plano I ou II, não haverá desconto na PFT)	
	F = Valor do benefício concedido pela Fundiágua a título de aposentadoria nos planos I e II (para os empregados elegíveis ao benefício de aposentadoria da Fundiágua que não sejam participantes do Plano I ou II, não				



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

	<p>haverá</p> <p>desconto na PFT)</p> <p>G $= (PFT/12) * NM$</p>	<p>G $= (PFT/12) * NM$</p>
Disposições Gerais	<p>i) é vedado o retorno aos quadros da CAESB de quaisquer dos empregados desligados por meio deste PDV, exceto quando decorrente de aprovação em concurso público.</p>	<p>i) é vedado o retorno aos quadros da CAESB de quaisquer dos empregados desligados por meio deste PDV, exceto quando decorrente de aprovação em concurso público.</p>

369. A mudança dos incentivos do PDV de 2013 para o de 2018, explicitada no quadro acima, atendeu a orientação do GDF, por meio da Nota Técnica nº 3/2017SEF/SUTES, para implementação de critérios e incentivos mais aderentes à situação econômico-financeira da Companhia e do Distrito Federal.

3.2.3 Dos Resultados Auferidos

3.2.3.1 PDV de 2013 (Proc. 092.001.161/2013-Caeseb)

3.2.3.1.1 Efetividade e Aspectos funcionais

370. Segundo o Relatório Final juntado aos autos em epígrafe, foram desligados 257 empregados, representando 71,59% da clientela apta ao desligamento.

371. Esses empregados tinham, em média, 60,73 anos de idade e tinham, em média, 31,44 anos de trabalhos prestados à Companhia; 85% eram do sexo masculino.

372. De acordo, ainda com o Relatório, no período de vigência do PDV 2013, o Quadro de empregado apresentou a seguinte evolução:

Cargo	Contratados	Desligados PDV	Outros	Saldo
-------	-------------	----------------	--------	-------



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

<i>Desligamentos</i>				
<i>ASN</i>	<i>25</i>	<i>6</i>	<i>9</i>	<i>+10</i>
<i>ASS</i>	<i>41</i>	<i>10</i>	<i>7</i>	<i>+24</i>
<i>GSN</i>	<i>64</i>	<i>63</i>	<i>20</i>	<i>-19</i>
<i>GSO</i>	<i>13</i>	<i>25</i>	<i>15</i>	<i>-27</i>
<i>GSS</i>	<i>78</i>	<i>138</i>	<i>32</i>	<i>-92</i>
<i>TSN</i>	<i>8</i>	<i>4</i>	<i>2</i>	<i>+2</i>
<i>Cargo</i>	<i>Contratados</i>	<i>Desligados PDV</i>	<i>Outros</i>	<i>Saldo</i>
<i>Desligamentos</i>				
<i>TSS</i>	<i>39</i>	<i>10</i>	<i>8</i>	<i>+21</i>
<i>ADV</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>-2</i>
<i>Total</i>	<i>268</i>	<i>257</i>	<i>94</i>	<i>-83</i>

3.2.3.1.2 Economia

373. No que se refere aos aspectos financeiros, o aludido Relatório indicou as seguintes Projeções:

<i>Período</i>	<i>Despesa do Custo "Se Economia (R\$) Economia</i>	<i>PDV (R\$)</i>	<i>Ativo" (R\$)</i>	<i>Acumulada (R\$)</i>
<i>2013 (dez)</i>	<i>601.064,23</i>	<i>836.561,98</i>	<i>235.497,75</i>	<i>235.497,75</i>
<i>2014</i>	<i>17.878.076,95</i>	<i>27.184.392,53</i>	<i>9.306.315,58</i>	<i>9.541.813,33</i>
<i>2015</i>	<i>30.727.911,49</i>	<i>54.744.470,39</i>	<i>24.016.558,90</i>	<i>33.558.372,23</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

2016	42.234.951,71	81.495.770,14	39.260.818,43	72.819.190,66
2017	40.866.417,26	91.497.800,91	50.631.383,65	123.450.574,31
2018	43.277.940,26	99.589.117,71	56.311.177,45	179.761.751,77
2019	27.295.546,77	63.794.109,21	36.498.562,44	216.260.314,21
2020	12.844.050,17	30.506.042,54	17.661.992,37	233.922.306,58
<i>Total</i>	215.725.958,84	449.648.265,42	233.922.306,58	

3.2.3.2 Do PDV de 2018 (Proc. 092.007.500/2016-Caesb)

3.2.3.2.1 Efetividade e Aspectos Funcionais

374. Segundo Relatório juntado aos autos em referência, retratando os resultados parciais alcançados até outubro de 2018, já teriam sido desligados 276 empregados, representando 62,00% da clientela apta ao desligamento.

375. Estes empregados possuíam, em média, entre 58 e 60 anos de idade e mais de 30 anos de trabalhos prestados à Companhia; 85% eram do sexo masculino.

3.2.3.2.2 Economia

376. No que se refere aos aspectos financeiros, o aludido Relatório indicou as seguintes Projeções:

Mês/2018	Despesa PDV (R\$)	do Custo "Se Ativo" (R\$)	Economia (R\$)	Economia Acumulada (R\$)
Maio	1.369.237,92	1.784.648,89	415.410,97	415.410,97
Junho	2.743.961,19	3.510.167,82	766.206,64	1.181.617,60
Julho	4.032.397,90	5.160.860,14	1.128.462,25	2.310.079,80
Mês/2018	Despesa PDV (R\$)	do Custo "Se Ativo" (R\$)	Economia (R\$)	Economia Acumulada (R\$)
Agosto	5.408.580,32	6.926.701,83	1.518.121,51	3.828.201,30



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

<i>Setembro</i>	6.045.825,96	7.740.568,99	1.694.743,03	5.522.944,30
<i>Outubro</i>	7.427.978,38	9.565.649,32	2.137.670,94	7.660.615,20
<i>Total</i>	27.027.981,67	34.688.596,99	7.660.615,34	

3.2.4 Manifestação da Governança-DF

3.2.4.1 PDV 2013

377. *Conforme salientado no § 21 deste Relatório, por ocasião da implementação do PDV 2013 a Caesb não estava obrigada a ouvir previamente o CPRH.*

378. *Por sua vez, a apreciação levada a efeito pela Governança-DF se deu com vistas a subsidiar manifestação daquele Colegiado sobre o pleito da empresa no sentido de prorrogar o PDV 2013, e que redundou, posteriormente, no novo PDV 2018, consoante Processo SEI: 00040-00058990/2017-82.*

379. *Na ocasião, a Subsecretaria do Tesouro, na condição de unidade de Apoio ao Colegiado, analisou os resultados do PDV 2013. A síntese das análises foi documentada no Ofício SEI-GDF nº 65/2018 – SEF/GAB, de 15/01/2018, cuja cópia, entre outras, foi juntada ao Processo da Caesb antes mencionado.*

380. *Na sequência transcreve-se partes do referido Ofício alusivas ao PDV 2013, verbis:*

1. CARTA nº 37088/17-PR (2513405), de 27 de setembro de 2017, com solicitação de prorrogação do PDV 2013.

A empresa afirma que:

- dos 364 empregados aptos a aderir ao programa, 257 efetivaram o deslizeamento, o que representou 71,59%;*
- A Projeção de Despesas com PDV x Empregados Ativos x Economia, de 2013 a 2016, registra economia de R\$72,8 milhões em decorrência dos desligamentos ocorridos por meio do PDV, havendo previsão de economizar R\$234 milhões, no total, até 2020.*

Análise da SUTES (2544894):

- A execução dos recursos destinados a investimento, em todos os exercícios, ficou bem aquém do que foi planejado;*
- As despesas com dispêndio em 2016 cresceram 40,9% em relação ao que foi gasto em 2012, sendo que de 2015 para 2016 o salto foi de 14,9%;*
- A execução total das despesas com pessoal cresceu 65,5% de 2012 para 2016.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

De 2015 para 2016 houve acréscimo de 19%.

- *Conclusão:*

Ante o exposto, verifica-se que o crescimento das despesas de pessoal, bem como dos dispêndios da CAESB, não é aderente ao cenário atual de desaceleração da economia, tanto em âmbito local como nacional.

Entendemos, portanto, que a reabertura do PDV proposto é viável

sob a ótica orçamentário-financeira, tendo em vista a economia de recursos proporcionada, conforme os números apresentados pela empresa, caso as adesões previstas nos autos se confirmem, o que pode ser potencializado se não houver reposição dos empregados que aderirem ao programa.

Todavia, sugerimos que os incentivos financeiros oferecidos fiquem aquém do que foi ofertado no PDV em vigor até o ano de 2016, de modo a gerar robustez na economia de recursos e uma política de desligamento voluntário no sentido de que o próximo programa, caso aconteça, sempre virá com regras menos benéficas aos empregados, o que geraria maior motivação à adesão.

Posicionamento do Comitê de Governança das Empresas Públicas (25878721)

- *O Programa teve início em dezembro/2013 e encerrou-se em abril/2016, não sendo, portanto, passível de prorrogação;*
- *Os resultados obtidos com o Programa nesse período não ensejaram o alcance dos objetivos esperados, haja vista o expressivo aumento das despesas de pessoal e dos dispêndios registrados, em um cenário econômico de desaceleração do crescimento;*
- *Com isso, verificou-se a impossibilidade de prorrogação do PDV, posto já estar encerrado, podendo ser implantado novo Programa, desde que formulado em outras bases, mais aderentes à situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal e da CAESB.*

2. CARTA nº 48684/2017-PR (3740519), de 4 de dezembro de 2017, com esclarecimentos e informações adicionais

Segundo a CAESB:

- *Houve uma contenção considerável nas despesas de pessoal quando confrontados os valores planejados e executados, devendo-se considerar, também, a inflação registrada no período, o que reduziria o valor nominal dos gastos;*
- *As novas contratações de empregados ocorrem somente à medida da necessidade, não são automáticas e dependem de apreciação técnica de indicadores para dimensionamento da força de trabalho necessária, com base em indicadores como volume de trabalho, tempo de execução, produtividade, condições tecnológicas, de equipamentos e infraestrutura etc.*
- *O Programa proposto contempla os seguintes benefícios, além das verbas*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

rescisórias normais:

Prêmio Financeiro Temporário - PFT

Prazo: 60 meses

Valor: 80% do total de (salário + anuênio + titulação + vantagem pessoal por Acordo Coletivo de Trabalho + função gratificada + benefício do Fundiágua);

Valor complementar da indenização trezena que será pago no mês de dezembro de cada ano (13º) + Prêmio correspondente à importância de 35% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios;

Assistência à Saúde do Empregado e de seu cônjuge mediante plano de saúde atual, ou de outro sistema que vier a substituí-lo, pelo período 5 (cinco) anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela CAESB.

3. CARTA nº 50839/2017-PR (4029517), de 14 de dezembro de 2017, com informações complementares

- *Informadas apenas as contratações realizadas no período de 2012 a 2016, com seus respectivos impactos orçamentário-financeiros.*

Análise da SUTES 14055213):

- *No período de adesão ao PDV encerrado em abril/2016 houve 257 desligamentos e 150 contratações de novos empregados;*
- *De acordo com informações extraídas do SIGGo, até outubro/2017 e projeção para novembro e dezembro, as despesas de pessoal são estimadas em R\$631,4 milhões;*
- *Desse modo, em que pese a quantidade significativa de empregados desligados, a empresa não tem demonstrado capacidade de diminuir suas despesas de pessoal;*
- *A eventual adesão de 349 empregados aptos ao desligamento, as despesas com o Prêmio Financeiro Temporário e Indenização Trezena atingiriam R\$365 milhões. Com isso, seriam necessários aproximadamente cinco anos e meio, considerando a economia gerada na folha de pagamento, para compensar os gastos com o PDV;*
- *Conclusão: por ser uma medida importante para reduzir os gastos da empresa, recomenda-se a aprovação do Programa e a limitação das contratações, para o quadriênio 2019-2022, a 25% da quantidade de empregados desligados por meio do Programa pleiteado.*

4. CARTA nº 52922/2017-PR (4302875), de 29 de dezembro de 2017, com informações complementares Análise da CAESB:

- *257 desligamentos no PDV anterior (2013/2016), ao custo de R\$233,9 milhões;*
- *238 novas contratações, ao custo de R\$88 milhões;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- *Economia gerada (desligamentos – contratações): R\$145 milhões;*
- *Justificativa: as novas contratações ocorrem com salários bem inferiores aos praticados pelos empregados que se desligaram no PDV;*
- *Razoável propor que as despesas com reposição de quadro de pessoal, em decorrência de desligamento por PDV, não devem ultrapassar 25% da economia obtida com a adesão de empregados ao programa.*

Análise da SUTES (4515022):

- *Reconsiderada a recomendação anterior, alterando-a para limitar as contratações a 25% do montante economizado com os desligamentos por PDV, em vez do quantitativo de empregados desligados;*
- *Recomendada a aprovação da implementação do PDV 2018/2019 proposto na minuta anexa à Carta 50839/2017-PR (4029517), desde que haja deliberação da Diretoria Colegiada da CAESB que determine a implementação do limite de contratações nos termos supramencionados”.*

Manifestação final do Comitê de Governança das Empresas Públicas:

Após a inclusão das informações necessárias e os esclarecimentos oferecidos pela CAESB em reunião presencial do Colegiado, em que restaram comprovados os benefícios que serão auferidos com a implementação do PDV 2018/2019 na forma proposta (4029517), o Comitê recomenda a sua aprovação, observada a necessidade da anuência da Diretoria Colegiada da CAESB quanto à limitação de contratação a 25% da economia gerada com os desligamentos e sua comprovação semestralmente.

3.2.4.2 PDV 2018.

381. Como observado no tópico anterior, o PDV 2018 tem origem na tentativa da empresa em prorrogar o PDV 2013, proposta essa não acolhida pela GovernançaDF.

382. Assim, após as análises proferidas pela Governança-DF, cuja síntese foi transcrita acima, aquele Colegiado autorizou a Caesb a implementação do novo PDV 2018/2019, consoante Despacho da Secretaria Executiva (Processo SEI: 0004000058990/2017-82), nos seguintes termos:

O Comitê decidiu: "Autorizar de acordo com a proposta da CAESB, conforme análise da SEF: "Desse modo, recomendamos a aprovação da implementação do PDV 2018/2019 proposto na minuta anexa à Carta 50839/2017-PR (4029517), desde que haja deliberação da Diretoria Colegiada da CAESB que determine a implementação do limite de contratações nos termos supramencionados”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

383. Em face da exigência disposta na recomendação do Comitê de Governança, a Diretoria da Caesb expediu a Resolução nº 09/2018, de 15.02.2018, determinando que as contratações de novos empregados, no quadriênio 2019-2022, estarão limitadas a 25% da economia gerada com os desligamentos. Registra-se que a comprovação deste limite deverá ser feita semestralmente pela Companhia.

384. Além da providência acima, e também por determinação da GovernançaDF, a Caesb ajustou os termos do PDV 2018 alterando dois de seus benefícios:

- o prêmio aplicado sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, depositados pela CAESB foi reduzido de 38% para 35%; e
- o percentual aplicado sobre o Prêmio Financeiro Temporário (PFT), diminuiu de 0,85% para 0,80%.

385. Feitos os ajustes, o Conselho de Administração em 19/02/2018, prolatou a Decisão nº 02/2018, ratificando os termos da citada Resolução de Diretoria nº 09/2018, tendo início então o referido Plano de demissão.

3.2.5 Análise da Economicidade dos PDV

386. Para melhor visualização, elaborou-se o quadro abaixo com os dados financeiros anteriormente citados, acerca dos resultados auferidos com os PDV de 2013(final) e 2018/2019(até outubro de 2018).

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV		
	2013	2018
Qtd. Empregados	257	276
Custo do PDV ⁷⁴ (Estimativa para 5 anos)	R\$ 215.725.958,84	R\$ 332.650.228,38
PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV		
Custo com esses empregados no Quadro ⁷⁵ (Estimativa para 5 anos)	R\$ 449.648.265,42	R\$ 628.040.779,06
Economia Estimada ⁷⁶ (5 anos)	R\$ 233.922.306,58	R\$ 295.164.521,55

387. Analisando os valores gerais estimados no quadro acima, nota-se

⁷⁴ Considera os dispêndios com os Prêmios Financeiro Temporário (PFT) e PFT 13º, Plano de Saúde, desconto greve 2016, e Rescisão. Por terem caráter de verbas trabalhistas não incide sobre os prêmios obrigações previdência e FGTS.

⁷⁵ Considera os valores da remuneração, adicionais, afastamento remunerado, plano de saúde patronal, previdência patronal Fundiágua, auxílio alimentação, Auxílio doença/acidentário (ACT), PPR, Provisões e Encargos da Folha de Pagamento (37,60%), deduzido de GFIP – Sal. Maternidade. Os valores globais são maiores, porquanto a maioria dos empregados está na última referência

⁷⁶ consiste no valor resultante do Custo estimado (se ativo) deduzido do Custo PDV. De fato, o primeiro contempla provisões e encargos trabalhistas, enquanto o segundo não, por se tratar de indenização



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

considerável economia com a aplicação dos programas de demissão referenciados.

388. *A conclusão acima mostra-se válida, mesmo quando considerados os custos adicionais resultantes das novas contratações feitas pela Caesb quando da vigência do PDV 2013, conforme constatou o Comitê de Governança e demonstrado no tópico 3.2.4.1, vez que naqueles casos o custo desses novos empregados era menor do que o dos desligados, pois ingressavam na primeira referência salarial da carreira.*

389. *Desse modo, frente ao Cronograma de Desembolso e estimativas elaborados pela Gerência de Planejamento Financeiro da Empresa, conjugado com as análises e determinações apresentadas pela Governança, infere-se que os PDV elaborados pela Caesb são viáveis financeiramente.*

390. *Para o exercício de 2018, e considerando o período de junho a outubro, tem-se em termos gerais uma economia estimada da ordem de R\$ 7.660.615,34, vez que se os empregados desligados estivessem em atividade, os custos estimados eram de R\$ 34.688.596,99, enquanto as despesas com as dispensas voluntárias destes mesmos empregados, no período, foram da ordem de R\$ 27.027.981,67.*

3.2.6 Da continuidade do Presidente e de Diretor Financeiro e Comercial, nos respectivos postos, após adesão ao PDV

391. *Conforme noticiado na matéria juntada pelo MPC/DF, o Presidente da Caesb, Maurício Leite Ludovice, manteve-se no cargo mesmo após a adesão ao PDV, apesar de o item 11.8 do referido Plano dispor textualmente ser “vedado o retorno aos quadros da CAESB de quaisquer empregados desligados por meio deste PDV, exceto quando decorrente de aprovação em concurso público”.*

392. *Situação similar se observou em relação ao atual Diretor Financeiro e Comercial, Marcelo Antônio Teixeira Pinto.*

393. *De plano cabe salientar a diferença existente entre empregado e membro do corpo diretivo da empresa (Administradores/Gestores – membros estatutários), vez que necessário ao pleno entendimento da situação aqui tratada.*

394. *O art. 3º da CLT “considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.*

395. *Nesta definição destacam-se cinco requisitos relevantes para a identificação de empregado: pessoa física, não eventualidade na prestação dos serviços, dependência, pagamento de salário e prestação pessoal de serviços.*

396. *O corpo diretivo (Administradores/Gestores – membros estatutários), por sua vez, compõe-se de pessoas físicas eleitas para cargo de direção, nos termos previstos no art. 143, da Lei 6.404/1976, verbis:*

Art. 143. A Diretoria será composta por 2 (dois) ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração, ou, se inexistente, pela assembleia-geral, devendo o estatuto estabelecer:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

397. *A Caesb é uma sociedade de economia mista criada pela Lei nº 3.559, de 18 de janeiro de 2005, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelo Estatuto Social. Note-se que sua estrutura e composição observam, portanto, os preceitos ali constantes.*

398. *A teor do Estatuto Social da Caesb (2018), a administração da Sociedade será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, consoante art. 18.*

399. *O Conselho de Administração será composto de 9 (nove) membros eleitos pela Assembleia Geral e sua competência está disciplinada no art. 142, da Lei nº 6.404/76 e no art. 36 do Estatuto.*

400. *A Diretoria é constituída por 1(um) Presidente e mais 4(quatro) Diretores eleitos pelo Conselho de Administração⁷⁷. O primeiro trata-se de órgão de representação legal da Companhia, cabendo aos diretores dirigir internamente a empresa, enquanto que externamente manifestam a vontade da pessoa jurídica, conforme estabelecido nas atribuições de tais membros dispostas nos artigos 43 a 48 do Estatuto Social.*

401. *Como visto, a situação jurídica dos membros do corpo diretivo da empresa não se confunde com a condição de empregado. Inexiste, neste caso, contrato de trabalho, vez que o diretor integra um dos órgãos da sociedade, não podendo ser empregado e empregador ao mesmo tempo, visto que não se subordina a si próprio.*

402. *Na hipótese de o eleito, como é o caso aqui tratado, fazer parte do quadro de pessoal da empresa, o enunciado 269 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que:*

O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

403. *Note que a decisão do TST se aplica somente ao empregado que é eleito, como é o caso dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Caesb.*

404. *Sob esse aspecto, o empregado ao assumir, por eleição, o cargo de Direção, tem, automaticamente, seu contrato de trabalho suspenso.*

405. *Compulsando a jurisprudência do TST, nota-se que em se tratando de diretor eleito inexistente a possibilidade de salário, visto carecer de vínculo empregatício, pela ausência dos requisitos da relação empregatícia, citados no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, consoante julgados indicados abaixo. (o grifo não é do original)*

RECURSO DE REVISTA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO. NULIDADE RELAÇÃO DE EMPREGO. DIRETOR. SOCIEDADE ANÔNIMA. 1.

⁷⁷ Na Ata da Trigésima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, realizada em 20/01/2017, promoveu-se a eleição e posse dos membros da Diretoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Enfrentadas, de forma satisfatória, todas as questões de relevância para a adequada composição da lide, não há falar na ofensa literal aos arts. 832 da CLT, 458 do CPC e 93, inciso IX, da CF. 2. Diretor eleito pela assembleia geral, para gerir sociedade anônima e inclusive sem ostentar, em momento anterior ao evento, a condição de empregado da empresa, está situado fora da clientela do art. 3º da CLT. Precedentes. 3. Recurso de revista não conhecido. (TST-RR 549551-66.1999.5.02.555, 1ª Turma, Rel. João Amilcar Silva e Souza Pavan).

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DIRETOR VICE-PRESIDENTE. O empregado, eleito diretor de sociedade anônima, despoja-se dessa qualidade, tendo em vista a incompatibilidade entre as duas situações, pois o diretor passa a constituir órgão da sociedade, não se caracterizando, na hipótese, a subordinação jurídica, elemento basilar da relação empregatícia. Observância da regra inscrita no Enunciado nº 269/TST. Recurso de revista conhecido e provido no particular para ser afastado o reconhecimento do vínculo empregatício. (TST-RR 791216-37.2001.5.01.555, 1ª Turma, Rel. Wagner Pimenta).

RECURSO DE REVISTA DAS RECLAMADAS - DIRETOR ELEITO DE SOCIEDADE ANÔNIMA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO - As relações entre a Diretoria e o Conselho de Administração nas Sociedades Anônimas regem-se pelas diretrizes constantes da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto da Empresa, não caracterizando a subordinação jurídica nos moldes trabalhistas. O empregado eleito Diretor da Empresa tem suspenso o seu contrato de trabalho durante o exercício do cargo, em face da incompatibilidade da ocupação simultânea das posições de empregado e de empregador. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido. (TST-RR 6281500-71.2002.5.02.0900, 5ª Turma, Rel. Rider de Brito).

406. *Por oportuno, cite-se a edição da Lei nº 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

407. *Assinale-se que a citada Lei prescreveu em seu art. 16, verbis:*

Art. 16. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Consideram-se administradores da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.

408. *Quanto à remuneração dos diretores, vale o que estiver previsto no Estatuto. Assim, o art. 30 do Regulamento da Caesb estabelece, verbis:*

Art. 30 - A remuneração dos membros estatutários será fixada anualmente em Assembleia Geral nos termos da legislação vigente.

§1º Os membros do Comitê de Elegibilidade não serão remunerados pela Companhia, por se tratar de atividade de relevante interesse público.

§2º - Quando o cargo de Presidente e/ou Diretor, for exercido por empregado do quadro permanente da Companhia ou de outro órgão Público, ele deverá optar por perceber: I - a remuneração correspondente ao cargo ocupado, renunciando à remuneração do emprego permanente; ou

II - a remuneração do emprego permanente acrescida de 55%(cinquenta e cinco



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

por cento) do valor da remuneração do cargo de Presidente ou de Diretor, respectivamente. §3º - E assegurada, também, aos Diretores, uma gratificação correspondente a 1/12 (um doze (avos) da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de trabalho do ano calendário, eventuais participações de resultados.

(...)

Art. 41 E assegurada ao Presidente e Diretores, licença remunerada de 30 dias, anualmente, mediante prévia autorização do Diretoria Colegiada, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

409. *Conclui-se, portanto, que a continuidade dos Senhores Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antônio Teixeira Pinto como membros Diretoria da empresa, portanto na condição descrita no art. 143, da Lei nº 6.404/1976, não contraria a regra contida no item 11.8 do PDV, dada a inexistência, neste caso, de vínculo empregatício.*

3.2.7 Do cálculo da Rescisão do Contrato de Trabalho dos Senhores Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antônio Teixeira Pinto

410. *Sem prejuízo do colocado no item precedente, os ocupantes dos cargos de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial ao aderirem ao PDV tiveram que romper o vínculo empregatício com a Caesb, que até então encontrava-se suspenso, dando origem às rescisões de trabalho que ora se analisa.*

411. *De notar que a referida suspensão do contrato de trabalho se deu, respectivamente, em 5.1.2015 e 15.06.2016, portanto, quando assumiram os cargos de Diretoria. Nos meses de janeiro/2015 e junho/2016 a empresa pagou a ambos, observada a devida proporcionalidade, as verbas (4 dias/14 dias) decorrentes do vínculo trabalhista, até então ativo.*

412. *Por outro lado, em razão da suspensão mencionada, os antes nominados tiveram as contagens para fins de férias congeladas, sendo que na ocasião, o primeiro nominado já contabilizava o direito a 11/12 avos, enquanto o segundo a 15/12 avos (1 acumulada e mais três meses).*

413. *Ao se tornarem membros da Diretoria, ambos deixaram de fazer jus às férias previstas no art. 129 da CLT e à gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090/1962 e alterações, ao tempo em que passaram a se sujeitar ao que previam, ao seu tempo, as disposições estatutárias, a seguir indicadas.*

414. *O afastamento para descanso, equivalente a férias, é objeto de regramento específico no Estatuto Social da Caesb, sendo que entre 05.1.2015 a 20.06.2018, o tema foi tratado no § 2º, art. 27, com a seguinte redação:*

§ 2º É assegurada, ao Presidente e Diretores, licença remunerada para descanso por prazo de até 30 (trinta) dias anuais, vedada sua conversão em espécie ou indenização em pecúnia.

415. *A contar de 21.6.2018, a matéria foi contemplada no art. 41 vazado nos seguintes termos:*

Art. 41. É assegurada ao Presidente e Diretores, licença remunerada de 30 dias, anualmente, mediante prévia autorização da Diretoria Colegiada, sendo vedada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

sua conversão em espécie e indenização.

416. Por sua vez, a gratificação equivalente à natalina (13º Salário) foi regulada, entre 5.1.2015 a 20.6.2018, pelo parágrafo único do art. 28, que previa:

Parágrafo Único. É assegurada, também, aos Diretores, uma gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de trabalho do ano calendário.

417. Na versão vigente a contar de 21/06/2018, a regra em questão foi inserta no §3º, do art. 30 do Estatuto, com a seguinte redação:

§ 3º É assegurada, também, aos Diretores, uma gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e eventuais participações de resultados.

418. Em vista do antes colocado, as rescisões de contrato de trabalho dos antes nominados deveriam se limitar ao pagamento das férias não gozadas até o momento da suspensão do contrato de trabalho, e, conforme o caso, da conversão em pecúnia da licença prêmio, tendo por base a Remuneração aplicável ao empregado (como se no exercício do contrato de trabalho), lembrando que ambos se mantiveram nos cargos de direção até 7.1.2019.

419. Feitas as considerações acima, observou-se, de plano, que os cálculos das rescisões dos ex-empregados em epígrafe (A3BA638A, pág. 13 e 75B5CFE6, pág. 11) tiveram por base a remuneração devida aos membros da diretoria e não aos empregados, vez que contemplaram a chamada “opção de 55% EC” (vide campos 23ambos e 95.4-Maurício e 95.3-Marcelo, da Rescisão), correspondente à opção prevista no já mencionado art. 28, I, “b” do Estatuto Social, e pagas aos antes identificados em razão do exercício dos Cargos, respectivamente, de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial.

420. Ou seja, a verba é parte integrante do pró-labore, pelo que não guarda relação com que era devido aos antes nominados em face do término de seus vínculos trabalhistas, pelos motivos citados no item 3.2.6 acima. Não por outro motivo, ao converter em pecúnia a licença prêmio do Senhor Maurício Ludovice, a Caesb levou em consideração a remuneração que lhe seria devida na condição de empregado.

421. Salienta-se, ainda, que os ex-empregados em epígrafe não faziam jus à incorporação da referida “opção de 55% EC”, vez que até a ocasião da adesão ao PDV ambos se mantinham nos cargos de Diretores, pelo que não satisfaziam as hipóteses indicadas no item 3 (Dos Requisitos) da Norma ND.SRH-035 - “Incorporação de Função de Gratificada”⁷⁸ (C9DCEDBA), quais sejam:

3.1 Ter sido dispensado da Função Gratificada, sem justo motivo;

3.2 Ter exercido Função Gratificada por período igual ou superior a 10 anos imediatamente anterior à dispensa, observado o disposto nos itens 3.1 e 7

3.3 É vedada a incorporação quando ocorrer dispensa da função gratificada:

a) a pedido do empregado;

⁷⁸ Sobre a extensão do termo “Função Gratificada”, vide os apontamentos insertos nos §§ 474 a 476 deste Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

3.3 É vedada a incorporação quando ocorrer dispensa da função gratificada:

- a) a pedido do empregado;
- b) por justo motivo, devidamente comprovado por Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

3.4 Requerer formalmente a incorporação da função gratificada mediante a apresentação dos formulários “Requerimento de Incorporação de Função Gratificada” – FORM1.ND.SRH-035 e “Termo de Quitação Anual”, disponível no Portal RH (<http://portalrh.caesb.df.gov.br>). (grifou-se)

422. Por outro lado, as referidas rescisões contratuais deixaram de contemplar, para fins de cálculo das férias indenizadas, os valores atualizados percebidos pelos exDirigentes em decorrência da Função Gratificada/Emprego em Comissão por eles ocupados dentro do período aquisitivo de férias não usufruído e objeto da indenização na rescisão. Quais sejam: o FG-I, de Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sr. Maurício) e o CCA-03, de Assessor de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial (Sr. Marcelo).

423. Outro equívoco observado refere-se ao pagamento de 14 dias trabalhados (campos 50, 77 e 95.4-Maurício, 95.3-Marcelo) e do 13º Salário Proporcional (campo 63), vez que os “empregados”, em face da suspensão dos contratos, não trabalharam em 2018, diferentemente dos “membros” da Diretoria, que se desligaram apenas em 7.1.2019.

424. Todavia, para os fins aqui pretendidos, as parcelas antes referidas serão desconsideradas, vez que à vista da documentação complementar enviada a pedido, pode-se constatar que tais montantes restaram mutuamente compensados, seja na remuneração “cheia” de agosto/2018, seja quando do pagamento da “gratificação referida no §3º, art. 30 do Estatuto (equivalente ao 13º Salário) ou no momento do acerto de contas resultante da substituição dos membros da diretoria, em janeiro/2019.

425. Em razão das colocações anteriores apurou-se o que se segue.

3.2.7.1 Maurício Leite Ludovice, mat. 491217

426. O ex-empregado ingressou na CAESB em 01/10/1982, com contrato por prazo indeterminado, detinha a matrícula nº 491217 e o cargo de ANALISTA DE SISTEMAS DE SANEAMENTO III, Engenharia Química.

427. Quando da adesão ao PDV de 2018 ([A3BA638A](#)), o ex-empregado exercia o cargo de Presidente da Empresa, tendo firmado Termo de Opção para perceber a remuneração disposta no Estatuto Social da Caesb, art. 28, item “I.b”, transcrita acima. O valor da remuneração (pró-labore) montou em R\$ 57.499,41, conforme abaixo discriminado:

- Verbas referentes ao emprego permanente:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Salário	R\$ 26.527,23
Anuênio (41%)	R\$ 10.876,16
Titulação (30%)	R\$ 7.958,16
Total Bruto	R\$ 45.361,55

- *Opção 55% do valor fixado pela AGO⁷⁹, para o Cargo de Presidente:*

*Pró-labore Presidente: R\$ 22.068,83*0,55 = R\$ 12.137,86 □ Remuneração Total: R\$ 57.499,41.*

□ *Valor do FG-01 em agosto/2018⁸⁰: R\$: 8.519,88*

3.2.7.1.1 Verbas Rescisórias

428. *Em 14/08/2018 deu-se por desfeito o vínculo empregatício, ocasião em que procedeu ao Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.*

429. *Sobre o aludido termo rescisório cabem as ponderações a seguir apresentadas.*

430. *Analísado o referido termo, constatou-se que as verbas pagas tiveram por base – Campo 23 Remuneração Mês Anterior – a remuneração paga à pessoa do Presidente (pró-labore de R\$ 57.499,41) e não aquelas que faria jus o empregado se no exercício da atividade laboral, ou seja, desconsiderando o valor da opção de 55% (R\$ 12.137,86) decorrente da ocupação do cargo estatutário de Presidente, o que redundaria no valor base de R\$ 45.361,55, lembrando, que o ex-empregado não tinha incorporado o valor da referida opção.*

431. *Assim, ao incluir indevidamente o valor da opção antes descrita nos cálculos rescisórios e, por outro lado, deixar de considerar, nos termos do art. 142, § 6º da CLT⁸¹, os valores pertinentes ao FG-01 ocupado pelo ex-empregado, por ocasião do período aquisitivo, a empresa culminou em pagamentos a maior*

⁷⁹ Conforme definido nas Atas da 48ª AGO e 97ª AGE, bem assim 53ª AGO e 106ª AGE dos acionistas da CAESB, realizadas em 29/04/2011 e 28/04/2016, respectivamente

⁸⁰ Para fins de cálculo do valor do campo 65.1 – Férias Médias Proporcionais.

⁸¹ Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 6º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes. (grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

das seguintes verbas de férias (vide §§ 412 e 422)⁸²:

- campo 65 Férias Proporcional 11/12 avos: R\$ 3.316,48
R\$ 52.707,79 (pago: 57.499,41 / 12 * 11) – R\$ 49.391,31 (devido:
45.361,55+8.519,88 = R\$ 53.881,43 / 12 * 11)
- campo 68 Terço Constitucional (11/12 avos): R\$ 1.105,49
R\$ 17.569,26 (pago: 57.499,41 / 12 * 11 / 3) – R\$ 16.463,77 (devido:
R\$ R\$ 53.881,43 / 12 * 11 / 3)
- campo 95.3 Adicional Férias Complementar (11/12 avos): R\$ 552,78
R\$ 8.784,63 (pago: 57.499,41 / 12 * 11 * 0.166666⁸¹) – R\$ 8.231,85
(devido: R\$ R\$ 53.881,43 / 12 * 11 * 0,1666)
- Total Pago a Maior em razão da inclusão indevida da opção 55% EC e não inclusão da média do FG-01: R\$ 4.974,75

3.2.7.2 Marcelo Antonio Teixeira Pinto, mat. 490008.

432. O ex-empregado ingressou na CAESB em 29/03/1982, com contrato por tempo indeterminado, detinha a matrícula nº 490008 e o cargo de ANALISTA DE SISTEMAS DE SANEAMENTO III, Engenharia Química.

433. Quando da adesão ao PDV 2018 ([75B5CFE6](#)), ocupava o Cargo de Diretor Financeiro e Comercial e firmou Termo de Opção para perceber a remuneração disposta no Estatuto Social da Caesb, art. 28, item “I.b”, abaixo transcrito. O valor da remuneração (pró-labore) montou em R\$ 55.594,00, conforme abaixo discriminado:

- Verbas referentes ao emprego permanente:

Salário	R\$ 26.122,77
Anuênio (41%)	R\$ 10.710,33
Titulação (30%)	R\$ 7.836,83
Total Bruto	R\$ 44.666,93

- Opção 55% do valor fixado pela AGO⁸³, para o Cargo de Diretor:

Pró-labore Presidente: R\$ 22.068,83 * 0.90 (90% do valor do Presidente) * 0,55 = R\$ 10.924,07

⁸² Às demais verbas rescisórias foram desconsideradas pelos motivos indicados no § 424 deste Relatório. ⁸¹ Correspondente a diferença de 1/3 para 1/2 (50%), valor pactuado em ACT para Adicional de Férias.

⁸³ Conforme definido nas Atas da 48ª AGO e 97ª AGE, bem assim 53ª AGO e 106ª AGE dos acionistas da CAESB, realizadas em 29/04/2011 e 28/04/2016, respectivamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- *Remuneração Total: R\$ 55.594,00.*
- *Valor da Opção 55% sobre o CCA-03 em agosto/2018⁸⁴: R\$ 10.649,85*

3.2.7.2.1 Verbas Rescisórias

434. Em 14/08/2018 deu-se por desfeito o vínculo empregatício, ocasião em que procedeu ao Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho. Analisado o referido termo, constatou-se que as verbas pagas tiveram por base – Campo 23 Remuneração Mês Anterior – a remuneração paga a pessoa do Diretor (pró-labore de R\$ 55.594,00) e não aquelas que faria jus o empregado, ou seja, desconsiderando o valor da opção de 55% (R\$ 10.924,07) decorrente da ocupação do cargo estatutário de Diretor, o que redundaria no valor base de R\$ 44.666,93, lembrando, que o ex-empregado não tinha incorporado o valor da referida opção.

435. Assim, ao incluir indevidamente o valor da opção antes descrita nos cálculos rescisórios e, por outro lado, deixar de considerar, nos termos do art. 142, § 6º da CLT⁸⁵, os valores pertinentes a opção 55% sobre o CCA-03 ocupado pelo ex-empregado, por ocasião do período aquisitivo, a empresa culminou em pagamentos a maior das seguintes verbas de férias (vide §§ 412 e 422)⁸⁶:

- campo 65 Férias Proporcional 3/12 avos: R\$ 69,31
R\$ 13.898,50 (pago: $55.594,00 / 12 * 3$) – R\$ 13.829,19 (devido: R\$ $44.666,93 + 10.649,85 = 55.316,78 / 12 * 3$)
- campo 66.1 Férias Vencidas 12/12 avos: R\$ 277,22
R\$ 55.594,00 (pago: $55.594,00 / 12 * 12$) – R\$ 55.316,78 (devido: R\$ $55.316,78 / 12 * 12$)
- campo 68 Terço Constitucional (3/12 + 12/12 avos): R\$ 115,50
R\$ 23.164,16 (pago: $55.594,00 / 12 * 15 / 3$) – R\$ 23.048,66 (devido: R\$ $55.316,78 / 12 * 15 / 3$)
- campo 95.2 Adicional Férias Complementar (3/12 + 12/12 avos): R\$ 57,80
R\$ 11.582,08 (pago: $55.594,00 / 12 * 15 * 0.166666^{87}$) – R\$ 11.524,28 (devido: R\$ $55.316,78 / 12 * 15 * 0,1666$)

⁸⁴ Para fins de cálculo do valor do campo 65.1 – Férias Médias Proporcionais.

⁸⁵ Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 6º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes. (grifou-se)

⁸⁶ Às demais verbas rescisórias foram desconsideradas pelos motivos indicados no § 424 deste Relatório.

⁸⁷ Correspondente a diferença de 1/3 para 1/2 (50%), valor pactuado em ACT para Adicional de Férias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- Total Pago a Maior em razão da inclusão indevida da opção 55%: R\$ 519,83

3.2.8 Ponderações sobre a matéria jornalística indicada pelo MPC/DF

436. Quanto à matéria jornalística, merecem ajustes os incentivos financeiros citados em relação ao PDV de 2018/2019, pois o Prêmio Financeiro Temporário - PFT engloba 80% do (salário + anuênio + titulação + vantagem pessoal + porcentagem da Função Gratificada, conforme regra estabelecida – Benefício percebido do FUNDIÁGUA).

437. No tocante ao programa de 2013, de fato o prêmio sobre o saldo do FGTS era de 38% e o PFT era pago no percentual de 85%, conforme indicado anteriormente no quadro dos incentivos financeiros.

438. O objetivo dos referidos programas além da contenção de gastos, objetiva renovar a força de trabalho, pois os empregados desligados estavam na faixa dos 60 anos.

439. Em relação ao teto remuneratório, remete-se para os apontamentos insertos no item 3.1 deste Relatório.

440. Como mencionado no item 3.2.6, não há empecilhos para que o Sr. Maurício Leite Luduvise continue como Presidente da empresa, como também o Sr. Marcelo Antonio Teixeira Pinto manter-se no cargo de Diretor Financeiro e Comercial, pois em ambos os casos não se trata de cargo com vínculo empregatício, visto a ausência dos requisitos da relação empregatícia de que trata o art. 3º da CLT; ao contrário, a relação com a empresa (remuneração e atribuições) ampara-se nas disposições da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social.

441. Como já salientado, também, a remuneração (pró-labore) dos Diretores, está definida no Estatuto Social da Empresa, cabendo ao Presidente o valor de R\$ 22.068,83 e aos Diretores 90% do citado valor.

442. Conforme regra do PDV, o empregado, ao se desligar da Companhia, deixará de perceber as verbas do cargo permanente e não poderá retornar a empresa, na condição de empregado, a não ser por novo concurso público. A situação se aplica aos Srs. Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antonio Teixeira Pinto, optantes do PDV de 2018/2019.

443. Assim ao aderirem ao PDV, os dirigentes antes nominados tiveram os respectivos vínculos trabalhistas encerrados, remanescendo, apenas, o vínculo estatutário (de Diretores eleitos e regidos pelo Estatuto Social da Companhia), pelo qual são remunerados nas condições citadas no § 441 acima. Não por outro motivo, consignou-se como irregulares os pagamentos noticiados nos tópicos 3.2.7.1.1 e 3.2.7.2.1 deste Relatório.

3.2.9 Posicionamento

444. O Programa de Demissão Voluntária – PDV é instrumento utilizado pelas empresas, objetivando otimização dos custos e racionalização na gestão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

pessoas.

445. *A validade e efeitos de tal instrumento já foi objeto de apreciação no STF, nos autos do Recurso Extraordinário 590.415, Santa Catarina, em sede de repercussão geral.*

446. *Os PDV editados pela Caesb em 2013 e 2018 foram autorizados pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, destacando que o segundo programa decorre de previsão em Acordo Coletivo de Trabalho – ACT e aprovado, também, pela Governança-DF.*

447. *A viabilidade econômico-financeira de tais programas foi objeto de apreciação do Comitê de Governança do GDF, que, na análise da implantação do PDV de 2018, indicou ajustes em benefícios concedidos, bem assim limitação das contratações de novos empregados, no período de 2019-2022, o que será acompanhado semestralmente.*

448. *Quanto a uma possível inobservância aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade e da Moralidade decorrente do fato de que o PDV 2018 ter sido proposto pela Direção da empresa e “beneficiando” dois de seus membros, cabe ponderar, com o fito de afastar tal presunção os seguintes pontos relacionados ao PDV 2018:*

- a proposta da Direção da Caesb foi aprovada, nos moldes determinados pela Governança-DF;*
- foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa;*
- contempla benefícios menos favoráveis, quando comparados com a versão anterior, originária de outra Administração.*

449. *Assim sendo, conclui-se pela regularidade dos aludidos programas, ressalvadas as impropriedades apontadas no tópico 3.2.7 deste Relatório.*

450. *Finalmente, registra-se que as análises aqui realizadas se deram na extensão julgada suficiente para prover respostas ao MPC/DF, razão pela qual limitouse aos aspectos aqui comentados.*

3.2.10 Proposição

451. *Em face das conclusões alcançadas, pugna-se por que e. Plenário dê conhecimento ao Ministério Público de Contas do DF, Terceira Procuradoria, em atenção ao OFÍCIO Nº 96/2018-G3P, das análises e conclusão abrangendo os Programas de Demissão Voluntária – PDV's de 2013 e 2018.*

452. *Adicionalmente, tem-se por pertinente determinar à CAESB que, no prazo de 30 dias, adote providências para regularizar os Termos de Rescisão Contratual e os respectivos efeitos financeiros, dos ex-empregados Maurício Leite Luduvise, mat. 491217 e Marcelo Antonio Teixeira Pinto, mat. 490008, de forma a excluir dos cálculos da indenização das férias não gozadas, a verba denominada “opção 55%-ec”, correspondente a parte do pró-labore devido por força do art. 30, § 2º, II, do Estatuto Social da Companhia, vez que não se trata*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

de verba de natureza trabalhista, dada a não incorporação à remuneração dos ex-empregados, na medida em que não houve atendimento aos requisitos previstos no item 3 da Norma ND.SRH-035 e ao ACT vigente a época, e incluir, por força do art. 142, § 6º, da CLT, os valores correspondentes a Função Gratificada - FG-01 e a opção 55% sobre o Cargo Comissionado - CCA-03, ocupados pelos antes nominados no período aquisitivo e objeto da indenização constante na rescisão de contrato de trabalho.

453. *Por fim, sugere-se, ainda, a inclusão da matéria em futura auditoria, para verificar o cumprimento pela empresa das exigências do Comitê de Governança e ao que restou decidido na Resolução de Diretoria nº 09/2018, ratificada pelo Conselho de Administração da empresa, no que se refere à limitação das contratações de novos empregados a 25% da economia gerada com os desligamentos, no quadriênio 2019/2022.*

3.2.11 Manifestação da Auditada

454. *Sobre a inclusão na Rescisão contratual dos ex-empregados Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio Teixeira Pinto, da verba denominada “opção 55%-ec”, provenientes da opção prevista no art. 30 do Estatuto Social da Companhia, vez que ocupavam, respectivamente, os Cargos estatutários de Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e Comercial da Caesb, a empresa não teceu qualquer comentário a respeito do apontamento.*

455. *Todavia, e em atenção ao Despacho Singular nº 307/2019 – GC/PT (62C38A8F), por meio do qual o Relator do feito, à vista dos esclarecimentos prestados pelos Senhores Mauricio Leite Ludovice e Marcelo Antonio Teixeira Pinto (F644B7EF), determinou o retorno dos autos à esta Secretaria, “para fins de retificação ou ratificação dos achados que guardem relação com a aludida documentação”, procedeu-se a revisão do apontamento acima referido, tendo por base os esclarecimentos dos antes nominados.*

456. *Sobre os esclarecimentos prestados pelos ex-empregados já nominados, cabe salientar, no que é pertinente ao apontamento referido no § 454, os seguintes argumentos ofertados:*

Os profissionais citados no relatório prévio de auditoria ingressaram nos quadros da empresa em 1982, tendo ocupado diversas funções de chefia e assessoramento, antes de serem convidados a assumir o cargo de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial em janeiro/2015 e em junho/2016, respectivamente, conforme Anexo I - Qualificação Profissional.

Naquela oportunidade, ambos já exerciam por mais de 10 anos ininterruptos cargos de função gratificada de superintendente e/ou assessor na própria empresa, o que, por conseguinte, os habilitava a ter suas funções gratificadas incorporadas aos salários, de acordo com o estabelecido na Norma sobre incorporação de Função Gratificada ND.SRH - 035 e a legislação trabalhista vigente a época. Portanto, a incorporação de função gratificada pelos referidos empregados não é apenas DEVIDA como JUSTA, uma vez tratar-se de direito adquirido, não podendo ser simplesmente desconsiderada no cálculo de rescisão de contrato de trabalho conforme interpretação equivocada externada pelos senhores auditores quando da elaboração do Relatório Parcial de Auditoria nº 9/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

A incorporação das funções gratificadas antes da investidura nos cargos de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial, uma vez que ambos foram exonerados de suas funções de Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Assessor de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial, não foi exercida a época devido ao fato de que a gratificação que os dois empregados iriam receber para exercer os cargos de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial era da mesma ordem de grandeza da que seria, por direito, incorporada.

Assim, é possível afirmar que os ex-empregados Mauricio Leite Ludovice mat 49.121-7 e Marcelo Antonio Teixeira Pinto mat. 49000-8, exerceram suas atividades de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial respectivamente, praticamente sem ganho financeiro. (grifou-se)

457. Sobre a inclusão da referida verba no cálculo do Prêmio Financeiro Temporário - PFT, a Caesb assevera que se deu em cumprimento ao que dispunha o regramento do PDV 2018/2019, que estabelecia na fórmula de cálculo do referido benefício, a inclusão de “Porcentagem do valor do FG (Função Gratificada), para empregado que estiver investido em Função até o momento da rescisão contratual de trabalho...”.

458. Ressalta que a Norma interna que trata da Incorporação de Função Gratificada - FG, a ND.SRH – 035 (C9DCEBDA), estabelece como clientela do referido benefício os “Empregados do quadro permanente da Caesb, que tenham exercido Função Gratificada/ Cargo Comissionado de Assessoramento/Diretoria por período igual ou superior a 10 anos e dispensados, sem justo motivo”.

459. Salienta ainda a Estatal, que no caso de Cargo Comissionado de Assessoramento/Diretoria, o valor a ser considerado é sempre equivalente a 55% do valor do Cargo (previsto no item 4.1 da referida Norma).

460. Aduz, também, que o Estatuto vigente da Companhia, em seu art. 30, preconiza que a remuneração dos membros estatutários será fixada anualmente em Assembleia Geral, ao tempo em que seu §2º prevê que, sendo o eleito para o cargo de Presidente ou Diretor, um empregado do cargo permanente da Caesb ou de outro órgão público, este poderá optar, nos termos do inciso II, pela “remuneração do emprego permanente acrescida de 55%(cinquenta e cinco por cento) do valor da remuneração do cargo de Presidente ou de Diretor, respectivamente”.

461. Conclui a Caesb, ressaltando que os ex-empregados antes identificados ocupavam por ocasião da adesão ao PDV, “a função de Diretor-Presidente e de Diretor” e “Considerando todo o tempo que ambos ocuparam função gratificada de forma ininterrupta, durante o pacto laboral e de acordo como os documentos acima citados ..., verificamos que os períodos foram superiores a 8 anos, tendo sido devido o percentual de 80% do valor da função a ser paga na Parcela Fixa Temporária – PFT”.

462. Argumentos similares foram ofertados, também, pelos ex-empregados Mauricio Leite Ludovice mat 49.121-7 e Marcelo Antonio Teixeira Pinto mat. 49000-8 (F644B7EF).

3.2.12 Posicionamento da Equipe de Auditoria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

463. De plano, cabe observar que os questionamentos levantados pela Equipe de Auditoria versavam sobre dois pontos distintos alusivos aos ex-empregados Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antônio Teixeira Pinto, então ocupantes dos Cargos de Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e Comercial da Caesb, quais sejam:

- Inclusão nos cálculos da rescisão do contrato de trabalho (CLT) de verbas de natureza não trabalhistas, no caso, a denominada “opção 55%-ec”, referente à opção prevista no art. 30, §2º, II do Estatuto Social e que compunha o pró-labore devido aos acima identificados em razão dos citados cargos de Direção (objeto dos tópicos 3.2.7.1.1 e 3.2.7.2.1 do Relatório Prévio); e
- inclusão na denominada parcela “E”, da fórmula de cálculo do Prêmio Financeiro Temporário – PFT⁸⁸ da “opção 55%-ec”, referentes a parte do pró-labore recebido pelos acima identificados em razão de seus Cargos Estatutários (objeto dos tópicos 3.2.7.1.2 e 3.2.7.2.2 do Relatório Prévio).

464. No que se refere a inclusão na rescisão contratual do valor da parcela antes mencionada, a CAESB não apresentou esclarecimentos, o que terminou suprido pelos esclarecimentos prestados pelos Srs. Mauricio Leite Luduvise mat 49.121-7 e Marcelo Antonio Teixeira Pinto mat. 49000-8 ([F644B7EF](#)).

465. Sobre os argumentos dos acima nominados com vista a justificar o direito à incorporação as respectivas remunerações de empregados, da aludida “opção 55%-ec” incidente sobre os cargos Estatutários então ocupados, salienta-se, de plano, o fato de os interessados terem sido “convidados a assumir o cargo de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial” o que evidencia de forma cabal, que ambos não foram destituídos da antiga função gratificada/emprego em comissão “sem motivo justo”, mas em razão, pode-se assim dizer, de “promoção” resultante da aceitação dos referidos convites.

466. A rigor, ao aceitarem o convite, os interessados “abdicaram” dos “cargos” então ocupados em favor dos novos postos.

467. Portanto, ao aceitarem as indicações para os cargos de natureza estatutária⁸⁹ (Presidente e Diretor) restou descaracterizada a ocorrência de dispensa sem justo motivo, condição necessária à incorporação da função/emprego em comissão, conforme item 3.1 da referida Norma.

468. Ademais, por estarem plenamente cientes de que a dispensa da Função Gratificada/Emprego em Comissão então ocupados não se enquadravam na condição antes referida, os interessados não requisitaram, por ocasião das respectivas dispensas das Funções de Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Assessor de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial, a aludida incorporação, providência essa que figura, também, como requisito à concessão do benefício, conforme se observa no item 3.4 da Norma indicada.

⁸⁸ $PFT = (A+B+C+D+E-F)*0,80$, onde A = Salário; B=Anuênio; C=-Titulação; D=Vantagem Pessoal ACT; E = Porcentagem do valor da FG (Função Gratificada), para empregado que estiver investido em função até o momento da rescisão contratual de trabalho, observadas as seguintes condições: $0 < TF < 5$ anos = 0%; $5 \leq TF < 8$ = 40% e $TF \geq 8$ = 80%.

⁸⁹ Previstas no Estatuto Social da Empresa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

469. *De mais a mais, consoante retratado pelos próprios interessados, “... a gratificação que os dois empregados iriam receber para exercer os cargos de Presidente e Diretor Financeiro e Comercial era da mesma ordem de grandeza da que seria, por direito, incorporada...”, o que por si só denota que a dispensa em questão não resultou em prejuízo econômico/financeiro aos interessados, pelo que inaplicável, aqui também, os termos da Súmula TST nº 372⁹⁰.*

470. *Desta feita tem-se por improcedentes as alegações ofertadas pelos ex-empregados já identificados, no que se refere a inclusão, na rescisão contratual, dos valores atinentes à verba opção 55%, pertinentes aos citados cargos estatutários.*

471. *Todavia, por questão de justiça, cumpre apontar o fato de a Equipe de Auditoria ao questionar os aludidos cálculos no Relatório Prévio, não ter atentando para o fato de os ex-empregados terem ocupado a Função Gratificada FG-1 (Sr. Maurício) e o Emprego Comissionado CCA-03 (Sr. Marcelo), no curso dos correspondentes períodos aquisitivos de férias não usufruídas, pelo que indenizadas.*

472. *Assim, com base no que dispõe o art. 142, § 6º, da CLT⁹¹; dos apontamentos constantes do tópico 2.2.1.7 – Improriedades no pagamento de férias, em particular seu item I - Média calculada pelo valor histórico não retratando a situação vigente na data do pagamento deste Relatório Final; e à vista da tabela de Funções Gratificadas/Cargos comissionados vigentes por ocasião das demissões*

(agosto/2018), procedeu-se à revisão dos cálculos referidos nos tópicos 3.2.7.1.1 e 3.2.7.2.1 deste Relatório Final, de forma a retratar os apontamentos antes mencionados, ocasião em que se apurou que os valores foram pagos, de fato, a maior ainda que em montantes inferiores aos anteriormente apontados, motivando, assim, a manutenção do achado.

473. *Em razão do exposto acima e retratado no tópico 3.2.7 deste Relatório, tem-se por pertinente a manutenção dos apontamentos realizados, com os devidos ajustes, bem ainda, da proposição referida no § 452 em relação à rescisão, e por via de consequência, os valores apontados como pagos indevidamente e quantificados, respectivamente, nos itens 3.2.7.1.1 e 3.2.7.2.1 deste Relatório.*

474. *Relativamente a inclusão na parcela “E”, da fórmula de cálculo do PFT, do montante recebido pelos antes nominados a título de “opção 55%-ec”, acolhe-*

⁹⁰ **SUM-372 GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO OU REDUÇÃO. LIMITES** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nos 45 e 303 da SBDI-I) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. (ex-OJ nº 45 da SBDI-I - inserida em 25.11.1996) II - Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. (ex-OJ nº 303 da SBDI-I - DJ 11.08.2003)

⁹¹ Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 6º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes. (grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

se os esclarecimentos prestados pela Empresa, pelo que se excluiu do presente Relatório Final os apontamentos sobre o tema proferidos no Relatório Preliminar de Auditoria nos tópicos 3.2.7, a proposição de devolução inscrita no § 352, no que tange ao ponto em questão, bem ainda, a íntegra dos tópicos 3.2.7.1.2 e 3.2.7.2.2.

475. *O acolhimento acima referido deve-se ao reconhecimento de que o termo “Função Gratificada” contemplado no ato normativo do PDV 2018/2019, em particular na referida fórmula de cálculo do PFT, tem uma extensão maior do que aquela representada pela literalidade do termo, tal como se constata, por exemplo, na Norma ND.SRH-035([C9DCEBDA](#)), intitulada de “Incorporação de Função Gratificada” e cuja clientela (item 2) contempla explicitamente os ocupantes de “...Cargo Comissionado de Assessoramento⁹²/Diretoria...”. Emprego similar do referido termo se observou, também, nos ACT em que a cláusula de que trata “DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS”, ao mencionar a incorporação, se refere à citada Norma ND.SRH-035.*

476. *Desta feita, mesmo reconhecendo a imprecisão terminológica utilizada na referida fórmula, tem-se claro que objetivo da parcela era contemplar, no incentivo à demissão voluntária, todos os que percebiam verbas decorrentes da ocupação, por ocasião do desligamento, de função gratificada, emprego em comissão ou posição estatutária (Diretoria) ou, que no curso da atividade laboral, tenha incorporado à remuneração resultante da atividade laboral (CLT) tais verbas, nos termos da mencionada ND.SRH-035 .*

4 Conclusão

477. *No que se refere aos esclarecimentos prestados pela Caesb e interessados acerca dos apontamentos constantes do Relatório Prévio de Auditoria, cumpre salientar o acolhimento, parcial, dos esclarecimentos oferecidos em relação ao tratado no tópico 3.2.7 Do cálculo da Rescisão do Contrato de Trabalho e do Prêmio Financeiro dos Senhores Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antônio Teixeira Pinto.*

478. *No que tange ao objetivo da presente auditoria e, à vista do período auditado e dos montantes revisados, tem-se que as impropriedades apontadas no presente Relatório figuram como pontuais, passíveis de correção, sem, contudo, macular, na integralidade a regularidade das despesas objeto da auditoria, pelo que, ressalvados os achados de auditoria, conclui-se que as práticas levadas a efeito pela Companhia guardam consonância com as regras de regência, naquilo que foi objeto da presente auditoria.*

479. *Sem prejuízo do antes colocado, faz-se necessário consignar que a Caesb necessita aperfeiçoar seus controles, de forma a evitar falhas como as aqui apontadas, notadamente no que se refere à parametrização do Sistema informatizado de gestão de pessoal.*

⁹² Tecnicamente, a expressão correta seria os ocupantes de “Emprego em Comissão”/“membro Estatutário” (conforme menciona o parágrafo único, art. 24 do Estatuto Social da Companhia).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Ao final, o Corpo Técnico propõe à Corte estas medidas:

“Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário que:

I) conheça do presente Relatório Final de Auditoria, bem como dos esclarecimentos prestados pela Caesb;

II) dê conhecimento ao Ministério Público de Contas do DF, Terceira Procuradoria, em face do OFÍCIO Nº 96/2018-G3P, sobre as análises e conclusão abrangendo os Programas de Demissão Voluntária – PDV’s de 2013 e 2018, objeto do tópico 3.2 do Relatório Final de Auditoria; (3.2.10)

III) reitere ao Chefe do Poder Executivo, o contido no item V, da Decisão nº 3372/2017, sem prejuízo do eventual acolhimento pela Corte de Contas da proposição inserta no Relatório Final nº 5/2018 (8D248DB6), juntado aos autos nº 9591/2018; (2.1.1.2.5)

IV) determine à Caesb que:

a. envie esforços no sentido de, ao pactuar novos acordos trabalhistas, adequar as cláusulas destacadas neste Relatório, de forma a torná-las aderentes aos princípios aplicáveis à Administração pública; (2.1.1.2.5)

b. adote, junto ao fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas:

i. das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informes que permitam o pertinente rastreamento; (2.2.1.1.5)

ii. dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação. (2.2.1.1.5)

c. mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia “congelada” dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicado no item ii, da alínea anterior, não tenha sido concluída; (2.2.1.1.5)

d. adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da Companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas bem, ainda, dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria nº 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, I da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da Companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

(2.2.1.2.5)

e. apresente, no prazo de 60 (sessenta dias), os respectivos atos de criação dos empregos em comissão e funções comissionadas referidos no tópico 2.2.1.3 do Relatório de Auditoria, ante a possibilidade de as despesas incorridas com o pagamento dos postos sem ato de criação comprovado serem consideradas irregulares, com reflexos nas contas anuais dos gestores; (2.2.1.3.5)

f. adote imediata providência no sentido de regularizar a situação descrita no tópico 0 do Relatório Final de Auditoria, seja oferecendo os cursos exigidos para a promoção vertical de seus empregados, ou, alternativamente, mediante revisão do atual Plano de Carreira, com vistas a sanar a situação descrita e evitar que venha a se repetir; (2.2.1.5.5)

g. reveja:

i. os critérios empregados nos pagamentos de Adicional Noturno, Horas Extras diurnas e Sobreaviso, ajustandoos, no que tange à composição da “hora normal” ao que preconiza a legislação vigente e entendimentos sedimentados pela Justiça Trabalhista; (2.2.1.6.5)

ii. a metodologia de cálculo das médias duodecimais de férias, de forma a observar o que dispõe o art. 142 da CLT, em especial o § 6º, e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte; (2.2.1.7.5) e

iii. a metodologia de cálculo das médias de 13º salário, de forma a observar o que dispõe o art. 1º do Decreto 57.155/1965 e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte; (2.2.1.8.5)

h. adote providências tendentes à regularização dos pagamentos indevidos noticiados no item III do tópico 2.2.1.8 do Relatório Final de Auditoria, notadamente em relação às rescisões relacionadas ao PDV 2018; (2.2.1.8.5)

i. busque no prazo de 90 dias, junto à Assembleia Geral de Acionistas convalidar os pagamentos realizados anteriores à 21.06.2018 a título de PPR a membros da Diretoria da Empresa, vez que a remuneração e benefícios desses dirigentes é matéria de deliberação exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. Não logrando êxito deverá adotar as providências indicadas no art. 9º, da Lei Complementar 01/94; (2.3.1.1.5)

j. adote, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, bem ainda, com o Metrô/DF, providências tendentes a avaliar e, conforme o caso, regularizar as situações elencadas nas Tabelas 1 e 2 do tópico 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa; (2.3.1.2.5)

k. apure, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo TCDF nº 19718/2014, a legalidade das acumulações de cargo dos empregados listados na Tabela 1 referida no item anterior, adotando, conforme o caso, as providências cabíveis; (2.3.1.2.5)

l. observe com rigor os termos do Plano de Carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e consequente condenação trabalhistas decorrente; (2.4.1.1.5)

m. instaure, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar 01/1994, de tomada de contas especial com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da Companhia decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações; (2.4.1.1.5)

n. adote, no prazo de 30 dias, providências para regularizar os Termos de Rescisão Contratual e os respectivos efeitos financeiros, dos ex-empregados Maurício Leite Luduvise, mat. 491217 e Marcelo Antonio Teixeira Pinto, mat. 490008, de forma a excluir dos cálculos da indenização das férias não gozadas, a verba denominada “opção 55%-ec”, correspondente a parte do pró-labore devido por força do art. 30, § 2º, II, do Estatuto Social da Companhia, vez que não se trata de verba de natureza trabalhista, dada a não incorporação à remuneração dos empregados, na medida em que não houve atendimento aos requisitos previstos no item 3 da Norma ND.SRH-035 e ao ACT vigente a época, e incluir, por força do art. 142, § 6º da CLT, os valores correspondentes a Função Gratificada - FG-01 e a opção 55% sobre o Cargo Comissionado - CCA-03, ocupados pelos antes nominados no período aquisitivo e objeto da indenização constante na rescisão de contrato de trabalho. (3.2.10)

V) orientar a Caesb que:

a. proceda, a cada alteração na estrutura organizacional ou por ocasião da criação/extinção de emprego em comissão/função gratificada, a confecção de ato (tabela) contemplando a totalidade dos cargos existentes após a revisão procedida, garantindo um controle mais efetivo e simplificado destes postos de trabalho, sem prejuízo de mantê-lo adequadamente registrado e arquivado na área de pessoal (cadastro) e assim evitar a perda de memória e a eventual ocupação de posto formalmente inexistente; (2.2.1.3.5)

b. busque, na medida do possível, segregar da rubrica salário (100) os montantes resultantes das situações excepcionais descritas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

tópico 2.2.1.4 do Relatório Final de Auditoria, por meio da criação de rubricas específicas e representativas de cada uma das situações, notadamente quando não houver deliberação judicial expressa pela incorporação ao salário-base (contratual), à vista da extensão do conceito salário preconizado no § 1º, art. 457, da CLT, especialmente antes da alteração promovida pela Lei nº 13.467/2017 (2.2.1.4.5)

VI) alerte a Caesb a quanto à possibilidade de a morosidade na adoção da providência requerida no item III, alínea “f”, acima, caracterizar ato de gestão antieconômico, sujeito às medidas previstas nos art. 17, III, “b” ou “c”, e 57, III da Lei Complementar 1/1990; (2.2.1.5.5)

VII) autorize a inclusão em futura auditoria, da verificação do cumprimento pela empresa das exigências do extinto Comitê de Governança e ao que restou decidido na Resolução de Diretoria nº 09/2018 - Caesb, ratificada pelo Conselho de Administração da empresa, no que se refere à limitação das contratações de novos empregados a 25% da economia gerada com os desligamentos, no quadriênio 2019-2022.”

O Ministério Público, por seu turno, anuiu ao posicionamento do Corpo Técnico, não sem antes tecer estes comentários:

“(…)

89. O estudo levado à efeito pelo Corpo Técnico deixou claro que os empregados analisados, ao aderirem ao PDV da Companhia, tiveram seus contratos de trabalho e relação empregatícia suspensos pela Caesb. Nesses termos, o cálculo da verba indenizatória deveria compor apenas a parcela referente à condição de empregado, e não de membro da Diretoria eleito. Do exposto, aquiesço à proposição emanada pelo Corpo Instrutivo.

90. Tendo em conta que foram considerados satisfatórios os demais esclarecimentos apresentados, aliado ao fato de que, possíveis desdobramentos advindos das demais correções serão objeto de futuras averiguações, mostram-se corretos as “orientações” e “alertas” indicados.

91. Respeitante às sugestões finais (item VII), de inclusão em futura auditoria, da verificação do cumprimento pela empresa das exigências do extinto Comitê de Governança e ao que restou decidido na Resolução de Diretoria nº 09/2018 - Caesb, no que se refere à limitação das contratações de novos empregados a 25% da economia gerada com os desligamentos, no quadriênio 2019-2022, este MPC está de acordo.

92. A recomendação partiu do exame do OFÍCIO Nº 96/2018-G3P11 que versou acerca da matéria jornalística intitulada “Presidente da CAESB sai no PDV e fica no comando na base do pró-labore”. Ao analisar o conteúdo do PDV de 2018, verificou-se que o seu trâmite contou com o pronunciamento do Comitê de Governança, bem como da Diretoria da Caesb, no sentido de garantir a economicidade do programa por meio da limitação de suas contratações futuras.

93. Nesse sentido, faz-se pertinente a proposição do Corpo Técnico no sentido de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

avaliar se os desligamentos alcançados pelo PDV realmente tiveram o efeito esperado na economicidade da Companhia.

94. Portanto, extrai-se que, na essência, mostram-se corretas as sugestões elencadas pela Instrução.

95. Pelo exposto, com pequena correção à referência indicada no item “IV.f” das sugestões, conforme revelada no §39º deste Parecer, opina este Parquet pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela SEFIPE.”

Em relação aos esclarecimentos prestados pelos Srs. Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio Teixeira Pinto, o *Parquet* convergiu para o entendimento externado pela Sefipe.

É relatório.

VOTO

De antemão, registro concordância com o entendimento do Corpo Técnico, o qual foi endossado pelo *Parquet*, exceto quanto a dois achados, pelos motivos adiante explicitados.

Antes, por honestidade intelectual, anoto que os dois pontos a seguir detalhados já foram objeto de questionamento pela Corte de Contas, consoante se observa nos Processos 11937/16 e 2036/17.

O primeiro ponto diz respeito ao achado que trata da liberação, em tempo integral, de 7 (sete) empregados para exercício de atividades sindicais, com ônus para a CAESB.

A matéria cinge-se, portanto, à quantidade de dirigentes sindicais liberados ao Sindágua- DF, com ônus para a entidade auditada.

Inicialmente, deve-se relembrar que a Caesb, como sociedade de economia mista, sujeita-se ao regime jurídico das empresas privadas, notadamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, sendo seus empregados submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT⁹³.

Pois bem. Sabe-se que tanto a Constituição como a CLT conferiram especial proteção ao chamado direito coletivo do trabalho, materializado, entre outros, no princípio da liberdade sindical.

O aludido princípio, em sua dimensão coletiva, assegura a liberdade de um determinado grupo constituir o sindicato que pretender, conferindo-lhe a fisionomia e o funcionamento que desejar, com ampla autonomia, vedada intervenção estatal tendente a inibir-lhe o funcionamento.

Outrossim, sabe-se que os Acordos Coletivos constituem-se normas jurídicas autônomas, assumindo, inclusive, após o advento da Lei n.º 13.467/17 (Reforma Trabalhista), especial força ante ao legislado.

Nesse contexto, trazendo todo esse raciocínio para o caso concreto, penso que, não obstante se mostrem nobres as razões apontadas pela equipe de auditoria, a cláusula constante do ACT 2017/2018, que versa sobre a liberação de dirigentes sindicais, encontra-se, **s.m.j**, dentro dos limites impostos pela CLT.

A uma, porque a regra estampada no acordo quanto ao número de empregados liberados com ônus para a Caesb encontra diretriz, quero crer, no próprio direito do trabalho, nos termos do art. 522 da CLT. Eis o teor da referida norma:

*Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída **no máximo de sete e no mínimo de três membros** e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral.*

A duas, porque a concessão de licença remunerada para cumprir mandato sindical é uma faculdade do empregador, conforme preceitua o próprio § 2º do art. 543 da CLT⁹⁴, citado pelo Corpo Técnico. Assim, por liberalidade da empresa,

⁹³ Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁹⁴ Art. 543 - O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

que assim anuiu às cláusulas avençadas no ACT, fixou-se aquele número de dirigentes com ônus para companhia, não havendo, na hipótese, inobservância aos princípios informadores da administração pública previsto no art. 37 da Carta Maior.

Com efeito, o que não se pode perder de vista é a necessidade de a Caesb, quando das negociações com o sindicato representativo da categoria, perseguir os interesses da Companhia e o próprio interesse público justificante de sua existência.

O outro ponto a ser abordado diz respeito a cláusulas inseridas em ACTs, dentro de tópico específico do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que garantem aos empregados daquela companhia o fornecimento, no mês de dezembro, de 22 vales alimentação/refeição extras, a título de abono natalino.

O PAT, em síntese, é um programa do governo federal, criado pela Lei nº 6.321/76, de adesão voluntária, que busca estimular o empregador a fornecer alimentação nutricionalmente adequada aos trabalhadores, mediante a concessão de incentivos fiscais, tendo como prioridade o atendimento aos trabalhadores de baixa renda.

Os auditores responsáveis pelo trabalho entendem que o fornecimento do aludido abono malfez as regras do PAT, o qual a Caesb faz parte.

Nesse ponto, a equipe de auditoria parece externar duas preocupações, a saber:

- possibilidade de a importância integrar a remuneração do empregado para fins de base de cálculo de encargos trabalhistas;
- e

transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

§ 1º - omissis

§ 2º - Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- possível descumprimento das regras do programa, uma vez que o referido fornecimento poderia configurar espécie de premiação, o que é vedado expressamente na norma de regência.

Quanto à primeira, penso que o advento da Lei n.º 13.467/17 (Reforma Trabalhista), como a própria Sefipe reconhece, pôs fim ao receio antes referido. Isso porque aquele diploma legal introduziu o parágrafo 2º ao art. 457 da CLT, o qual dispõe expressamente que o auxílio-alimentação, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não servindo de base de incidência, portanto, de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Relativamente à segunda preocupação, por ser um programa instituído pelo Governo Federal, tenho por salutar que seja enviado o achado à Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, órgão da estrutura do atual Ministério da Economia, detentor de competência específica para fiscalizar o cumprimento das regras do programa, conforme se verifica da Instrução Normativa nº 135/2017⁹⁵, para adoção das medidas que julgar pertinentes, inclusive o encaminhamento a outros órgãos fiscalizadores.

Não obstante isso, penso que, no tocante às duas questões, a proposta do Corpo Técnico deve ser mantida, apenas com um pequeno ajuste, para que a CAESB, ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da administração pública, em especial os previstos no art. 37 do Diploma Maior.

No mais, quanto às considerações trazidas pelos Srs. Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio Teixeira Pinto, entendo assistir razão ao Corpo Técnico, tendo em conta, principalmente, que a verba denominada “opção 55%” não tem natureza trabalhista, conforme fundamentou a zelosa Instrução, sem embargos de que sejam consideradas, na revisão dos cálculos, as Funções Gratificadas - FG-01 e a opção 55% sobre o Cargo Comissionado - CCA-03, ocupados pelos nominados ex-

⁹⁵ Dispõe sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

empregados.

Assim, comungando com as manifestações constantes dos autos, com os ajustes que faço, Voto por que o Plenário:

- I)** tome conhecimento:
 - 1)** do relatório Final de Auditoria, bem como dos esclarecimentos prestados pela Caesb;
 - 2)** da documentação apresentada pelos Srs. Maurício Leite Ludovice e Marcelo Antônio Teixeira Pinto (e-DOC F644B7EF-c);
- II)** dê conhecimento ao Ministério Público de Contas do DF, Terceira Procuradoria, em face do OFÍCIO Nº 96/2018-G3P, sobre as análises e conclusões abrangendo os Programas de Demissão Voluntária – PDV’s de 2013 e 2018, objeto do tópico 3.2 do Relatório Final de Auditoria; (3.2.10);
- III)** reitere ao Chefe do Poder Executivo, o contido no item V, da Decisão nº 3372/2017; (2.1.1.2.5);
- IV)** autorize o encaminhamento à Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, órgão da estrutura do atual Ministério da Economia, de cópia do subitem “II.1” (auxílio-alimentação), do tópico “2.1.1.2” do Relatório Final de Auditoria, para conhecimento e adoção das medidas que julgar cabíveis;
- V)** determine à Caesb que:
 - 1)** ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da administração pública, em especial os previstos no art. 37 da Constituição Federal;
 - 2)** adote, junto ao fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- a) das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informes que permitam o pertinente rastreamento (2.2.1.1.5);
 - b) dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação (2.2.1.1.5);
- 3) mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia “congelada” dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicado no item “ii”, da alínea anterior, não tenha sido concluída (2.2.1.1.5);
- 4) adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da Companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem assim dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria nº 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, I, da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da Companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas (2.2.1.2.5);
- 5) apresente, no prazo de 60 (sessenta dias), os respectivos atos de criação dos empregos em comissão e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

funções comissionadas referidos no tópico 2.2.1.3 do Relatório de Auditoria, ante a possibilidade de as despesas incorridas com o pagamento dos postos sem ato de criação comprovado serem consideradas irregulares, com reflexos nas contas anuais dos gestores; (2.2.1.3.5);

6) adote imediata providência no sentido de regularizar a situação descrita no tópico 2.2.1.5 do Relatório Final de Auditoria, seja oferecendo os cursos exigidos para a promoção vertical de seus empregados, ou, alternativamente, mediante revisão do atual Plano de Carreira, com vistas a sanar a situação descrita e evitar que venha a se repetir; (2.2.1.5.5);

7) reveja:

a) os critérios empregados nos pagamentos de Adicional Noturno, Horas Extras diurnas e Sobreaviso, ajustando-os, no que tange à composição da “hora normal” ao que preconiza a legislação vigente e entendimentos sedimentados pela Justiça Trabalhista; (2.2.1.6.5);

b) a metodologia de cálculo das médias duodecimais de férias, de forma a observar o que dispõe o art. 142 da CLT, em especial o § 6º, e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte (2.2.1.7.5);

c) a metodologia de cálculo das médias de 13º salário, de forma a observar o que dispõe o art. 1º do Decreto 57.155/1965 e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

indenizatória alusiva ao auxílio transporte
(2.2.1.8.5);

8) adote providências tendentes à regularização dos pagamentos indevidos noticiados no item III do tópico 2.2.1.8 do Relatório Final de Auditoria, notadamente em relação às rescisões relacionadas ao PDV 2018 (2.2.1.8.5);

9) busque, no prazo de 90 dias, junto à Assembleia Geral de Acionistas, convalidar os pagamentos realizados anteriores à 21.06.2018 a título de PPR a membros da Diretoria da Empresa, vez que a remuneração e benefícios desses dirigentes é matéria de deliberação exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. Não logrando êxito, deverá adotar as providências indicadas no art. 9º, da Lei Complementar 01/94 (2.3.1.1.5)

10) adote, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, bem ainda, com o Metrô/DF, providências tendentes a avaliar e, conforme o caso, regularizar as situações elencadas nas Tabelas 1 e 2 do tópico 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa; (2.3.1.2.5);

11) apure, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo TCDF nº 19718/2014, a legalidade das acumulações de cargo dos empregados listados na Tabela 1 referida no item anterior, adotando, conforme o caso, as providências cabíveis; (2.3.1.2.5)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

12) observe com rigor os termos do Plano de Carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e consequente condenação trabalhistas decorrente; (2.4.1.1.5)

13) instaure, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar 01/1994, tomada de contas especial com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da Companhia decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações; (2.4.1.1.5)

14) adote, no prazo de 30 dias, providências para regularizar os Termos de Rescisão Contratual e os respectivos efeitos financeiros, dos ex-empregados Maurício Leite Luduvise, mat. 491217, e Marcelo Antonio Teixeira Pinto, mat. 490008, de forma a excluir dos cálculos da indenização das férias não gozadas, a verba denominada “opção 55%-ec”, correspondente a parte do pró-labore devido por força do art. 30, § 2º, II, do Estatuto Social da Companhia, vez que não se trata de verba de natureza trabalhista, dada a não incorporação à remuneração dos ex-empregados, na medida em que não houve atendimento aos requisitos previstos no item 3 da Norma ND.SRH-035 e ao ACT vigente a época, e incluir, por força do art. 142, § 6º da CLT, os valores correspondentes a Função Gratificada - FG-01 e a opção 55% sobre o Cargo Comissionado - CCA-03, ocupados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

pelos antes nominados no período aquisitivo e objeto da indenização constante na rescisão de contrato de trabalho (3.2.10);

V) orientar a Caesb que:

1) proceda, a cada alteração na estrutura organizacional ou por ocasião da criação/extinção de emprego em comissão/função gratificada, a confecção de ato (tabela) contemplando a totalidade dos cargos existentes após a revisão procedida, garantindo um controle mais efetivo e simplificado destes postos de trabalho, sem prejuízo de mantê-lo adequadamente registrado e arquivado na área de pessoal (cadastro) e assim evitar a perda de memória e a eventual ocupação de posto formalmente inexistente (2.2.1.3.5);

2) busque, na medida do possível, segregar da rubrica salário (100) os montantes resultantes das situações excepcionais descritas no tópico 2.2.1.4 do Relatório Final de Auditoria, por meio da criação de rubricas específicas e representativas de cada uma das situações (adotando parametrização que confira a elas o mesmo comportamento da rubrica salário), notadamente quando não houver deliberação judicial expressa pela incorporação ao salário-base (contratual), à vista da extensão do conceito salário preconizado no § 1º, art. 457, da CLT, especialmente antes da alteração promovida pela Lei nº 13.467/2017 (2.2.1.4.5)

VI) alerte a Caesb quanto à possibilidade de a morosidade na adoção da providência requerida no item III, alínea “f”, acima, caracterizar ato de gestão antieconômico, sujeito às medidas previstas nos art. 17, III, “b” ou “c”, e 57, III da Lei Complementar 1/1990 (2.2.1.5.5);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

VII) autorize:

- 1)** a inclusão em futura auditoria, da verificação do cumprimento pela empresa das exigências do extinto Comitê de Governança e ao que restou decidido na Resolução de Diretoria nº 09/2018 - Caesb, ratificada pelo Conselho de Administração da empresa, no que se refere à limitação das contratações de novos empregados a 25% da economia gerada com os desligamentos, no quadriênio 2019-2022;
- 2)** o retorno dos autos à Sefipe para as providências de praxe.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2019.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator